

António Jorge Chaves de Figueiredo Domingos

# O impacto da literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas na utilização da contabilidade para as suas decisões de gestão: um estudo empírico

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Doutora Ana Maria Rodrigues

Setembro de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

António Jorge Chaves de Figueiredo Domingos

O impacto da literacia  
financeira dos gestores das  
microempresas portuguesas na  
utilização da contabilidade  
para as suas decisões de  
gestão: um estudo empírico

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e  
Finanças, apresentada à Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra para obtenção do grau de  
Mestre.

Orientadora: Prof. Doutora Ana Maria Rodrigues

Coimbra, 2017



## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que admiro e sem os quais a vida para mim não teria sentido, em particular:

À Nina e ao Vicente.

À minha família, em especial aos meus pais e aos meus irmãos.

À memória da minha avó Diamantina, que revelou sempre uma inteligência e uma tenacidade excepcionais perante as dificuldades.

Aos meus amigos e àqueles que sempre acreditaram em mim.

Dedico a presente dissertação a todos os livres-pensadores e aos que sempre lutaram para que a humanidade avance em direção à luz e à eliminação de dogmas baseados em preconceitos, tradições, superstições ou outras limitações à razão, lógica e ciência.



## **AGRADECIMENTOS**

Para realizar um trabalho da envergadura de uma dissertação de mestrado é necessário recorrer a muita ajuda. Foi o meu caso. Certamente que, apesar de tentar, me vou esquecer de alguém, dado o vasto número de pessoas que me auxiliaram. As minhas desculpas antecipadas por esta inevitabilidade.

Agradeço, em primeiro lugar, a todos aqueles que citei na dedicatória, sem os quais não teria tido a força suficiente para concluir este trabalho. Logo de seguida, tenho que fazer um agradecimento especial à minha orientadora, a Prof. Doutora Ana Maria Rodrigues, que sempre me apoiou a qualquer hora, mostrando uma disponibilidade infindável e uma paciência infinita para me aconselhar e ajudar no desenvolvimento deste trabalho.

Quero fazer um agradecimento sincero à EFAPEL, a minha entidade empregadora, na pessoa do seu administrador Eng.º Américo Duarte, por me permitir, pelo seu respeito e consideração escrupulosos para comigo, conciliar sempre os meus estudos e a elaboração deste trabalho com as minhas obrigações profissionais. Neste caso, um agradecimento muito particular a toda a equipa do departamento de Gestão de Pessoas e aos meus colegas e diretor do Departamento Comercial.

Fazer um trabalho desta extensão necessita de alguma preparação. Na fase de inquérito foram feitos pré-testes e recolhidas opiniões sobre a construção do questionário, sem as quais não teria conseguido concluir essa etapa da dissertação. Assim, queria agradecer, por este contributo, ao Felipe Marques do Café Reis, ao Ricardo Curate e ao Nuno Augusto da farmácia Sena, ao Paulo Santana da Santana e Silva, ao João Machado e ao Eng.º Fernando Lagoa da Duplano e ao Paulo Marcelo e ao Fernando Batista da M. N. Carvalho.

Para o envio do questionário foi necessário construir uma base de dados extensa e, por isso, morosa e trabalhosa. Esse trabalho foi, em muito, abreviado pela contribuição desinteressada e altruísta do Mestre Henrique Gouveia, que me facultou uma base de dados extensíssima. A sua dissertação é citada neste trabalho, a qual recomendo a consulta e leitura.

Um agradecimento a todos os colegas e professores do Mestrado de Contabilidade e Finanças que me ajudaram ao longo do meu percurso. Destaco a ajuda na presente dissertação que me foi prestada pelo colega Flávio Agostinho.

Agradeço também ao Serviço de Gestão de Sistemas e Infra-estruturas de Informação e Comunicação da Divisão de Sistemas de Informação da Universidade de Coimbra, na pessoa do Eng.º João Sá Marta. Sei que causei bastantes transtornos com a enorme lista de respondentes ao inquérito criado, mas só a sua simpatia e eficiência permitiram que o presente trabalho fosse uma realidade.

Agradeço a todos os que perderam um bocadinho do seu tempo a responder ao questionário. Só com esse contributo foi possível tirar conclusões e desenvolver a parte empírica desta dissertação.

Por último, agradeço a todos os que, apesar de não referir aqui, possam ter ajudado ou contribuído de alguma forma para que eu tenha concluído este trabalho com sucesso.

*Education is the most powerful weapon we can use to change the world.*

Nelson Mandela

*Knowledge is power. Information is liberating. Education is the premise of progress, in every society, in every family.*

Kofi Annan

*While the costs of raising financial literacy are likely to be substantial, so too are the costs of being liquidity-constrained, overindebted, and poor.*

Annamaria Lusardi

Olivia S. Mitchell





## RESUMO

As microempresas, tal como definidas pela UE (Comissão Europeia, 2003), são as entidades empresariais mais representativas da economia portuguesa. Representam 37% do emprego total e quase 20% da riqueza produzida. No entanto, a proporção de estudos dedicados a estas importantes entidades são, em geral, escassos e pouco profundos.

A gestão das microempresas inclui todas as esferas de ação da organização, recaindo sobre uma só pessoa ou um grupo pequeno de pessoas (Jansen *et al.*, 2013). A contabilidade, entendida como um sistema de produção da informação financeira disponível para a tomada de decisões de gestão, reveste-se de uma importância reconhecida pela maioria dos gestores (Nunes e Serrasqueiro, 2004a; Gouveia, 2014; Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015b), sendo que nem todos têm as capacidades e formação, entendidos como o grau de literacia financeira do gestor, para retirarem utilidade da contabilidade para a tomada de decisões mais acertadas (Nunes e Serrasqueiro, 2004b; Sian e Roberts, 2009; Carraher e Van Auken, 2013; Jansen *et al.*, 2013; Kos *et al.*, 2014; Van Auken e Yang, 2014).

A literacia financeira é um conceito que gera muita discussão na literatura. Recorremos à definição mais utilizada nos estudos de literacia financeira das populações, que é aquela que foi conceptualizada pela OCDE (Atkinson e Messy, 2012) e abarca o conhecimento financeiro, a atitude financeira e o comportamento financeiro. Pretende-se analisar a relação entre alguns aspetos da literacia financeira dos gestores e de que forma estes podem influenciar a utilização da informação contabilística produzida no seio das microempresas para a sua tomada de decisão.

Concluimos que o grau de literacia financeira dos gestores das microempresas está de acordo com aquilo que se verifica a nível nacional e mundial nas populações, ou seja, genericamente são financeiramente iletrados (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016). Comprovámos que o género dos gestores e o seu grau de habilitações académicas influencia o seu nível de conhecimento e literacia financeira. O conhecimento, a atitude, o comportamento e a literacia financeira, calculados através de índices, mostraram-se todos fortemente relacionados com a utilização da informação contabilística para a tomada de decisão dos gestores das microempresas.

**Palavras-chave:** microempresas; gestores; literacia financeira; contabilidade; decisão.

## ABSTRACT

Microenterprises, as defined by the EU (Comissão Europeia, 2003), are the most representative entities in the Portuguese economy. They represent 37% of total national employment and almost 20% of wealth production. Nevertheless, the number of studies about these important entities are, in general, shallow and scarce.

Microenterprise management involves all the spheres in which the organization acts, falling in the scope of a single individual or a small group (Jansen *et al.*, 2013). Accounting, seen as the financial information available for management decision-making process, is acknowledged by the vast majority of managers as important (Nunes e Serrasqueiro, 2004a; Gouveia, 2014; Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015b), although not all of them have the skills or training, seen as their financial literacy level, to use the accounting information to make better decisions (Nunes e Serrasqueiro, 2004b; Sian e Roberts, 2009; Carraher e Van Auken, 2013; Jansen *et al.*, 2013; Kos *et al.*, 2014; Van Auken e Yang, 2014).

Financial literacy is a concept which causes a lot of discussion in the literature about several issues. We used the concept frequently used in the studies of the population, which is the one conceptualized by the OECD (Atkinson e Messy, 2012), and which includes financial knowledge, attitude and behavior. We intend to analyze the relationship between some of the managers' financial literacy elements and in what way these can influence the use of accounting information produced within microenterprises to their decision-making process.

In our study, we have used an innovative approach regarding what is commonly used in the literature body. We conclude that the managers' level of financial literacy is in line with the national and international findings within the populations, meaning they are financial illiterate in general (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016).

We proved that the managers' gender and education level correlates with their financial knowledge and financial literacy level. Our indexes of financial knowledge, attitude, behavior and literacy all have shown as strongly related with the access of microenterprise managers to accounting information for their management decision-making process.

**Keywords:** microenterprises; managers; financial literacy; accounting; decision.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BdP - Banco de Portugal

CNSF - Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

CRP - Constituição da República Portuguesa

CSC - Código das Sociedades Comerciais

CT - Código do Trabalho

IAF – Índice de Atitude Financeira

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

ICF – Índice de Conhecimento Financeiro

ICPF – Índice de Comportamento Financeiro

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

ILF – Índice de Literacia Financeira

INE - Instituto Nacional de Estatística

INFE - International Network on Financial Education

NCME - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades

NCPE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

PME - Pequenas e médias empresas

PNFF - Plano Nacional de Formação Financeira

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

UE - União Europeia

VAB - Valor Acrescentado Bruto

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Informação e Decisão .....	- 30 -
Figura 2 – Ciclo de Planeamento e Controlo .....	- 31 -
Figura 3 – Ato de gerir .....	- 35 -
Figura 4 – Canais de influência da performance económica pela informação contabilística .....	- 37 -
Figura 5 – Modelo de balanço para pequenas entidades .....	- 42 -
Figura 6 – Modelo de balanço para microentidades .....	- 43 -
Figura 7 – Modelo de demonstração de resultados para pequenas entidades.....	- 44 -
Figura 8 – Modelo de demonstração de resultados para microentidades .....	- 45 -
Figura 9 – Relação entre infância, literacia financeira e comportamento financeiro .....	- 67 -
Figura 10 – Influência na tomada de decisões financeiras.....	- 68 -
Figura 11 – Pontuação nos índices de conhecimento, atitude e comportamento financeiros ...	- 77 -
Figura 12 – Índice global de literacia financeira .....	- 81 -

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Razões para não recorrer a uma entidade/pessoa externa.....	- 114 -
Gráfico 2 – Razões para recorrer a uma entidade/pessoa externa.....	- 114 -
Gráfico 3 – Consulta a contabilidade para decidir (Questão 17).....	-117 -
Gráfico 4 – Importância da contabilidade (Questão 22) .....	-121 -
Gráfico 5 – Importância da contabilidade para os gestores.....	-122 -
Gráfico 6 – Nível de conhecimentos financeiros (Questão 27) .....	-123 -

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Microentidades .....	- 17 -
Quadro 2 - Pequenas entidades .....	- 17 -
Quadro 3 - Microempresas.....	- 17 -
Quadro 4 – Variáveis do estudo .....	- 97 -
Quadro 5 – Comparação de construção de índices de conhecimento financeiro .....	- 98 -
Quadro 6 – Comparação de construção de índices de atitude financeira .....	- 99 -
Quadro 7 – Comparação de construção de índices de comportamento financeiro .....	- 99 -
Quadro 8 – Comparação de construção de índices de literacia financeira.....	- 100 -
Quadro 9 – Comparação de pontuações dos índices .....	- 101 -
Quadro 10 – Hipóteses testadas .....	- 103 -

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Número de empresas, emprego e valor acrescentado na UE a 28 em 2015.....	- 20 -
Tabela 2 - Número de empresas por dimensão.....	- 21 -
Tabela 3 - PME em % do total de empresas e por dimensão .....	- 21 -
Tabela 4 - Pessoal ao serviço nas empresas por dimensão .....	- 22 -
Tabela 5 - População empregada a tempo completo e parcial .....	- 23 -
Tabela 6 - Volume de negócios das empresas por dimensão (10 <sup>6</sup> €) .....	- 24 -
Tabela 7 - PME por sector de atividade económica em 2015.....	- 25 -
Tabela 8 - % de Empresas por localização geográfica em 2015.....	- 26 -
Tabela 9 - VAB por dimensão de empresa (10 <sup>6</sup> €) .....	- 27 -
Tabela 10 - % de Empresas por tipo de sociedade em 2015 .....	- 27 -
Tabela 11 – Proporção de indivíduos com pontuação elevada em cada componente .....	- 75 -
Tabela 12 – Estatísticas descritivas do ILF global.....	- 80 -
Tabela 13 – Validade do estudo.....	- 87 -
Tabela 14 – Género (Questão 1) .....	- 105 -
Tabela 15 – Idade (Questão 2) .....	- 106 -
Tabela 16 – Habilitações académicas (Questão 3).....	- 106 -
Tabela 17 – Área de formação académica (Questão 4) .....	- 107 -
Tabela 18 – Cargo exercido na empresa (Questão 5) .....	- 107 -
Tabela 19 – Número de anos de experiência (Questão 6).....	- 108 -
Tabela 20 – Localização da empresa (Questão 7) .....	- 109 -
Tabela 21 – Setor de atividade (Questão 8).....	- 110 -
Tabela 22 – Número de trabalhadores (Questão 9) .....	- 110 -
Tabela 23 – Volume de negócios (Questão 10) .....	- 111 -
Tabela 24 – Balanço (Questão 11) .....	- 112 -
Tabela 25 – Micro e pequenas entidades da amostra.....	- 112 -
Tabela 26 – Grau de internacionalização (Questões 12 e 13) .....	- 113 -
Tabela 27 – Outsourcing da contabilidade (Questão 14).....	- 113 -
Tabela 28 – Consulta da contabilidade para a decisão (Questão 17).....	- 116 -
Tabela 29 – Periodicidade de disponibilização da informação contabilística (Questão 18).....	- 118 -
Tabela 30 – Documentos contabilísticos consultados (Questões 19 e 20).....	- 118 -
Tabela 31 – Avaliação qualitativa da contabilidade (Questão 21).....	- 120 -
Tabela 32 – Índice de conhecimento financeiro .....	- 123 -
Tabela 33 – Índice de atitude financeira.....	- 124 -
Tabela 34 – Índice de comportamento financeiro.....	- 124 -
Tabela 35 – Índice de literacia financeira .....	- 125 -
Tabela 36 – Teste das hipóteses H1, H7, H13 e H19.....	- 127 -
Tabela 37 – Teste das hipóteses H2, H8, H14 e H20.....	- 128 -

Tabela 38 – Teste das hipóteses H3, H9, H15 e H21 .....	- 129 -
Tabela 39 – Teste das hipóteses H4, H10, H16 e H22 .....	- 131 -
Tabela 40 – Teste das hipóteses H5, H11, H17 e H23 .....	- 132 -
Tabela 41 – Teste das hipóteses H6, H12, H18 e H24 .....	- 134 -

## ÍNDICE GERAL

Dedicatória .....	III
Agradecimentos .....	V
Resumo .....	IX
Abstract .....	X
Lista de abreviaturas .....	XI
Índice de figuras .....	XII
Índice de gráficos .....	XII
Índice de quadros .....	XII
Índice de tabelas .....	XIII
Índice geral .....	XV
<b>Parte 1 - Introdução .....</b>	<b>- 1 -</b>
1.1. Objetivos e âmbito .....	- 1 -
1.2. Contexto e motivações pessoais .....	- 3 -
1.3. Questões de investigação .....	- 7 -
1.4. Estudo empírico .....	- 9 -
1.5. Estrutura da dissertação .....	- 13 -
<b>Parte 2 - revisão da literatura .....</b>	<b>- 15 -</b>
2.1. Definição de microempresa .....	- 15 -
2.2. A importância das microempresas no contexto português .....	- 19 -
2.3. A gestão e a decisão nas microempresas .....	- 29 -
2.4. A contabilidade nas microempresas .....	- 37 -
2.5. Literacia financeira .....	- 59 -
2.6. Estudos empíricos abrangentes sobre literacia financeira .....	- 73 -
<b>Parte 3 – Amostra e metodologia do estudo empírico .....</b>	<b>- 83 -</b>
3.1. População e amostra .....	- 84 -
3.2. Método de recolha de dados .....	- 89 -
3.3. Inquérito – estrutura e conteúdo .....	- 93 -
3.4. Variáveis, hipóteses e testes estatísticos .....	- 97 -
<b>Parte 4 – Análise e discussão dos resultados .....</b>	<b>- 105 -</b>
4.1. Estatísticas descritivas .....	- 105 -
4.2. Teste de hipóteses .....	- 127 -
<b>Parte 5 - Conclusões .....</b>	<b>- 135 -</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>- 143 -</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>- 153 -</b>
Apêndice I - Questionário .....	- 153 -





## PARTE 1 - INTRODUÇÃO

### **1.1. OBJETIVOS E ÂMBITO**

O âmbito desta dissertação centra-se no estudo da capacidade que os gestores das microempresas<sup>1</sup> terão ou não para tomar decisões baseados na informação que lhes é prestada pela contabilidade financeira. Atendendo à importância que a informação produzida pela contabilidade financeira encerra e veicula, considera-se de vital relevância perceber se os decisores consultam e se fazem valer dessa informação para tomar decisões e para gerir os destinos das suas organizações. É dada uma ênfase muito especial à sua capacidade de interpretação da informação financeira, tendo como base a sua literacia financeira, embora sejam também considerados outros aspetos que os caracterizam ou que façam parte do seu perfil. Naturalmente que os gestores não podem ser descontextualizados do ambiente em que decidem, mais concretamente o das suas organizações. Este estudo centra-se completamente no universo das microempresas, sendo estas, como será explanado posteriormente de forma mais desenvolvida, a parte mais representativa do universo empresarial português.

Com esta dissertação de mestrado pretende-se analisar a relação entre alguns aspetos da literacia financeira dos gestores e de que forma estes podem influenciar a utilização da informação contabilística produzida no seio das microempresas por eles geridas para a sua tomada de decisões. Dito de outra forma, pretende-se perceber se, para tomar decisões de gestão relevantes, os gestores consultam e interpretam a informação produzida pela contabilidade financeira e se a sua literacia financeira, medida por alguns indicadores, poderá influenciar este tipo de comportamento.

---

<sup>1</sup>No presente estudo é abordada em profundidade a classificação de microempresas na parte 2. Para mais informações relativamente à definição de micro, pequenas e médias empresas utilizada consultar Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003 (Comissão Europeia, 2003).



## 1.2. CONTEXTO E MOTIVAÇÕES PESSOAIS

O contexto em que este estudo foi suscitado reveste-se de alguns pontos curiosos. Em primeiro lugar, o autor foi confrontado, relativamente cedo na sua vida profissional, com o desafio de criar uma microempresa para desenvolver a sua atividade profissional. Após uma série de exigências legais e normativas que na altura se colocaram (e que atualmente ainda se colocam) para a criação e formalização da entidade, foi observado que não existia qualquer obrigatoriedade do ponto de vista formativo, de conhecimento, de experiência, ou qualquer outro de cariz cognitivo, educativo, intelectual ou profissional para assumir a responsabilidade de ser gerente ou administrador de uma entidade empresarial. Desde cedo tal facto foi intrigante, pois existem inúmeros requisitos em Portugal para se aceder a diversas carreiras profissionais e ofícios, mas para se assumir uma das maiores responsabilidades que se pode ter em termos profissionais, a de gestor de uma empresa nada foi, nem é, requerido nos vetores indicados anteriormente. Adicionalmente, num contexto legal e fiscal cada vez mais rigoroso, estão previstas um sem número de exigências de reporte financeiro, contabilístico e fiscal a cumprir por parte das microempresas. Apesar de ser exigida a indicação de um contabilista certificado e que a contabilidade seja preparada por um profissional, nada garante, de todo, que o gestor e/ou responsável pela tomada de decisões da empresa compreenda a posição financeira ou económica da entidade que governa e que, muito menos, tenha alguma vez que justificar as suas decisões por aquelas posições, nem sequer prever e entender as consequências criadas nas mesmas esferas por aquelas decisões, para que as possa tomar.

Em segundo lugar, e em resultado dessa mesma atividade profissional, foram estabelecidos ao longo de vários anos contactos com vários gerentes e administradores de microempresas. Através desses contactos em contexto formativo e consultivo, foi sempre assumido por parte dos gestores, de uma forma geral, diversas lacunas e insuficiências na compreensão e interpretação da informação contabilística, chegando não raras vezes ao extremo de um completo desconhecimento, desinteresse e conseqüente elevada subestimação da importância que a contabilidade pode e deve assumir na gestão das entidades empresariais. É neste contexto que sempre surgiu a motivação para o presente estudo, no sentido de diagnosticar lacunas e insuficiências nas competências de gestão por

parte dos gerentes e administradores nas áreas financeira e contabilística, que são consideradas nucleares para a tomada de decisões e, assim mesmo, para a governação das empresas. Espera-se que, com os resultados desta dissertação, possa vir à discussão a exigência de requisitos legais e normativos obrigatórios, dos tipos já mencionados anteriormente, de acesso à condição de gerente e administrador de entidades empresariais ou de cariz similar, podendo o próprio Estado, assumindo a sua natural função de zelar pelo interesse público, garantir que todos estes gestores cumprem ou possam cumprir esses requisitos. Esta eventual opção teria, obrigatoriamente, que passar pelo facultar de meios, incluindo percursos formativos, para que todos aqueles que o pretendem possam assumir as funções de gerente e/ou administrador.

Legalmente, apenas no art.º 64º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC) se encontra uma referência às competências que os gerentes ou administradores das sociedades devem possuir. Indica este artigo que aqueles devem revelar a disponibilidade, a competência técnica e o conhecimento da atividade da sociedade adequados às suas funções e empregando nesse âmbito a diligência de um gestor criterioso e ordenado. No entanto, não existe qualquer concretização destes critérios, nomeadamente no que concerne, mais uma vez, à escolaridade, formação ou experiência profissional obrigatória para a constituição de uma sociedade ou empresa em nome individual. Neste contexto, é esperado que as microempresas continuem a existir em grande número, sendo a esmagadora maioria no panorama nacional e internacional, nascendo e morrendo em grande número, mas com uma ínfima parte a conseguir crescer verdadeiramente para dimensões de pequenas, médias e grandes empresas. Espera-se que o presente estudo possa contribuir para uma maior sensibilização dos gestores e empresários das microempresas para a adequada e atempada utilização da informação contabilística e financeira de forma vantajosa, de maneira a que as decisões tomadas possam contribuir para a sustentabilidade e crescimento das organizações em que se inserem.

Neste seguimento, espera-se demonstrar do ponto de vista do gestor que quanto maior for a sua literacia financeira, maior será a utilização da informação contabilística produzida na empresa, bem como a importância que lhe é dada no processo de tomada de

---

<sup>2</sup> Alterado pela Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro.

decisão. Espera-se também demonstrar, através desta relação, que existe uma necessidade de formação nas áreas de contabilidade e finanças empresariais por parte de quem governa as nossas microempresas. Para o efeito, é necessário que o próprio Estado possa facultar essa formação quando é constituída uma sociedade ou que, pelo menos, a possa tornar obrigatória. Seria de todo o interesse público e social que os gestores tivessem mais competências naquelas áreas, já que os custos da insustentabilidade de uma microempresa são pagos por muitos, com impactos sociais negativos na sua envolvente, e dado o número de microempresas que ano após ano enfrentam esta situação. Como uma última contribuição do estudo, espera-se que a contabilidade financeira deixe de ser entendida com o fim primeiro de alimentar a função fiscal do Estado no contexto das microempresas. Com efeito, é premente perceber que os seus primeiros interessados devem ser, precisamente, os próprios gestores e empresários responsáveis pela governação das microempresas portuguesas.



### 1.3. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Este estudo procura dar resposta a duas questões centrais:

- Será que a literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas influencia a utilização da contabilidade para as suas decisões?
- Que outros fatores relacionados com o perfil e literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas influenciam a utilização da contabilidade para as suas decisões?

Estas questões foram convertidas em várias hipóteses, definidas tendo por base a revisão da literatura, cuja análise se remete para a parte de metodologia do presente estudo. Estes aspetos contribuirão para a compreensão da importância das microempresas no panorama nacional. Para fundamentar todas as questões de investigação, foi necessário aprofundar os aspetos relacionados com a literacia financeira e da utilização da contabilidade financeira por parte dos gestores através de estudos já realizados sobre estas vertentes, nomeadamente através da literatura científica existente. Como se dará conta neste estudo, na literatura existente não há muita informação ou estudos que consigam situar a literacia financeira em segmentos diferenciados da população estudada, sobretudo naqueles que mais interessam, ou seja, gerentes, administradores e gestores de microempresas.

Para encontrar resposta para as hipóteses de investigação foram realizadas diversas diligências e recolha de informação e dados. Desde logo, foi feita uma análise profunda sobre a dimensão de microempresa, no sentido de encontrar uma definição económica abrangente e aceite pela generalidade dos agentes económicos de forma transversal. Essa análise é complementada pela principal legislação utilizada em Portugal, na qual a definição de microempresa é relevante. Naturalmente que o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e legislação conexas assumem aqui um papel central. De seguida, procurar-se-á caracterizar o tecido empresarial constituído por aquela dimensão de unidades empresariais, tentando entender a que tipo de atividades se dedicam, volume de negócios, qual a sua estrutura e forma jurídica mais comuns (nomeadamente o tipo de



sociedade), número de trabalhadores e outros aspetos que possam ajudar a caracterizar estas entidades.

#### 1.4. ESTUDO EMPÍRICO

Foi realizado um estudo empírico com o objetivo de responder às duas principais questões subjacentes à investigação. Dessa forma, foi elaborado um questionário com trinta e cinco questões com o objetivo de traçar o perfil do respondente e de caracterizar as principais variáveis e relações que se estudam neste trabalho, ao mesmo tempo que se tentou limitar o número de questões do inquérito no sentido de obter o maior número possível de respostas válidas e, assim, um maior grau de confiança no estudo. Foi desta tentativa de equilíbrio, entre o máximo de dados úteis a recolher e o máximo de respondentes, que se elaborou um inquérito desta dimensão. Adicionalmente, e novamente no sentido de se obterem o máximo de respostas ao inquérito, este teve um carácter totalmente anónimo, deixando apenas espaço, à consideração do respondente, para indicar o seu endereço de correio eletrónico para receção dos resultados do presente estudo. Esta estratégia parece ter tido resultados bastante satisfatórios, pois de um total de 175.837 questionários enviados, foram obtidas um total de 2.765 respostas, das quais 1.413 foram consideradas completas. De referir que sobre estas 1.413 respostas ainda foram aplicados filtros de seleção, tendo em conta a definição de microempresa utilizada neste trabalho e a capacidade de decisão subjacente ao respondente, como poderemos constatar posteriormente, na parte da metodologia de investigação e caracterização do estudo.

No questionário elaborado foram colocadas questões com o intuito de recolher, genericamente, dados sobre as seguintes áreas, de modo a responder às questões e subquestões de investigação:

- Perfil do respondente, incluindo a sua caracterização ao nível da responsabilidade na tomada de decisão;
- Caracterização da entidade, incluindo a sua delimitação como microempresa segundo a definição da Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003;
- Aspetos relativos à elaboração e consulta da informação contabilística na empresa, incluindo a probabilidade de consulta em cenário de decisão;

- Avaliação qualitativa por parte dos respondentes da utilidade e importância que a contabilidade desempenha nas suas entidades;
- Conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros dos respondentes.

De referir que existe diversa literatura sobre a problemática da literacia financeira. No entanto, para além das dificuldades que o conceito encerra, como daremos conta na revisão de literatura, este tem sido muito estudado na população em geral, assim como sobre a população estudantil mais jovem. Assim, existem poucas ou nenhuma evidências científicas de estudos levados a cabo junto do segmento de gestores, gerentes e administradores de empresas, designadamente sobre as microempresas. Como tal, a última parte do inquérito tem muitas semelhanças com outros realizados acerca da literacia financeira junto de outros públicos, e foi necessariamente tornado pequeno, porquanto pretendeu-se que este tivesse um carácter eminentemente exploratório e, simultaneamente, parcimonioso.

A amostra de potenciais respondentes ao inquérito foi construída tomando por base, sobretudo, duas fontes. Como é evidente, o universo foi desde logo filtrado para que se conseguisse obter o máximo de contactos de microempresas, eliminando ou tentando expurgar da lista de destinatários do questionário empresas que não cumprissem com os requisitos para serem classificadas como microempresas. Assim, e após leitura da dissertação de mestrado “A utilidade da contabilidade para as microempresas” (Gouveia, 2014), foi pedido ao autor que partilhasse a sua base de dados, o que foi acedido, obtendo-se assim 75.486 contactos de microempresas. Esta lista foi depois complementada com mais 124.755 contactos, obtidos através da consulta da base de dados do SABI do *Bureau van Dijk*. Após unificação da lista, eliminados os endereços de correio eletrónico duplicados e também os inválidos, obteve-se uma lista final completa com um total de 175.837 endereços válidos. Todo este processo foi finalizado a 7 de março de 2017. Finalmente, o questionário foi enviado por correio eletrónico no dia 17 de maio de 2017 para todos os endereços, com ajuda do Serviço de Gestão de Sistemas e Infra-estruturas de Informação e Comunicação da Divisão de Sistemas de Informação da Universidade de Coimbra, uma vez que surgiram diversas dificuldades em enviar tão elevado número de mensagens

eletrónicas. Do mesmo modo, devido a alguns aspetos logísticos, abordados em profundidade na parte de metodologia, não foi possível proceder a um segundo envio do questionário. Assim, e dada a taxa de resposta obtida, a possibilidade de responder ao questionário foi encerrada no dia 2 de junho de 2017.



## **1.5. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

A presente dissertação está estruturada em cinco partes principais. Nesta primeira parte é feita uma introdução ao trabalho e à sua estrutura, com uma abordagem ao seu âmbito e aos seus objetivos, nomeadamente às grandes questões de investigação perpetrada. São explanadas as motivações pessoais para levar a cabo o estudo e é desenvolvido, ainda que de forma somente introdutória, o estudo empírico e a forma como foi realizado.

Na segunda parte do trabalho é apresentada a revisão da literatura em que o trabalho é suportado, a descrição do contexto português e da unidade de estudo deste trabalho, a microempresa, com a caracterização de toda a envolvente relevante que a rodeia. Na mesma parte é abordado o papel da contabilidade financeira nas empresas portuguesas, com o enquadramento legal em que se inserem e com realce para as demonstrações financeiras produzidas no seio das empresas, bem como a utilidade que a contabilidade poderá ter ou lhe poderá ser dada pelos decisores das microempresas. Neste ponto procede-se à revisão da literatura existente sobre a literacia financeira e elencam-se os fatores de perfil estudados pelos diferentes trabalhos revistos nas respetivas populações com fatores de perfil dos gerentes ou administradores das empresas que sejam relevantes para o presente estudo.

A terceira parte desta dissertação é dedicada à explicação da metodologia usada na investigação. Naturalmente que se explica a formulação de hipóteses e subquestões de investigação no sentido de cumprir os objetivos desta dissertação. Caracteriza-se o estudo e procede-se à apresentação do método de recolha de dados, à definição da respetiva amostra em relação ao universo que representa e explica-se o processo de construção do inquérito. Por último, são expressos e justificados os métodos estatísticos utilizados para testar as hipóteses formuladas.

Na quarta parte é feita a análise do estudo empírico e discutem-se os resultados obtidos, confrontando-os com as principais conclusões presentes na literatura sobre o tema. São também discutidos aspetos que possam ter influenciado os resultados alcançados, bem como tecidos alguns comentários e extrapolações dos resultados para as práticas e realidades atuais.

A quinta e última parte é dedicada às conclusões do estudo, sendo indicadas as principais limitações a toda a investigação. Tendo este estudo um carácter exploratório, no sentido em que o conceito de literacia financeira ainda se encontra pouco ou nada estudado junto da população alvo deste estudo, são também apontados alguns contributos expectáveis para pesquisas que possam vir a ser realizada no futuro nesta área.

## PARTE 2 - REVISÃO DA LITERATURA

### **2.1. DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA**

A definição de microempresa pode ser vista sob vários prismas. De entre a diversa legislação sobre o assunto, destaca-se, pela importância e influência na esfera económica, social e política do diploma legal em causa, o que estabelece o Código do Trabalho (CT) (Portugal, 2016), cuja última revisão consultada data de 1 de abril de 2016. Este refere, na alínea a) do art.º 100º, que microempresa é toda aquela que emprega menos de 10 trabalhadores, sem estabelecer quaisquer outros limites. Ou seja, e como seria de esperar, o CT preocupa-se apenas com a dimensão das empresas ao nível do emprego para definir a sua grandeza, sendo que toda e qualquer empresa com 9 ou menos trabalhadores, independentemente do seu volume de negócios, património ou outro qualquer indicador económico, é considerada uma microempresa. Existe uma obrigação constitucional do Estado, desde logo, de proteção às pequenas e médias empresas, preconizada pelo art.º 86.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) (Portugal, 2005).

Os principais agentes públicos dedicados ao estudo, apoio e desenvolvimento das unidades empresariais denominadas microempresas, como por exemplo as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), os Grupos de Ação Local do Programa de Desenvolvimento Regional 2014-2020, o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), entre muitos outros, adotaram a definição de microempresa da Recomendação da Comissão 2003/361/CE de 6 de maio de 2003. Esta definição, por ser a mais utilizada e transversal a todos os contextos pertinentes da sociedade portuguesa, será a adotada na presente investigação, por forma a corresponder ao universo mais aceite e alargado possível de microempresas. Nesta Recomendação, uma microempresa é “definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.”, conforme o nº 2 do seu art.º 2.º. É importante referir que, ao contrário do que está preconizado na Recomendação da Comissão, nesta dissertação é efetuada uma distinção entre sociedades e empresários em nome individual, não sendo considerados para a inclusão no conceito de microempresa os



empresários em nome individual e/ou trabalhadores independentes, apenas por conveniência empírica<sup>3</sup>. Não devemos confundir, no entanto, empresário em nome individual com sociedade unipessoal por quotas. As sociedades unipessoais por quotas são, segundo o art.º 270.º-A do CSC, constituídas por um sócio único, pessoa singular ou coletiva, que é o titular da totalidade do capital social. Podemos, assim, concluir, tal como no art.º 270.º-G do mesmo diploma, que as sociedades unipessoais são em tudo semelhantes às sociedades por quotas, havendo apenas a particularidade de terem um único sócio. Os empresários em nome individual e/ou trabalhadores independentes são entidades diferentes, porquanto não estão necessariamente obrigados a ter contabilidade organizada, uma vez que de acordo com o previsto no nº 1 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 158/2009<sup>4</sup>, de 13 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), poderão estar fora do âmbito deste. De acordo com o SNC, todas as sociedades por quotas, mesmo as unipessoais, estão obrigadas a apresentar as suas contas em cada período económico, nomeadamente um conjunto de demonstrações financeiras. O mesmo não acontece com as pessoas singulares que, exercendo a título individual qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios líquido superior a 200.000 €. Assim, o facto de os empresários em nome individual e/ou trabalhadores independentes poderem cair nesta exceção à aplicação do SNC, pareceu-nos mais adequado a sua não inclusão no estudo empírico, já que de outro modo poderiam existir muitos constrangimentos ao estudo empírico e à sua pertinência, dada a não uniformidade na preparação de demonstrações financeiras nas quais se baseia o presente estudo.

Tendo presente a exceção do parágrafo anterior, no art.º 1.º da Recomendação da Comissão é estipulado que se entende por empresa “qualquer entidade que,

---

<sup>3</sup>Esta distinção apenas foi feita para efeitos do estudo empírico realizado, devido à dificuldade em garantir que os trabalhadores independentes tivessem, ou não, optado ou sido obrigados legalmente a ter contabilidade organizada. Não obstante, considerou-se a população do estudo como a totalidade das microempresas existentes em Portugal.

<sup>4</sup>Cuja última alteração foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. É importante notar que este último diploma legal efetua a transposição da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que constitui um dos principais instrumentos de harmonização no domínio contabilístico na União Europeia (UE). No subtítulo seguinte teremos oportunidade de abordar os aspetos relevantes, para este estudo, desta Diretiva.

independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica”, podendo ser “a título individual ou familiar”, pelas “sociedades de pessoas ou as associações...”. Em síntese, desde que os critérios da referida recomendação sejam cumpridos, a entidade estudada será considerada uma microempresa no âmbito desta investigação.

Relacionando o que é preconizado pelo SNC com os limites da Recomendação da Comissão 2003/361/CE de 6 de maio de 2003, observamos que o perímetro da microempresa nesta última é diferente em relação aos limites, em conjunto, de microentidades e pequenas entidades, tal como descritas respetivamente nos ns.º 1 e 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009<sup>5</sup> de 13 de julho, sendo que para a classificação como microentidades ou pequenas entidades as empresas terão que cumprir 2 dos 3 critérios a seguir indicados.

#### Quadro 1 - Microentidades

- Balanço ≤ 350.000 €
- Volume de Negócios ≤ 700.000 €
- N.º de colaboradores ≤ 10

Fonte: DL n.º 158/2009 de 13 de julho

#### Quadro 2 - Pequenas entidades

- Balanço ≤ 4.000.000 €
- Volume de Negócios ≤ 8.000.000 €
- N.º de colaboradores ≤ 50

Fonte: DL n.º 158/2009 de 13 de julho

Na definição adotada no presente estudo, como já foi exposto, serão os limites indicados na Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003, que terão que ser cumpridos:

#### Quadro 3 - Microempresas

- Balanço ou Volume de Negócios ≤ 2.000.000 €
- N.º de colaboradores ≤ 9

Fonte: Recomendação da Comissão 2003/361/CE de 6 de maio

Ficam assim bem definidos os limites do que se entende por microempresa nesta investigação, os quais são mais abrangentes do que os prescritos no SNC, já que pode incluir, não só o conceito de microentidade, mas também o de pequena entidade do SNC.

---

<sup>5</sup>Os mesmos limites aplicam-se pelo estipulado na Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013, mais concretamente pelas definições constantes no art.º 3º da Diretiva.

De sublinhar, ainda, que de acordo com o art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, às microempresas objeto do nosso estudo não é exigida a elaboração de todas as demonstrações financeiras indicadas no n.º1 deste preceito. Assim, apenas são de elaboração obrigatória o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, enquanto que a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa são de elaboração facultativa para aquelas entidades. Já o anexo é de elaboração obrigatória por parte das pequenas entidades (definidas pelo SNC), sendo de elaboração facultativa no caso das microentidades, desde que efetuadas as divulgações previstas no mesmo art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009.

Pelo exposto no parágrafo anterior, a base da informação contabilística que é produzida no seio das microempresas portuguesas fica bem explanada. Remetemos, para além dos diplomas legais já citados e no âmbito do SNC, para a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades (NCME)<sup>6</sup>, para a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCPE)<sup>7</sup> e para os Modelos de Demonstrações Financeiras<sup>8</sup> para maior desenvolvimento sobre os aspetos contabilísticos e legais do SNC, que não cabem na análise desta dissertação.

Não obstante o referido no parágrafo anterior, mais adiante nesta dissertação será apresentada, em subtítulo adequado, os modelos das demonstrações financeiras adotados em Portugal para as microempresas, dada a sua relevância para o presente estudo.

---

<sup>6</sup>Aviso n.º 8255/2015 Diário da República, 2.ª série — N.º 146 — 29 de julho de 2015

<sup>7</sup>Aviso n.º 8257/2015 Diário da República, 2.ª série — N.º 146 — 29 de julho de 2015

<sup>8</sup>Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho de 2015.

## 2.2. A IMPORTÂNCIA DAS MICROEMPRESAS NO CONTEXTO PORTUGUÊS

A microempresa é definida em todo o mundo, sensivelmente, em torno da mesma tipologia de critérios. Desta forma, o volume de negócios e o número de trabalhadores estão quase sempre presentes, seja a definição social, económica, política ou de outra índole. A sua importância é sublinhada por todos os agentes um pouco por todo o mundo. A literatura também sublinha a importância que estas unidades assumem em qualquer economia, seja na produção de riqueza, seja no seu contributo para o emprego, seja noutras vertentes vistas como positivas para uma determinada região ou nação. Vejamos alguns exemplos relevantes em relação à União Europeia (UE), do que é retratado na literatura, tendo em conta que nem sempre é possível distinguir uma micro de uma pequena empresa, dependendo do contexto a que nos referimos.

Na Turquia a definição de microempresa é em tudo semelhante à utilizada no presente estudo, ou seja, é a definição da Comissão Europeia, sendo que as pequenas e médias empresas (PME) naquele país representam 99% de todas as empresas, e destas mais de 96% têm menos de 20 colaboradores ao serviço (Bayrakdaroğlu e Şan, 2014). Contribuem com 78% do emprego, 55% do valor acrescentado bruto, 50% do total de investimento e 56% das exportações. No contexto norueguês, 95% de todas as empresas são pequenas (Gooderham *et al.*, 2004), sendo definidas como as empresas que têm entre 1 a 19 funcionários. As microempresas (empresas com menos de 5 funcionários) representam 80% deste subtotal. A economia chinesa é hoje muito relevante para a Europa. O empreendedorismo ganhou recentemente uma pujança incrível na China. A China veio de um contexto de quase não existência de PME para um número total de cerca de 43.000.000 em 2014 (Jiang *et al.*, 2014 *apud* Van Auken e Yang, 2014:2). As microempresas chinesas, com a sua classificação a abranger um critério sectorial<sup>9</sup> (Xinzhen, 2011), são responsáveis por 38,7% do emprego total nas empresas. No Brasil o cenário é semelhante. As micro e pequenas empresas representam 91% dos empregos existentes e

---

<sup>9</sup>Consoante a natureza da atividade da empresa, os critérios utilizados podem variar entre a utilização do critério de volume de negócios, número de empregados, total do ativo ou combinações entre alguns destes fatores. Para mais informações sobre estes critérios visitar [http://www.bjreview.com/business/txt/2011-07/18/content\\_377271.htm](http://www.bjreview.com/business/txt/2011-07/18/content_377271.htm).

27% do Produto Interno Bruto (PIB), retratando 99% do total de empresas brasileiras (SEBRAE, 2014 *apud* Kos *et al.*, 2014). No Reino Unido, ainda parte integrante da UE a esta data, segundo Rhodes (2016) as microempresas representam 96% do total de PME existentes, que por sua vez representam 99,9% de todas as empresas. As microempresas contribuem com 32% de todo o emprego e representam 19% do total do volume de negócios. Na UE o cenário é corroborativo de todos os exemplos apresentados neste subtítulo. Na tabela seguinte, podemos observar os principais dados das empresas na UE a 28 países:

**Tabela 1 - Número de empresas, emprego e valor acrescentado na UE a 28 em 2015**

	Empresas - Dimensão				
	Micros	Pequenas	Médias	Grandes	Total
<b>Empresas</b>					
<b>Número</b>	21.356.252	1.378.702	224.647	44.458	23.004.059
<b>%</b>	92,80	6,00	1,00	0,20	100,00
<b>Pessoas Empregadas</b>					
<b>Número</b>	40.057.408	27.503.428	23.170.352	45.168.732	135.899.904
<b>%</b>	29,50	20,20	17,00	33,20	100,00
<b>Valor Acrescentado</b>					
<b>Milhões de €</b>	1.453.926	1.233.270	1.250.907	2.923.873	6.861.976
<b>%</b>	21,20	18,00	18,20	42,60	100,00

Fonte: European Commission (2016)

Não é difícil constatar a extrema importância das microempresas no panorama económico europeu, não obstante o número de empregos nas grandes empresas ser superior em quase 4%, representando ainda o dobro do valor acrescentado criado na UE.

Vamos agora observar para o caso português, objeto de estudo desta dissertação, os principais dados disponíveis para as microempresas, sendo que em alguns casos temos que nos cingir às PME. Tendo em conta a percentagem elevada que as microempresas representam no conceito de PME, superior a 96% para o ano de 2015, segundo o portal

PORDATA (2016), podemos aceitar as inferências sobre os dados de forma análoga para microempresas e PME com algum grau de confiança.

<b>Tabela 2 - Número de empresas por dimensão</b>					
<b>Anos</b>	<b>Dimensão</b>				
	Micros	Pequenas	Médias	Grandes	Total
<b>2004</b>	1.064.115	43.806	6.433	1.102	1.115.456
<b>2005</b>	1.099.975	44.149	6.391	1.095	1.151.610
<b>2006</b>	1.119.032	45.513	6.548	1.126	1.172.219
<b>2007</b>	1.180.255	46.398	6.779	1.201	1.234.633
<b>2008</b>	1.207.098	46.383	6.821	1.150	1.261.452
<b>2009</b>	1.171.689	44.253	6.546	1.090	1.223.578
<b>2010</b>	1.117.787	42.968	6.413	1.097	1.168.265
<b>2011</b>	1.088.145	40.815	6.193	1.103	1.136.256
<b>2012</b>	1.043.003	37.118	5.773	1.021	1.086.915
<b>2013</b>	1.077.294	35.446	5.687	1.020	1.119.447
<b>2014</b>	1.104.490	35.870	5.759	1.035	1.147.154
<b>2015</b>	1.136.865	37.515	5.951	1.075	1.181.406

Fonte: PORDATA (2016).

<b>Tabela 3 - PME em % do total de empresas e por dimensão</b>				
<b>Anos</b>	<b>Dimensão</b>			
	Micros	Pequenas	Médias	Total
<b>2004</b>	95,4	3,9	0,6	99,9
<b>2005</b>	95,5	3,8	0,6	99,9
<b>2006</b>	95,5	3,9	0,6	99,9
<b>2007</b>	95,6	3,8	0,5	99,9
<b>2008</b>	95,7	3,7	0,5	99,9
<b>2009</b>	95,8	3,6	0,5	99,9
<b>2010</b>	95,7	3,7	0,5	99,9
<b>2011</b>	95,8	3,6	0,5	99,9
<b>2012</b>	96,0	3,4	0,5	99,9
<b>2013</b>	96,2	3,2	0,5	99,9
<b>2014</b>	96,3	3,1	0,5	99,9
<b>2015</b>	96,2	3,2	0,5	99,9

Fonte: PORDATA (2016).

Como pudemos verificar nas tabelas anteriores, o tecido económico empresarial português concentra-se substancialmente na unidade microempresa. Em Portugal, e com a mediatização extrema do contexto político, social e económico, é comum a afirmação de que as microempresas são essenciais para o sucesso do país, nomeadamente no que concerne ao fator emprego, ou não fossem estas unidades empresariais o maior empregador nacional. Segundo o portal PORDATA (2016), as microempresas representam a maior parte do emprego a nível nacional ao longo dos últimos anos (tabela 4).

**Tabela 4 - Pessoal ao serviço nas empresas por dimensão**

Anos	Dimensão				Total
	Micros	Pequenas	Médias	Grandes	
<b>2004</b>	1.675.780	801.363	568.051	737.418	3.782.612
<b>2005</b>	1.736.224	802.230	566.040	741.496	3.845.990
<b>2006</b>	1.745.474	827.554	580.253	779.199	3.932.480
<b>2007</b>	1.816.254	841.593	600.376	830.640	4.088.863
<b>2008</b>	1.846.263	842.130	603.496	782.528	4.074.417
<b>2009</b>	1.796.950	802.304	576.802	770.181	3.946.237
<b>2010</b>	1.731.624	778.116	559.456	774.840	3.844.036
<b>2011</b>	1.690.400	743.629	542.941	764.663	3.741.633
<b>2012</b>	1.605.077	678.276	508.407	719.959	3.511.719
<b>2013</b>	1.613.327	646.510	498.865	722.029	3.480.731
<b>2014</b>	1.640.265	655.303	510.430	742.586	3.548.584
<b>2015</b>	1.682.942	684.687	529.506	779.329	3.676.464

Fonte: PORDATA (2016).

Em 2015, só as microempresas representavam 45,78% de todo o emprego nacional. Ou seja, as microempresas representavam, por exemplo, mais do dobro do emprego existente em unidades empresariais de grande dimensão e quase um em cada dois indivíduos que trabalham em empresas, fazem-no numa microempresa. Se extrapolarmos este número para a globalidade do emprego, chegamos a um valor de 37,00% de todo o emprego existente no país, ou seja, mais de um terço de todas as pessoas empregadas em Portugal trabalham para uma microempresa, como podemos comprovar

na tabela infra, onde estão presentes os valores do emprego em Portugal em número de indivíduos.

<b>Tabela 5 - População empregada a tempo completo e parcial</b>			
<b>Anos</b>	<b>Regime de duração de trabalho</b>		
	Total	Tempo completo	Tempo parcial
<b>2004</b>	5.062.300	4.481.500	580.800
<b>2005</b>	5.047.300	4.471.700	575.600
<b>2006</b>	5.079.000	4.497.300	581.700
<b>2007</b>	5.092.500	4.466.100	626.400
<b>2008</b>	5.116.600	4.494.400	622.200
<b>2009</b>	4.968.600	4.378.000	590.700
<b>2010</b>	4.898.400	4.317.500	581.000
<b>2011</b>	4.740.100	4.096.800	643.300
<b>2012</b>	4.546.900	3.881.900	665.000
<b>2013</b>	4.429.400	3.795.200	634.200
<b>2014</b>	4.499.500	3.910.800	588.700
<b>2015</b>	4.548.700	3.982.300	566.400

Fonte: PORDATA (2016).

A importância das microempresas já estaria justificada desta forma, nomeadamente a importância política, social e económica que lhes é dada. A nossa análise poder-se-ia estender a outros indicadores para justificar a importância nacional desta dimensão de unidade empresarial. Apresentamos, apenas, mais alguns indicadores económicos diferentes do emprego nas tabelas seguintes, que serão pertinentes para o referencial de análise e discussão de resultados do estudo empírico, apresentado mais à frente, na parte 4 da dissertação.



**Tabela 6 - Volume de negócios das empresas por dimensão (10<sup>6</sup> €)**

Anos	Dimensão				
	Micros	Pequenas	Médias	Grandes	Total
2004	71.499,70	67.206,10	64.689,80	134.870,10	338.265,70
2005	73.594,20	69.317,10	65.424,30	144.993,40	353.329,00
2006	74.132,50	72.285,00	70.010,80	156.357,40	372.785,70
2007	77.007,00	76.263,80	75.096,70	177.911,50	406.279,00
2008	77.047,60	77.145,10	78.503,00	187.596,60	420.292,30
2009	72.253,10	70.857,60	73.108,80	163.536,00	379.755,50
2010	71.939,90	72.364,40	75.439,70	174.850,40	394.594,40
2011	66.916,80	68.819,00	72.581,40	176.142,50	384.459,70
2012	61.385,40	63.056,80	67.531,20	168.628,20	360.601,60
2013	60.738,30	62.221,00	67.227,60	163.717,40	353.904,30
2014	62.460,90	63.895,20	68.455,50	160.330,20	355.141,80
2015	64.328,60	66.214,60	71.218,30	157.742,30	359.503,80

Fonte: PORDATA (2016).

Como é fácil observar na tabela 6, o volume de negócios gerado pelas microempresas é muito substancial, representando 17,19% de todo o volume de negócios gerado pelas empresas em Portugal. Todavia, a evolução dos valores ao longo dos anos demonstram uma perda de importância das microempresas nesta rubrica, passando dum valor superior ao gerado pelas pequenas empresas ou pelas médias empresas. Exibiam, da mesma forma, uma percentagem total do volume de negócios de 21,14%, quase 4 pontos percentuais acima do valor em 2015.

Em termos de sectores de atividade económica, as PME distribuía-se em 2015 da seguinte forma (tabela 7):

<b>Tabela 7 - PME por sector de atividade económica em 2015</b>	
<b>Atividades</b>	<b>Número de PME</b>
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	133.417
Indústrias extrativas	1.062
Indústrias transformadoras	66.416
Eletricidade, gás e água	2.418
Construção	77.851
Comércio por grosso e a retalho (...)	221.854
Transporte e armazenagem	21.562
Alojamento, restauração e similares	91.780
Atividades financeiras e de seguros	18.262
Atividades imobiliárias	32.149
Educação	54.616
Atividades de saúde humana e apoio social	86.956
Outros sectores	371.988
<b>Total</b>	<b>1.180.331</b>

Fonte: PORDATA (2016).

É perceptível pela tabela 7 que as atividades que dominam a categoria das PME, e como corolário as microempresas, pelo exposto anteriormente, são as atividades agrícolas e de comércio, havendo, porém, grande incidência em sectores não especificados<sup>10</sup>, representando estas 3 rubricas mais de 60% de todas as atividades.

Quanto à distribuição geográfica das empresas pelo território nacional, podemos observar na tabela 8 que mais de 80% do universo se encontra localizado em Lisboa<sup>11</sup>, no Centro e no Norte do país.

---

<sup>10</sup>Entre estes sectores encontram-se serviços relacionados com atividades de consultoria, técnicas e similares, atividades administrativas e de apoio, atividades artísticas, de espetáculos, desportivas, recreativas, entre outras, impossíveis de detalhar pela informação disponibilizada pelo INE.

<sup>11</sup>Área metropolitana de Lisboa.

<b>Tabela 8 - % de Empresas por localização geográfica em 2015</b>	
<b>Região</b>	<b>% de Empresas</b>
Norte	34,10
Centro	21,53
Lisboa	27,77
Alentejo	6,85
Algarve	5,42
Região Autónoma dos Açores	2,23
Região Autónoma da Madeira	2,10

Fonte: INE (2016).

Na tabela 8 são apresentadas todas as empresas existentes em Portugal, não existindo qualquer distinção por dimensão, dada a impossibilidade de detalhe dos dados no portal do INE. Apesar desta limitação, relembramos que a proporção do total de empresas que representa o objeto do nosso estudo, as microempresas, cifrou-se em 96,2% em 2015, conforme os dados da tabela 3, pelo que é expectável que o desvio dos dados da sua dispersão geográfica nunca será muito diferente daquela que se apresenta na tabela 8 para o total de empresas portuguesas.

O valor acrescentado bruto (VAB) gerado em cada tipologia de dimensão de empresa é representado na tabela 9.

<b>Tabela 9 - VAB por dimensão de empresa (10<sup>6</sup> €)</b>					
<b>Anos</b>	<b>Dimensão</b>				
	Micros	Pequenas	Médias	Grandes	Total
<b>2004</b>	18.714,8	15.885,6	15.894,4	35.127,2	85.621,9
<b>2005</b>	19.774,8	16.538,6	16.087,6	35.527,2	87.928,2
<b>2006</b>	20.092,5	17.456,8	17.159,5	37.435,6	92.144,4
<b>2007</b>	21.228,3	18.879,1	18.523,4	41.198,4	99.829,2
<b>2008</b>	21.797,7	19.612,8	19.060,9	42.149,6	102.621,0
<b>2009</b>	21.410,7	18.319,3	18.227,3	40.015,1	97.972,5
<b>2010</b>	20.310,9	17.958,8	18.584,1	40.585,4	97.439,3
<b>2011</b>	18.137,6	17.260,3	17.416,4	38.845,3	91.659,6
<b>2012</b>	16.038,3	14.919,8	16.387,5	37.675,8	85.021,5
<b>2013</b>	15.869,3	15.767,2	16.546,8	34.353,4	82.536,7
<b>2014</b>	16.714,7	15.694,0	17.041,9	36.326,4	85.777,0
<b>2015</b>	17.996,7	16.529,0	17.897,8	38.955,0	91.378,4

Fonte: PORDATA (2016).

Podemos constatar da tabela 9 que a importância das microempresas na produção de riqueza é muito substancial, significando um total de 19,69% da riqueza produzida nas empresas e encontrando-se acima do nível de valor acrescentado bruto gerado pelas pequenas ou médias empresas.

Por último, neste subtítulo, parece-nos importante referir que a distribuição de empresas por tipo de forma jurídica de sociedade é de pendor claro para a preferência de sociedade por quotas (INFORMA D&B, 2016). Nesta última tabela importa referir que, mais uma vez, não foi possível refinar os dados por dimensão de empresa.

<b>Tabela 10 - % de Empresas por tipo de sociedade em 2015</b>	
<b>Tipo de Sociedade</b>	<b>% de Empresas</b>
Sociedade por Quotas	65,8
Sociedade Unipessoal	27,9
Sociedade Anónima	5,9
Outras	0,4

Fonte: adaptado de Informa D&B (2016).



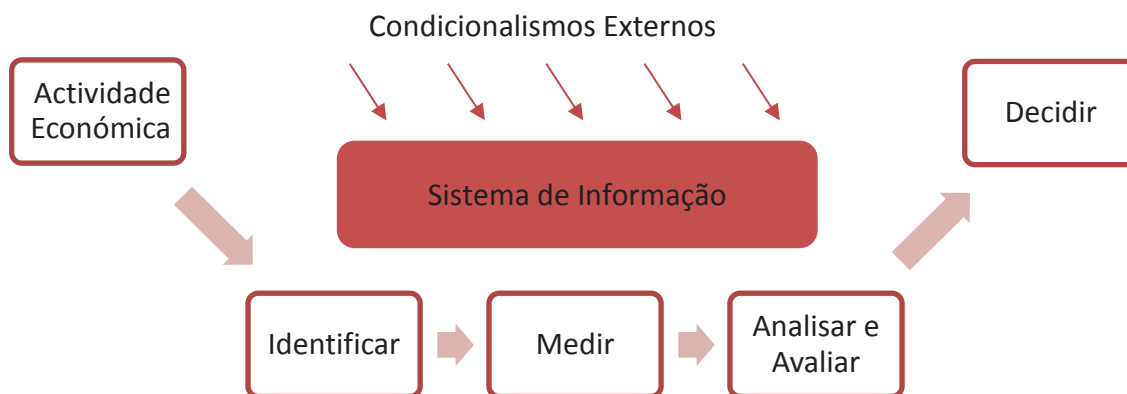
### 2.3. A GESTÃO E A DECISÃO NAS MICROEMPRESAS

A gestão das microempresas é uma tarefa que, na maioria dos casos, inclui todas as esferas de ação da organização, desde a componente operacional diária e constante, até à vertente mais estratégica, esporádica e de longo prazo. Este subtítulo dedica-se a abordar alguns aspetos sobre a gestão e a decisão nas microempresas, por forma a compreender melhor como são desenvolvidas estas atividades e o seu relevo, base de todo o estudo.

O ato de gerir é normalmente separado em dois planos distintos: o plano estratégico e o plano operacional. É expectável que esses planos sejam mais difíceis de distinguir no âmbito da microempresa, sobretudo naquela com menores recursos humanos. O patamar estratégico representa decisões estratégicas, que têm que ver com o horizonte da empresa no longo prazo: que objetivos, visão e missão a empresa espera alcançar, para onde se pretende dirigir. O plano operacional relaciona-se mais com todas as pequenas decisões diárias que a gestão enfrenta, todas as dificuldades, desvios de percurso, metas alcançadas, táticas implementadas, e que devem estar em consonância com o traçado estratégico da organização. Gerir é, então, procurar seguir a estratégia da organização, através do desenvolvimento de diferentes ferramentas e métodos construídos pelos gestores para apoiar as suas tomadas de decisão, com o objetivo de assegurar a sustentabilidade e o futuro da organização.

Segundo Almeida *et al.*, (2011), os gestores são os responsáveis pelas decisões e têm preocupações e responsabilidades comuns. De acordo com os mesmos autores, o carácter científico da gestão tem vindo a acentuar-se, devido ao aumento dos meios de informação e dos instrumentos de gestão. Na figura 1 pode-se observar um esquema simples e assertivo sobre a tomada de decisão no seio de uma empresa.

**Figura 1 – Informação e Decisão**

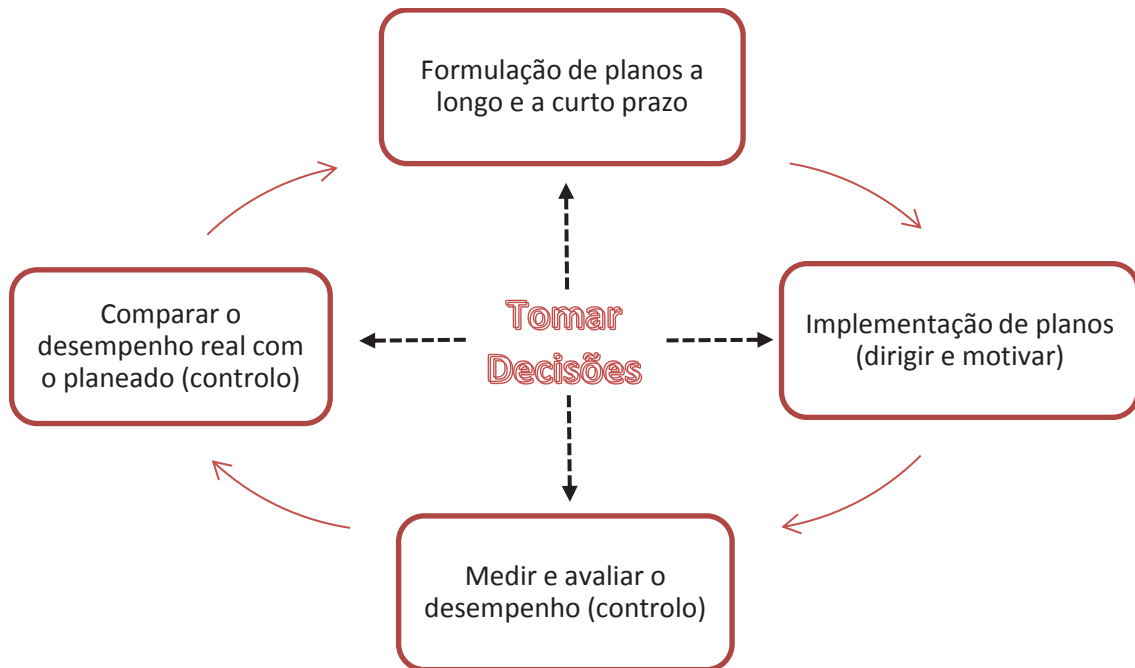


Fonte: adaptado de Cruz e Ferreira (2014).

Todo o processo de gestão é influenciado, não só pela estrutura interna da organização, como pelos condicionais de ordem externa, fora do âmbito do controlo da empresa. De entre estes, encontra-se o condicionalismo fiscal e legal português, por exemplo. O processo de crescimento das empresas aumenta a necessidade que os gestores têm de informações atempadas que permitam auxiliar a tomada de medidas fundamentais (Caiado, 2015). Segundo o mesmo autor, todos os aspetos da gestão devem ter em vista facultar o conhecimento profundo da informação da empresa em tempo oportuno.

Noreen, Brewer e Garrison (2011) alegam que todos os gestores desenvolvem três atividades distintas: planeamento, direção e motivação, e controlo (figura 2). Planear envolve estabelecer uma estratégia, selecionar um caminho de ações a desenvolver. Dirigir e motivar implica motivar as pessoas a executarem as ações necessárias. Controlar não é mais do que verificar que o plano está a decorrer conforme o previsto e, caso não esteja, proceder aos ajustes necessários para corrigir os desvios encontrados.

**Figura 2 – Ciclo de Planeamento e Controlo**



Fonte: adaptado de Noreen, Brewer e Garrison (2011)

Naturalmente que a tomada de decisões está no centro de todo o processo de planeamento e controlo, que é aquilo que pretendemos, em grande parte, aferir nesta investigação, nomeadamente em que medida essas tomadas de decisão dentro das microempresas são sujeitas a prévia consulta de informação contabilística.

O mundo globalizado em que vivemos hoje em dia tornou-se um chavão, mas nem por isso menos real. A esta atualidade estão associados níveis de risco e tempos de ação cada vez mais exigentes, que requerem de forma crescente melhor, mais rápida e tempestiva informação para os gestores, por forma a que a sua decisão seja informada, eficiente e eficaz. No contexto das microempresas, a sensibilidade dos efeitos da decisão é dotada duma intensidade superior, dadas as consequências que podem acarretar para o sucesso ou fracasso do empreendimento, pois muitas vezes na base de uma única decisão pode estar em risco a viabilidade financeira de toda a organização, podendo uma decisão menos informada levar, em última análise, à insolvência ou falência da empresa.

Toda a literatura aponta para que a informação desempenhe um papel fundamental para a tomada de decisão no âmbito da gestão. Auxilia os decisores a lidar



com a incerteza, a legitimarem as decisões e a lidarem e contornarem as suas limitações. Nas empresas, e sobretudo nas PME, a decisão é uma atividade diária e fundamental, que ocorre a todos os níveis e tem influência direta no desempenho e nos resultados alcançados (Estrela, 2014). As microempresas são as entidades com menor dimensão de entre todas as empresas e, por esse motivo, são as que mais carecem dos recursos adequados para a produção e gestão da informação financeira internamente (Höglund e Sundvik, 2016), resultando daqui uma dificuldade acrescida nestas entidades para tomarem decisões de gestão com base nos seus relatórios financeiros internos. É importante realçar nesta fase que o objetivo do presente estudo não é analisar as decisões, nem a qualidade, eficiência ou eficácia que as revestem, mas sim aferir se o gestor, quando as toma, consulta e está ciente da importância da informação contabilística produzida pela empresa, concretamente no que respeita às demonstrações financeiras.

Pires e Alves (2011) desenvolveram um estudo que conclui que as informações financeiras e não financeiras são complementares na tomada de decisão por parte dos gestores. É também constatado no mesmo estudo que os gestores, em termos gerais, atribuem maior importância e relevância à informação financeira, em detrimento da informação não financeira. Chow e Van Der Stede (2006) concluem no seu estudo que, ao contrário do que é veiculado popularmente pela literatura, a informação financeira não é inferior à informação não financeira, superiorizando-se em certas situações, em termos da sua relevância. Todavia, referem-se a grandes empresas ou a unidades empresariais de dimensão muito superior pelos critérios utilizados no presente estudo para delimitar a noção de microempresa, e esta questão pode ser relevante, pois as diferenças na disponibilidade de recursos entre grandes e pequenas empresas afetam a compreensão e concentração do processo de tomada das decisões estratégicas, diminuindo a probabilidade de que os processos nas pequenas empresas sejam versões dos processos das grandes empresas a uma escala mais reduzida (Jansen *et al.*, 2013)

Russo (2005) afirma que nas PME os gestores confundem-se com os sócios e/ou acionista. O mesmo autor conclui que:

Os estudos académicos têm privilegiado a análise das grandes empresas, dedicando pouca atenção às PME, certamente devido à sua maior heterogeneidade, falta de informação disponível sobre as mesmas, menores

recursos para a investigação ou por outras razões igualmente compreensíveis. Mas, na realidade da economia portuguesa (e da generalidade das economias de mercado) predominam as pequenas unidades empresariais, responsáveis por parte significativa da riqueza gerada (Russo, 2005).

É também do conhecimento comum que as microempresas dependem, aliás como já referido anteriormente, de uma ou poucas pessoas (Jansen *et al.*, 2013), tendo pouco poder negocial com a banca, fornecedores e clientes. Assim, têm que se submeter, na maioria dos casos, a quase tudo aquilo que lhes é exigido, ou pelo menos fazer cedências importantes em matérias fundamentais para a sobrevivência da microempresa. Num contexto destes, assume ainda maior relevância a utilização da informação para a tomada de decisão por parte do gestor, pois é ela que delimitará o último limiar de resistência e resiliência da organização como um todo. O acesso ao conteúdo da informação e a oportunidade com que os gestores possam ter de o validar, têm efeitos positivos na compreensão do processo de decisão estratégico levando, em última análise, a um aumento do nível de eficiência (Jansen *et al.*, 2013).

O papel do gestor no contexto da microempresa portuguesa torna-se, então, bastante difícil, do ponto de vista da tomada de decisão, sobretudo porque enfrenta um cenário, nos anos recentes, de elevada complexidade fiscal e legal, isto é, informação dinâmica e em mutação constante, bem como um cenário de incerteza para os seus vetores, dada a constante mudança e pouca estabilidade legislativa e fiscal. Isto mesmo é corroborado por Drucker (1993), ou seja, quanto maior o grau de complexidade do negócio e maior o contexto de incerteza ou mutação ambiental, mais difícil se tornam as decisões dos gestores, tornando-se assim mais provável o potencial de insucesso.

A relevância do empreendedorismo nos dias de hoje acentua ainda mais o alcance dos efeitos das decisões a nível microeconómico, pois é genericamente aceite que aquele fenómeno é um fator positivo de base para o crescimento económico (Salas-Fumás e Sanchez-Asin, 2013). O estudo levado a cabo por Salas-Fumás e Sanchez-Asin (2013) nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) demonstra que quanto maior a qualidade do empreendedor ao longo do tempo, maior o crescimento da produtividade numa economia. Mais concretamente, as conclusões retiradas demonstram que mais de 40% do crescimento da produtividade nos países da

OCDE, nos últimos 25 anos do século XX, pode ser explicada pelo aumento das competências dos empresários na efetividade das suas funções de gestão, entre as quais se incluem as decisões que tomam.

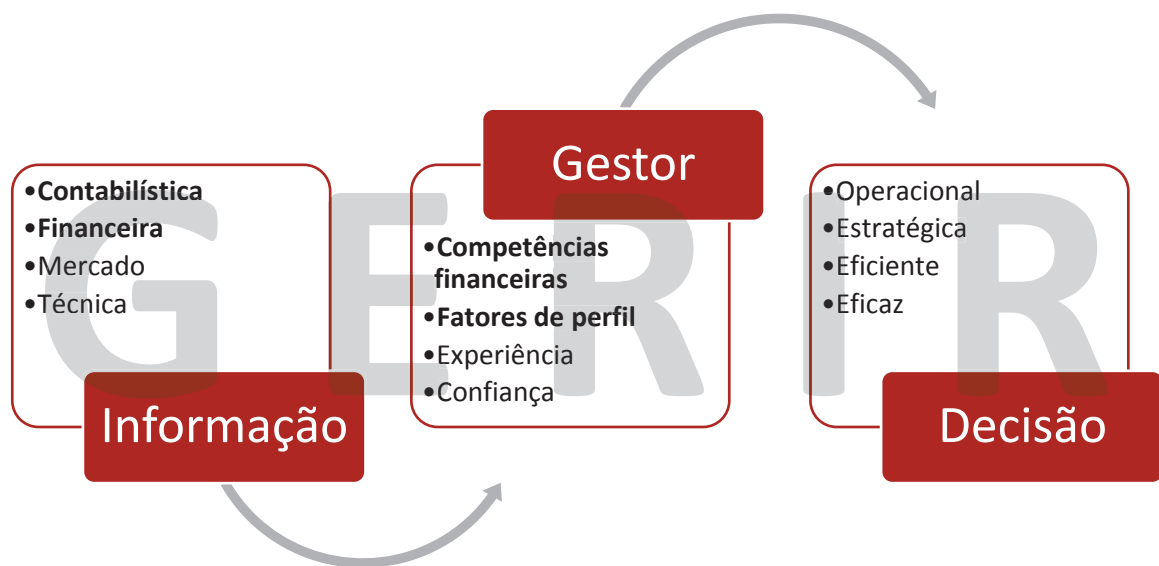
É do conhecimento geral que existem diferentes estilos de tomada de decisão, implicando por parte dos gestores/decisores a utilização de vários elementos como a intuição, a racionalidade, a experiência, a criatividade, entre outros (Estrela, 2014). No presente estudo interessa-nos em particular a questão da consulta da informação contabilística como elemento para a tomada de decisão por parte dos gestores das microempresas. É importante perceber os resultados que, segundo Calle (2008), são constatados no papel do decisor empreendedor, que é o perfil mais encontrado naqueles gestores. De acordo com este autor, este tipo de gestor parece agregar um maior valor a partir da informação utilizada, em comparação com outros perfis decisórios. No mesmo estudo, foi observado que a informação é utilizada para decidir o que fazer, como fazer e para prever o que poderá vir a acontecer, que é, no fundo, aquilo que se pretende apurar nesta investigação, ou seja, se a informação, e em particular as demonstrações financeiras produzidas no seio das microempresas, é utilizada para fazer escolhas, traçar caminhos ou desenhar táticas, e para prever o futuro da organização.

O perfil do gestor revela-se, então, de importância fulcral para percebermos o seu processo de decisão. Sem perceber o contexto de competências financeiras em que cada gestor se insere, dificilmente poderemos estabelecer umnexo causal entre a possibilidade de utilização da informação contabilística para as suas tomadas de decisão. Por outras palavras, “o uso da informação é um processo complexo”, que é condicionado por vários fatores, de entre os quais se destacam “as características pessoais, interpessoais e ambientais do indivíduo que a usa e depende de diversas variáveis, entre as quais o grau de competências informacionais do utilizador” (Wilson, 1999 *apud* Estrela, 2014; Silva, 2010 *apud* Estrela, 2014:98). No caso da nossa investigação, o grau de competências informacionais do utilizador passará muito pela sua capacidade de interpretar a informação financeira e contabilística produzida na própria empresa em que este incide as suas decisões. Segundo Jansen *et al.* (2013), os níveis de perícia e de educação formal do decisor são fatores intrínsecos ao volume de informação que é utilizado no processo de decisão.

Mediante este contexto, para além desta capacidade e nível de competências, para a qual se aproximará um grau de literacia financeira do gestor, dever-se-ão ter em conta outros fatores de perfil, que no caso se tentarão aferir por algumas variáveis sociodemográficas.

Sintetizando o presente subtítulo (figura 3), o ato de gerir implica a utilização de informação de diversa natureza, entre a qual nos interessa em particular a contabilística e financeira. Este ato de gerir implica a tomada de decisões por parte de um gestor, no seu contexto de competências financeiras e outros fatores de perfil, que nos interessa estudar, nomeadamente a sua relação com a frequência de consulta daquela informação contabilística.

**Figura 3 – Ato de gerir**

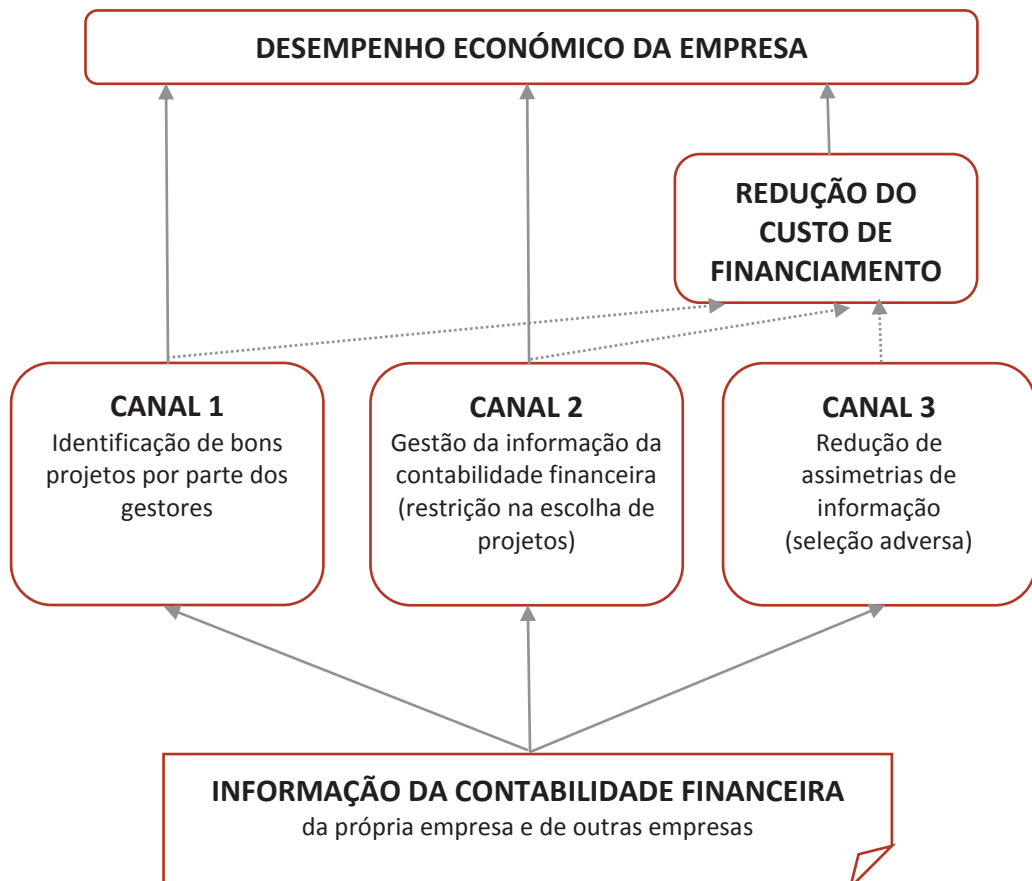




## 2.4. A CONTABILIDADE NAS MICROEMPRESAS

Neste subtítulo iremos analisar a regulamentação subjacente à preparação da informação contabilística nas microempresas e a sua importância no processo de tomada de decisões. A informação contabilística é muito importante na gestão das organizações, afetando vários contextos para além da própria empresa. Segundo Bushman e Smith (2001), a utilização da informação da contabilidade financeira na governação das empresas provavelmente afeta a alocação e utilização de recursos em toda a economia. Naturalmente que, desde logo, segundo os mesmos autores, dados da contabilidade financeira vão intensificar a eficiência ao fornecerem informação útil que permite aos gestores identificar oportunidades de criação de valor com menor probabilidade de erro. Em última análise, o papel da informação contabilística implica o aumento do desempenho económico da empresa por 3 canais, conforme se pode observar na figura 4:

**Figura 4 – Canais de influência da performance económica pela informação contabilística**



Fonte: adaptado de Bushman e Smith, (2001).

Segundo Bushman e Smith (2001), no canal 1 é esperado que a informação contabilística da empresa e dos seus concorrentes (mercado) ajude os gestores a decidir entre bons e maus projetos (investimentos), já que a ausência de informação credível impede o fluxo de capital para bons projetos. No canal 2 é espelhado o papel da gestão propriamente dita, no sentido em que a informação da contabilidade financeira é um componente direto dos mecanismos de controlo da empresa, disciplinando os gestores na alocação de recursos aos projetos. O terceiro canal representa a redução de assimetrias de informação através da informação contabilística e financeira de alta qualidade, pois os investidores/financiadores correm menos riscos de perda perante outros mais informados.

A informação da contabilidade financeira pode ser entendida, em grande parte, como aquela que é divulgada nas demonstrações financeiras. Em toda a UE as empresas apresentam as suas demonstrações financeiras pelo menos uma vez por ano, ao que as microempresas não são exceção. Assim, existem pelo menos alguns documentos contabilísticos e financeiros que são elaborados nestas entidades e que são comuns e transversais a todas, pelo que o desafio neste caso é descobrir até que ponto eles são consultados para efeitos de gestão e de decisão no seio das microempresas e a forma como se relacionam com a literacia financeira do gestor que assume essas decisões, que são fulcrais à sobrevivência da empresa, mas pouco estudadas ainda em toda a literatura.

Segundo o art.º 4.º da Diretiva 2013/34/UE (Parlamento Europeu e Conselho, 2013) as demonstrações financeiras anuais constituem um todo e compreendem para todas as empresas, no mínimo, o balanço, a demonstração de resultados e as notas às demonstrações financeiras. No mesmo artigo é afirmado que as demonstrações financeiras devem dar uma imagem verdadeira e apropriada dos elementos do ativo e do passivo, da posição financeira da empresa e dos seus resultados. No seu art.º 9.º é admitida alguma flexibilidade nestas demonstrações, pois está previsto que a estrutura, terminologia e nomenclatura de algumas rubricas do balanço e da demonstração de resultados possam ser adaptadas, caso a natureza particular da empresa assim o exija. Esta diretiva prevê, desde logo, dois modelos de balanço e dois modelos de demonstração de resultados aceites para os estados-membros. Em cada um dos casos, cada estado pode adotar um modelo ou ambos, podendo permitir que as empresas optem por um neste último caso. A

Diretiva 2013/34/UE prevê uma série de simplificações e isenções para as empresas, consoante a sua dimensão. No seu art.º 14.º, as pequenas empresas são contempladas com autorização para a elaboração de balanços sintéticos, sendo que no mesmo artigo é prevista situação idêntica para a demonstração de resultados. No seu art.º 31.º é permitido aos estados-membros dispensar as pequenas empresas da obrigação de publicar as suas demonstrações de resultados e relatórios de gestão. Especificamente para as microempresas objeto desta dissertação, são emanadas uma série de possíveis dispensas de obrigações pelos países, nomeadamente, e para citar algumas, apresentação de contas de acréscimos e diferimentos no ativo e passivo, a obrigação de elaborar notas às demonstrações financeiras<sup>12</sup>, a obrigação de elaborar o relatório de gestão, entre outras. Inclusivamente, as microempresas poderão apenas, mediante a decisão do estado-membro, elaborar um balanço sintético e uma demonstração de resultados sintética, no seguimento, respetivamente, da alínea a) e b) do nº 2 do art.º 31º, considerando-se nesse caso que essas demonstrações financeiras dão a imagem verdadeira e apropriada da entidade. Nos termos do nº 6 do mesmo artigo, as microempresas são consideradas pequenas empresas para todos os outros efeitos, significando tal que gozam ainda de todas as vantagens dessa delimitação de dimensão.

No contexto nacional o Decreto-Lei n.º 98/2015 (Ministério das Finanças, 2015a) é o diploma legal que transpõe a Diretiva 2013/34/UE para a ordem jurídica interna. Atendendo ao prescrito no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, e conforme o que foi já exposto nos quadros 1 e 2 da presente dissertação, o conceito de microempresa adotado no nosso estudo (que segue a classificação da UE) pode acolher a classificação contabilística de microentidade ou de pequena entidade, sendo que, segundo o art.º 9.º-C do mesmo diploma, as microempresas que cumpram os limites das microentidades devem aplicar a NCME, podendo optar, pelo mesmo enunciado, por aplicar as NCRF ou a NCPE, enquanto que as pequenas entidades podem adotar a NCPE em relação ao restante normativo. Pelo art.º 11.º do mesmo diploma, as entidades sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

---

<sup>12</sup>Esta dispensa está sujeita a algumas reservas, nomeadamente à divulgação de alguns elementos previstos no anexo às demonstrações financeiras no final do balanço.



- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

Desde logo, a delimitação das demonstrações financeiras a apresentar pelas microentidades e pelas pequenas entidades é expressa pelo n.º 3 do mesmo artigo, quando é mencionado que estas entidades são dispensadas de apresentar a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio, podendo apresentar modelos reduzidos relativamente às restantes demonstrações financeiras, estando ainda, adicionalmente, as microentidades dispensadas de apresentar o anexo se procederem à divulgação de certos elementos no final do balanço. Sendo um dos objetivos do presente subtítulo o de delimitar as demonstrações financeiras emanadas das microempresas, optou-se por encontrar um mínimo múltiplo comum de micro e pequenas entidades, pelo que, para todos os efeitos, considera-se que as microentidades divulgam a informação mínima que compõe o anexo<sup>13</sup>.

O Aviso n.º 8255/2015 (Secretário-Geral do Ministério das Finanças, 2015b) estabelece os aspetos de reconhecimento e mensuração, tidos como os requisitos contabilísticos aplicáveis às microentidades, ou seja, homologa a NCME. Apenas referimos este aviso e o próximo com o intuito de continuar a sublinhar a atenção especial que é dada pelas autoridades governativas e legislativas às microempresas. O Aviso n.º 8257/2015 (Secretário-Geral do Ministério das Finanças, 2015c) homologa a NCPE e estabelece os aspetos de reconhecimento e mensuração extraídos das correspondentes NCRF, tidos como os requisitos mínimos aplicáveis às pequenas entidades.

Cumpra agora analisar os modelos de demonstrações financeiras com a informação mínima obrigatória utilizados para as microempresas. Estes modelos são

---

<sup>13</sup>O anexo às demonstrações financeiras constitui uma listagem de divulgações muito flexível, consoante o contexto de cada entidade, conforme o que está estipulado na legislação citada. Doravante serão consideradas apenas o balanço e a demonstração de resultados como as demonstrações financeiras comuns a microentidades e pequenas entidades, sendo também sobre estes documentos que se pretende avaliar a relação entre consulta da contabilidade para as decisões de gestão e a literacia financeira dos gestores das microempresas.

definidos pela Portaria n.º 220/2015 (Ministério das Finanças, 2015b), que os aprova para as diferentes entidades que aplicam o SNC.

**Figura 5 – Modelo de balanço para pequenas entidades**

Entidade: .....

BALANÇO EM XX DE YYYYYY DE 20NN (modelo reduzido)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		XX YY N	XX YY N-1
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Créditos e outros ativos não correntes			
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber			
Diferimentos			
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários			
<b>Total do ativo</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
<b>Total do passivo</b>			
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>			

Fonte: Portaria 220/2015.

**Figura 6 – Modelo de balanço para microentidades**

Entidade: .....

BALANÇO EM XX DE YYYYYYY DE 20NN (modelo ME)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	DATAS	
	XX YY N	XX YY N-1
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Créditos e outros ativos não correntes		
<b>Ativo corrente</b>		
Inventários		
Clientes		
Estado e outros entes públicos		
Capital subscrito e não realizado		
Diferimentos		
Outros ativos correntes		
Caixa e depósitos bancários		
<b>Total do ativo</b>		
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital subscrito		
Outros instrumentos de capital próprio		
Reservas		
Resultados transitados		
Outras variações no capital próprio		
Resultado líquido do período		
<b>Total do capital próprio</b>		
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		
Financiamentos obtidos		
Outras dividas a pagar		
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores		
Estado e outros entes públicos		
Financiamentos obtidos		
Diferimentos		
Outros passivos correntes		
<b>Total do passivo</b>		
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		

Fonte: Portaria 220/2015.

**Figura 7 – Modelo de demonstração de resultados para pequenas entidades**

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Outras imparidades (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos		+	+
Outros gastos		-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		=	=

Fonte: Portaria 220/2015.

**Figura 8 – Modelo de demonstração de resultados para microentidades**

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo ME)

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 20NN

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	N	N-1
Vendas e serviços prestados	+	+
Subsídios à exploração	+	+
Variação nos inventários da produção	+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade	+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-	-
Gastos com o pessoal	-	-
Imparidade (perdas/reversões)	- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)	- / +	- / +
Outros rendimentos	+	+
Outros gastos	-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- / +	- / +
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	=
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	=
Imposto sobre o rendimento do período	- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>	=	=

Fonte: Portaria 220/2015.

Como podemos observar nos diferentes modelos de balanço e demonstração de resultados para micro e pequenas entidades (figuras 5 a 8), a informação veiculada não é muito diferente. Podemos então concluir que existe alguma homogeneidade mínima nas demonstrações financeiras produzidas pela contabilidade, para todas as microempresas portuguesas (segundo o conceito de microempresas adotado neste estudo). Não quer isto dizer que cada microempresa, conforme o que já foi mencionado, não possa optar por elaborar outros documentos e complementar a informação contabilística e financeira divulgada e, mais importante ainda, do ponto de vista da informação produzida, as possa elaborar mensalmente ou noutro período económico inferior a um ano.

Carraher e Van Auken (2013) estudaram a utilização de demonstrações financeiras na tomada de decisão em 312 pequenas empresas americanas, tendo concluído que as demonstrações financeiras provisionam informação importante para guiar as decisões. As conclusões do estudo mostram que a facilidade dos sócios em utilizar as demonstrações financeiras para tomar decisões está associada com a frequência com que estes documentos são preparados estando, da mesma forma, diretamente associada ao nível de receita da empresa, conforme o conceito de desempenho económico já abordado anteriormente. Carraher e Van Auken (2013) referem que, apesar de o uso das demonstrações financeiras ajudar os sócios de pequenas empresas a tomar decisões, frequentemente eles não estão capacitados para as utilizar efetivamente se não as souberem interpretar. Adicionalmente, este uso está diretamente ligado aos objetivos estratégicos da firma, pois decisões tomadas sem atender ao impacto financeiro podem confundir a empresa e causar problemas financeiros a esta. Uma conclusão importante desta investigação é a de que os sócios têm mais confiança nas demonstrações financeiras preparadas em *outsourcing*, o que eventualmente pode ter que ver com a falta de competências internas das pequenas empresas e do conhecimento dos próprios sócios desse facto.

Já no século passado, Dunne, Ezell e Roberts (1980) reconheciam que a utilização da informação contabilística como base para a análise e interpretação era uma forma simples e eficaz para os gestores dos pequenos negócios, sobretudo ao nível do planeamento e controlo. Surge aqui neste estudo, também, a análise importante que qualquer gestor de uma microempresa pode fazer de forma prática e simples sobre as demonstrações financeiras, caso possua as competências de interpretação para tal e que consiste na análise das características dos gastos da microempresa: diretos vs. indiretos; variáveis vs. fixos. Esta análise pode ser interpretada pelos mais versados como demasiado básica, mas seria uma surpresa para alguns ver como algumas microempresas podem ser geridas. Goetz (1974) constatou que pequenos negócios como artesanato, consultórios médicos, pequenos alojamentos, restaurantes, pequeno comércio, entre outros, dependem da qualidade do seu produto para vender bem, mas os seus registos

contabilísticos terão que ser corretos, adequados e compreendidos, caso contrário aqueles negócios irão fracassar.

Gouveia (2014) estudou a utilidade da contabilidade para as microempresas numa amostra superior a 600 empresas. Concluiu que os gerentes e administradores (que muitas vezes são também os proprietários no caso das microempresas) que têm formação nas ciências económicas atribuem mais importância à informação contabilística e que o motivo mais evidente para algumas empresas não utilizarem a contabilidade foi a dificuldade em a interpretar, reconhecendo, contudo, que seria possível obter melhores resultados na empresa se o conseguissem fazer. Segundo o mesmo autor, o preparador da contabilidade deve cooperar ao máximo com o utilizador da informação contabilística, por forma a educá-lo e para que haja uma harmonia entre os dados da contabilidade e o processo de decisão. No entanto, como já referido, sabemos que em muitas destas empresas de pequena dimensão o produtor dessa informação não é um colaborador direto da empresa, o que pode gerar dificuldades acrescidas. O autor refere que “os TOC<sup>14</sup> devem estar cientes da natureza do negócio dos seus clientes e para estarem a par das complexidades contextuais de cada um, devem conhecer e aplicar técnicas mais modernas (...)”. Na parte empírica, o autor concluiu que o balanço e a demonstração de resultados são a fonte de informação mais utilizada e que é dada maior importância à informação contabilística nas decisões estratégicas comparativamente às decisões operacionais. Na opinião dos decisores das microempresas, e pelas constatações do autor, o Estado, os bancos e os financiadores continuam a ser considerados os mais interessados nesta informação<sup>15</sup>. Em estudo similar, tendo como base a mesma amostra, (Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015a) não foi encontrada qualquer variação significativa quanto ao género do gestor ou decisor da microempresa, obtendo-se substancialmente as mesmas conclusões.

Alves (2008) estudou a utilização da informação contabilística no processo de decisão dos dirigentes de grandes empresas industriais portuguesas, utilizando a entrevista como técnica de recolha de dados. Desde logo, no enquadramento teórico do estudo, o

---

<sup>14</sup>Hoje os Técnicos Oficiais de Contas são os denominados Contabilistas Certificados.

<sup>15</sup>De referir que parte das conclusões deste estudo foram publicadas na então Revista Científica OTOC (Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015b).



autor refere que muitas das pessoas experientes e com conhecimentos técnicos em negócios são capazes de analisar rapidamente um balanço. As conclusões deste estudo demonstram que a contabilidade é utilizada na maioria das decisões pelos dirigentes, não tendo sido, curiosamente, identificadas diferenças na utilização para decisões de rotina ou estratégicas.

Nandan (2010) afirma que uma das razões mais importantes do falhanço das PME em conseguirem crescer e manterem-se no longo prazo tem que ver com a pouca conceção de como gerir uma PME que os gestores têm em geral. A pesquisa neste campo tem demonstrado que os gestores das PME têm a expectativa dos serviços de contabilidade, para além do habitual, de aconselhamento em aspetos específicos do seu negócio, o que inclui, entre outros, planeamento financeiro, contabilidade de gestão e sistemas de informação, auditoria, redução de custos e decisões de preços. Conclui-se, contudo, que tal não tem sido acompanhado pelos gestores com o envolvimento dos contabilistas nestas questões, segundo o mesmo autor. No entanto, não podemos olvidar que em muitos destes aspetos que envolvem a contabilidade terá que existir um nível mínimo de compreensão e interpretação por parte do gestor da microempresa, o que muitas vezes não acontece. No fundo, e conforme refere Nandan (2010), esta questão pode ser ultrapassada envolvendo o contabilista de forma mais próxima e proativa na atividade da empresa, confiando mais nas suas capacidades, havendo, porém, alguma relutância por parte dos gestores devido ao aumento dos valores pagos pela contabilidade. Mas mais relevante para a presente dissertação é o facto de a pesquisa de Nandan (2010) referir que o que dificulta a interpretação e o valor dado à informação contabilística e financeira prestada pelos contabilistas é a fraca literacia financeira detida pelos sócios/gestores das PME.

Um estudo comparativo realizado por İbicioğlu, Kocabiyik e Dalğar (2010), sobre a utilização das demonstrações financeiras no processo de decisão por parte de gestores de PME europeias e turcas, conclui que os gestores dão mais importância às demonstrações financeiras na previsão de liquidez e na antevisão das crises financeiras, acabando por dar mais ponderação à sua experiência passada do que aos dados veiculados pelas demonstrações financeiras, o que pode ser sintomático. Os autores referem que é necessário, para que as decisões dos empresários ou gestores sejam eficazes, que se

remova a “obscuridade” das suas decisões. Para isso, e tendo em conta que os gestores das PME têm muita dificuldade em clarificar a posição económica das suas empresas, há que valorizar as demonstrações financeiras, para que se façam as questões certas e para que os gestores se debrucem sobre as questões de rentabilidade, endividamento, desempenho e liquidez da empresa.

A utilidade da contabilidade pode ter um papel crucial na gestão das microempresas, mas, como já foi mencionado, a gestão das microempresas não é um processo idêntico ao de uma grande empresa a uma escala reduzida. Na parte que nos interessa, o gestor da microempresa é um generalista (İbicioğlu, Kocabiyik e Dalğar, 2010), pelo que tem que se ocupar com todas as atividades da empresa, na maioria dos casos, da base até ao topo, sendo que em muitas das microempresas portuguesas a provável coincidência destas duas vertentes é elevada. Acresce a esta realidade que nas pequenas empresas é mais provável o acontecimento de situações de aflição financeira e restrições financeiras mais apertadas (İbicioğlu, Kocabiyik e Dalğar, 2010). As demonstrações financeiras, e mais concretamente a sua análise por parte dos gestores, são uma ferramenta imprescindível de gestão. Esta ferramenta, segundo este autor, permite prever o futuro e planear ações para modificar o curso dos eventos, ou seja, e conforme o que temos vindo a referir, tomar decisões informadas e com maior probabilidade de sucesso. Como é sabido, utilizam-se muitos rácios e indicadores retirados das demonstrações financeiras nas análises efetuadas. Deve-se ter em conta, todavia, que estes são apenas uma forma de resumir uma informação, por vezes, difícil de ler, transmitir e interpretar, nunca devendo ser utilizados para tomar decisões precipitadas, mas sim para efetuar as perguntas certas (İbicioğlu, Kocabiyik e Dalğar, 2010). Na parte empírica daquele estudo, os gestores afirmam que as demonstrações financeiras são bastante importantes em geral. Das conclusões desta análise a 131 empresas, ressalta-se a confirmação da importância dada à informação contabilística para a tomada de decisões, para a gestão das organizações e para o estabelecimento de objetivos a alcançar nas empresas.

A presente dissertação parte da convicção de que a contabilidade não só é útil para a gestão, como é imprescindível para tomar decisões e para o ulterior sucesso de qualquer microempresa. Não é alheio a esta convicção as motivações já explanadas para o

desenvolvimento do estudo. Uma das conclusões que suporta esta dissertação é a de que essa importância devida à contabilidade não lhe é conferida de forma apropriada pelos gestores portugueses. As conclusões do estudo empírico de Carvalho (2014:78) corroboram, em parte, esta percepção, referindo que “... as empresas desta dimensão (...) não atribuem uma grande relevância à contabilidade, nem se valem das informações que esta poderá fornecer para apoiar os órgãos de gestão nas decisões a tomar”. Segundo este estudo, a opinião dos próprios contabilistas vai no sentido de os conhecimentos da gestão destas empresas serem insuficientes e que uma das questões que poderá estar na base de toda esta problemática é a falta de habilitações literárias dos gestores. Esta última afirmação é muito genérica, não nos permitindo concluir o que será uma habilitação literária conveniente para a gestão de uma microempresa. No entanto, indo ao encontro do que é também, em parte, o objetivo desta dissertação, é aqui que reside a procura da literacia financeira como fator imprescindível à utilidade da contabilidade para a microempresa, senão a contabilidade ficará confinada ao seu papel de obrigação legal e/ou estatutária, como se verifica em muitos destes casos. Apesar de não ser objeto da presente dissertação, existem benefícios óbvios na utilização das demonstrações financeiras para os seus diversos utentes, que não a gestão. Segundo a estrutura conceptual do SNC<sup>16</sup>, os investidores necessitam de informação para “comprar, deter ou vender”, bem como os acionistas para saberem da capacidade da entidade de pagar dividendos. Naturalmente que nas microempresas estas questões assumem menor relevância. Na estrutura conceptual são ainda contempladas as outras necessidades relativas aos restantes utentes indicados, entre os quais se encontram empregados, mutuantes, fornecedores, outros credores, clientes, governo e seus departamentos e o público em geral. Por outro lado, a mesma estrutura conceptual consagra a responsabilidade de elaborar as demonstrações financeiras à gestão, o que nos leva a questionar: se já existe uma obrigação legal, porque não utilizar a informação para a tomada de decisão, compreendendo logo de partida a posição financeira e o desempenho da microempresa? A corroborar esta premissa, o estudo de Allee e Yohn (2009) confirmou, através da análise da elaboração e utilização das demonstrações financeiras junto de pequenas empresas privadas não cotadas em qualquer

---

<sup>16</sup>Aviso n.º 8254/2015 Diário da República, 2.ª série — N.º 146 — 29 de julho de 2015

mercado<sup>17</sup> que, mesmo nestas circunstâncias, existem incentivos externos à produção e utilização de demonstrações financeiras, recolhendo benefícios de dois tipos: ao nível de maior acesso ao crédito, do qual a esmagadora maioria das microempresas depende para sobreviver; e de um menor custo de capital. Segundo Alves (2015:ii), a utilização da informação contabilística nas microempresas determina a diferença entre o sucesso e o insucesso, constatando que esta informação continua a ser menosprezada pela gestão, muito por culpa da incapacidade dos gestores, em “interpretar a informação contabilística, nem reconhecer os benefícios inerentes à sua utilização nas decisões empresariais.”. É fundamental, então, que os gestores das microempresas consultem a informação da contabilidade para tomar as suas decisões.

Como temos vindo a constatar na mais diversa literatura sobre o tema, a informação contabilística, e concretamente a consulta das demonstrações financeiras, pode determinar o sucesso das decisões da gestão e, em última análise, o sucesso dos empreendimentos a que se dedicam. Infelizmente, e de acordo com Marriott e Marriott (2000) o papel da contabilidade nos pequenos negócios é determinado por requisitos estatutários e legais, ou seja, não é retirado partido de qualquer utilização da informação financeira para além da sua função de reporte fiscal e legal, o que no motivou a centrar o presente estudo particularmente sobre este tipo de empresa e sobre a forma como a informação da contabilidade será ou não catalisada a favor da microempresa. No mesmo sentido, Van Auken e Yang (2014) referem que as demonstrações financeiras disponibilizam informação importante para avaliar os impactos de decisões passadas ou futuras em diversos vetores, incluindo liquidez, necessidades de financiamento e risco. Apesar disso, muitas vezes os decisores não possuem as características necessárias para interpretar e dar utilidade a estas informações. A conclusão da pesquisa destes autores junto das PME chinesas confirma que, quanto maior é a capacidade de interpretar as demonstrações financeiras por parte dos decisores, maior a sua utilização para a tomada de decisão, resultando também numa maior frequência de preparação destes documentos.

---

<sup>17</sup>Esta questão no estudo indicado é muito relevante, no sentido em que não existem quaisquer regulamentos ou normas legais para produzir as demonstrações financeiras, pelo que as empresas que produziram essas demonstrações financeiras, fizeram-no por opção de gestão.

Acrescenta-se que, e tendo em conta o papel da contabilidade definido por Marriott e Marriott (2000), os fornecedores de serviços de contabilidade têm um contributo a dar no sentido de fazer entender aos decisores das microempresas a importância das demonstrações financeiras, já que estas podem guiar a decisões mais eficazes (Van Auken e Yang, 2014).

Na mesma senda de perceber como a contabilidade é utilizada nas microempresas, o estudo empírico de Kos *et al.* (2014) obteve resultados que comprovam as dificuldades dos micro e pequenos empreendedores em compreender a informação que lhes chega, mas mesmo assim baseando-se nela para tomar as suas decisões dentro desses limites de compreensão. Foi obtido um resultado muito interessante do ponto de vista empírico, pois com um grau de significância inferior a 1% constatou-se que o nível de instrução formal do gestor é determinante na compreensão da informação que lhe é prestada. As três hipóteses questionadas na análise de Kos *et al.* (2014) são da maior pertinência para o nosso estudo e para a compreensão da contabilidade como instrumento de decisão nas microempresas:

- H1: Os gestores das MPEs<sup>18</sup> compreendem a informação contabilística.
- H2: Os gestores das MPEs utilizam a informação contabilística nas tomadas de decisão.
- H3: Os gestores das MPEs recebem informações e assistência da contabilidade.

Os resultados daquele estudo demonstram que: os gestores têm baixa compreensibilidade da informação contabilística; utilizam a contabilidade nas suas tomadas de decisão dentro dos limites da sua compreensão; consideram que não recebem todas as informações importantes da contabilidade, apesar de não se encontrarem insatisfeitos com a relação que têm com o seu contabilista.

Na base das afirmações que temos vindo a elencar em toda a literatura sobre o tema da contabilidade e da capacidade de ser interpretada no seio das microempresas, já Holmes e Nicholls (1988) tinham afirmado que dificilmente proprietários ou gestores de

---

<sup>18</sup>Micro e pequenas empresas

pequenos negócios têm todas as capacidades e informação ideais para os gerirem, cabendo um papel muito importante de aconselhamento aos contabilistas. A conclusão deste estudo volta a sublinhar que a educação do proprietário ou gestor, sobretudo em áreas do conhecimento em gestão, é determinante para que sejam produzidas mais vezes informações nas empresas, sejam legais, orçamentais ou de outro tipo.

Como já vimos anteriormente, o contexto legal e as exigências de relato financeiro, tanto na Europa como em Portugal, são mais aligeirados para as microempresas. É neste contexto que Sian e Roberts (2009) desenvolveram o seu estudo sobre as necessidades de relato financeiro em pequenos negócios, no Reino Unido. Na mesma linha de raciocínio que temos vindo a desenvolver neste subtítulo, é descrito neste estudo a minoria de decisores de pequenas empresas que são capazes de entender os relatórios contabilísticos, dependendo quase sempre do contabilista para os perceber. O contabilista está, assim, numa posição privilegiada para aconselhar o empresário sobre planeamento de gestão, tomada de decisão, controlo e estratégia futura, uma vez que na maioria dos casos são eles que preparam todas as demonstrações financeiras. É importante perceber que os autores consideram que a relação entre empresas em crescimento e a prestação de informação importante por parte do contabilista é efetiva e existente, o que releva mais uma vez o papel que a contabilidade nas microempresas pode ter, especialmente no campo da decisão. Considera-se, no estudo em questão, desejável que os relatórios financeiros se aproximem mais do entendimento dos gestores das empresas, dado que na base do sentimento de incompreensão está, em parte, a complexidade das demonstrações financeiras. Importa, contudo, referir que as demonstrações financeiras, e principalmente o balanço e a demonstração de resultados, já estão bastante simplificadas no contexto europeu e português, residindo o ónus, na nossa opinião, do lado dos gestores e na melhoria das suas capacidades para interpretar e utilizar a informação veiculada nestes relatos para tomar boas decisões e conseguir implementar a estratégia das suas organizações. Segundo Nunes e Serrasqueiro (2004a), a contabilidade é uma fonte de informação que contribui para a diminuição ou eliminação de problemas, devendo ser usada para a tomada de decisão. Os empresários ou gestores acabam por procurar, muitas vezes, um contabilista que lhes trate apenas dos impostos, pois não estão interessados na

informação da contabilidade, mas sim no crescimento da empresa, na angariação de recursos e em pagar o mínimo de impostos, mas esta é uma visão redutora (Lusvarghi, 1996 *apud* Nunes e Serrasqueiro, 2004b:153). As empresas que possuem um maior desempenho são as que regularmente elaboram e utilizam o balanço, a demonstração de resultados, previsões e rácios financeiros, entre outros (Palmer e Hott, 1995 *apud* Nunes e Serrasqueiro, 2004b:155), o que vem de encontro ao que temos vindo a sublinhar. Na sua discussão de resultados, as autoras acabaram por descortinar que é precisamente nas microempresas que a importância atribuída à contabilidade é mais diminuta. Mais uma vez, a questão da formação do gestor é realçada, encontrando-se neste estudo uma relação significativa entre os gestores que têm um nível de formação académica superior e a maior importância que estes atribuem à informação contabilística, o que também pode ser dito da seguinte forma: se os gestores não entendem a informação contabilística, obviamente não a vão utilizar nas suas decisões de gestão. As mesmas autoras concluíram, em estudo diverso sobre as pequenas empresas (Nunes e Serrasqueiro, 2004a), que os empresários atribuem maior importância à informação contabilística para as decisões de investimento e operacionais, em oposição às decisões de financiamento e de distribuição de dividendos. No entanto, quando a contabilidade é elaborada na própria empresa, não foram encontradas diferenças na importância atribuída à contabilidade pelos empresários entre decisões operacionais e estratégicas, o que pode indicar, segundo as autoras, que quando a contabilidade é feita externamente, o seu propósito pode ser apenas o fiscal/legal. Foi encontrada uma relação curiosa entre o nível de formação do empresário e a elaboração externa ou interna da contabilidade, especulando-se que, aqueles que têm maiores dificuldades de interpretação e necessitam de aconselhamento na área da contabilidade, são os que optam maioritariamente por serviços externos à empresa nesta área.

Marriott e Marriott (2000) já tinham concluído que a maioria das necessidades que gera a procura de serviços de contabilidade são do tipo legal ou regulamentar, existindo, assim, pouco valor acrescentado pela prestação deste tipo de serviço, até pelas competências financeiras limitadas dos gestores das pequenas empresas. No entanto, e segundo os mesmos autores, se os contabilistas conseguirem proporcionar a informação de forma mais compreensível para os gestores, o seu potencial de acréscimo de valor

aumenta. Entre as várias afirmações proferidas pelos gestores entrevistados neste estudo destaca-se uma maioria que afirma sentir que os serviços de contabilidade são pagos pelas empresas para colmatar necessidades de terceiros, em vez de serem úteis para os proprietários e gestores das pequenas empresas. Ora, é nossa convicção que esta observação não andarรก muito longe daquilo que serรก o sentimento geral dos gestores das microempresas portuguesas. Para alterar este sentimento, pode-se desde logo considerar que as demonstrações financeiras, tipicamente anuais, poderiam ser produzidas de forma mais frequente, atempada e segmentada por produto/cliente, sem que se anteveja um aumento de custo significativo na era computadorizada (Marriott e Marriott, 2000). Todavia, no estudo indicado foram apontadas, de novo, limitações à compreensão das informações da contabilidade pelos gestores. Como já referido, nos tempos atuais os gestores terão que realizar um esforço no sentido de conseguir compreender, pelo menos, as demonstrações financeiras básicas. Em última análise, e tendo presente que um dos contributos desta dissertação é essa sensibilização, o próprio Estado, no interesse de todos, deve garantir que ninguém possa gerir uma sociedade sem alguns pêndulos básicos da gestão financeira e da contabilidade, uma vez que depois, o mesmo Estado, exige a produção de demonstrações financeiras e a exigência de contabilidade organizada. Mas aguardemos pelas conclusões deste estudo para discorrer mais aprofundadamente sobre este assunto.

Uma outra questão interessante que tem vindo a eclodir neste papel que a contabilidade poderá ter na orientação das microempresas é a vulgaridade com que neste contexto se recorre ao *outsourcing* da função financeira e contabilística, que é então responsável pela produção das demonstrações financeiras. Alguns dos motivos mais fortes para tal realidade prendem-se com: a redução de custos; o custo de oportunidade, ou seja, o foco no *core business*, limitando a dispersão do esforço empresarial; o acesso a conhecimento especializado, uma vez que as microempresas, frequentemente, não estão dotadas dessas competências, enquanto que os fornecedores destes serviços estarão (Everaert, Sarens e Rommel, 2007). A questão do *outsourcing* apenas tem relevância para a atual investigação no sentido de perceber se a qualidade das demonstrações financeiras poderá ser posta em causa, dependendo se estas são elaboradas de forma interna ou externa à organização, podendo ainda existir um cenário híbrido entre estas duas



situações, no caso de haver colaboração interna e externa à organização na elaboração das demonstrações financeiras. Não obstante não ser a principal questão para a nossa pesquisa, é importante realçar que uma das motivações para o *outsourcing* da contabilidade nas microempresas poderá ter que ver com as dificuldades supervenientes do sistema fiscal português para as microempresas. O contexto fiscal em que as microempresas se inserem em Portugal, cujas obrigações são cumpridas incluindo sempre os serviços de um contabilista certificado, pode ser descrito como muito complexo e burocrático (Borrego, 2014). Essa é, aliás, uma das motivações para este estudo.

De acordo com Höglund e Sundvik (2016), que estudaram a qualidade do relato financeiro em pequenas empresas finlandesas, essa qualidade está positivamente relacionada com a decisão de contratar serviços de contabilidade externos, no que diz respeito à produção de demonstrações financeiras legalmente exigidas e no caso de relações de longo prazo entre contabilista e empresa. Noutros casos essa relação não encontrou significância económica. Os autores consideram, à semelhança de outros estudos, que a principal necessidade em proceder à externalização da função contabilística prende-se com lacunas de competências nesta área, nas pequenas empresas, mas também com fatores já mencionados, como o menor custo da contabilidade externa, o acesso a conhecimento não detido e foco nas atividades principais da empresa (Höglund e Sundvik, 2016). Não parece, portanto, haver grandes preocupações na qualidade das demonstrações financeiras quando as pequenas empresas recorrem ao *outsourcing*. Nas conclusões do estudo são referidos motivos que podem até elevar a qualidade do relato financeiro nestes casos, nomeadamente o facto de um contabilista externo funcionar como monitor e diminuir o comportamento oportunista por parte dos gestores, de estar naturalmente habilitado e escrutinado à profissão e atualizado com as mais recentes normas e leis subjacentes à prática contabilística.

O estudo de Gooderham *et al.* (2004), que procura compreender o contabilista como fonte de aconselhamento para as pequenas empresas, constata que dois terços das empresas estudadas recorrem ao *outsourcing* dos serviços contabilísticos. Conclui, também, que mais do que a longevidade da relação, a qualidade da mesma é mais importante para que o contabilista seja utilizado como fonte de aconselhamento, no

sentido em que, mais uma vez, as pequenas empresas têm falta de competências nas áreas financeiras e contabilísticas. Em síntese, conseguimos perceber que a informação contabilística é útil e importante, permitindo aos gestores identificar oportunidades e melhorar o desempenho económico das microempresas, através da tomada de melhores decisões. No entanto, se a capacidade de interpretar e perceber a informação veiculada pelas demonstrações financeiras for limitada, a qualidade das decisões dos gestores fica comprometida, levando a impactos financeiros negativos e ao surgimento de dificuldades para as empresas. Acrescenta-se de que quanto menos capacidade de interpretação da contabilidade os gestores têm, menos frequentemente a consultam, sendo esta, igualmente, menos vezes produzida nas microempresas, gerando um ciclo vicioso negativo de consulta da informação contabilística para as decisões de gestão.

É possível descortinar que as empresas desta dimensão não atribuem grande importância à contabilidade, sendo esta, sobretudo, determinada por requisitos estatutários e legais, com a agravante de as microempresas portuguesas ainda se depararem com um sistema fiscal burocrático e complexo. É neste contexto que o papel do contabilista pode ser ainda mais importante, se for envolvido de forma mais próxima nas decisões, embora o contabilista não possa suprimir todas as questões da utilização da contabilidade financeira nas decisões de gestão. Conclui-se que o *outsourcing* da contabilidade não põe em causa a qualidade das demonstrações financeiras, sendo que na grande maioria das microempresas esta é a preferência para a forma como é feita a sua contabilidade financeira. Podemos, então, afirmar que são as próprias características dos gestores o principal fator que poderá limitar a utilização da contabilidade financeira para as suas decisões, sobretudo o seu nível de habilitações académicas e o seu grau de literacia financeira.



## 2.5. LITERACIA FINANCEIRA

Neste subtítulo<sup>19</sup> iremos analisar o conceito de literacia financeira. Desde logo, podemos afirmar que este conceito não tem ainda os seus limites completamente definidos em toda a literatura, tendo sido um campo de pesquisa em desenvolvimento nos últimos anos. Por outro lado, importa realçar que em muitas situações deste estudo será necessário adaptar os conteúdos presentes na literatura ao caso concreto dos gestores das empresas ou ao contexto das microempresas, uma vez que são escassos os estudos dedicados a este segmento de público, no que à literacia financeira diz respeito. Veremos que a literacia financeira, na esmagadora maioria dos estudos revistos, é analisada do ponto de vista do consumidor e da sua proteção, muitas vezes relacionada com a recente crise financeira global que eclodiu em 2008, guiando programas de bancos centrais, supervisores financeiros, governos e outros agentes públicos ou de interesse público nos diferentes países. De acordo com Bel e Eberlein (2015), os governos podem envolver prestadores de serviços financeiros e outras partes interessadas nestas questões para ajudar a desenvolver as capacidades financeiras dos jovens e adultos. Estes autores relembram que outro tipo de estratégias pode funcionar melhor junto dos jovens para além do ensino formal ou formação obrigatória, pois estes tendem a ouvir mais os seus próprios pares do que outros públicos, tal como sucede no mediático mundo do empreendedorismo e dos pequenos empresários dos dias de hoje.

Segundo Potrich, Vieira e Kirch (2015), a “literacia (alfabetização) financeira auxilia os indivíduos em tomadas de decisões mais assertivas e eficientes”, sendo que a alfabetização financeira é um conceito que, segundo os mesmos autores, pode ter três dimensões: o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira. Este é o conceito mais utilizado em toda a literatura, no seguimento dos estudos desenvolvidos pela OCDE (Atkinson e Messy, 2012; OECD, 2016).

---

<sup>19</sup>Neste subtítulo não é feita uma sistematização tão convencional do tema, devido à forma como a literacia financeira nos é apresentada, geralmente, na literatura, com definições muito diversas e formas de abordagem distintas, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista empírico. Assim, foi decisão dos autores apresentar um texto mais desenvolvido, tentando ligar os diversos pontos sobre este tema.

De uma forma introdutória ao conceito de literacia financeira, o conhecimento financeiro é, no fundo, o conhecimento que fomos adquirindo ao longo da vida, que nos permite aprendizagens nas capacidades de gestão financeira. Segundo Atkinson e Messy (2012), o comportamento financeiro terá um impacto significativo no bem-estar financeiro e inclui diversos aspetos como, por exemplo, pagamentos atempados, capacidade de orçamentação, atos conscientes de poupança e empréstimo. A atitude financeira é definida pela probabilidade de ocorrência do acontecimento como resultado de um comportamento financeiro que o tomador da decisão adotou (Potrich, Vieira e Kirch, 2015).

Fernandes (2011), na sua dissertação sobre a literacia financeira, refere que não existe consenso a nível mundial sobre a definição de literacia financeira, pelo que não existe coincidência de opiniões quanto às características de uma pessoa letrada ou iletrada financeiramente. Apesar desta observação, e consentaneamente com a autora, dizer que uma pessoa é letrada financeiramente é sempre um conceito relativo à sua situação pessoal, às suas necessidades. Assim, uma pessoa letrada financeiramente “é alguém que detém o conhecimento, a compreensão, as competências, motivação e confiança para tomar decisões financeiras apropriadas às suas circunstâncias pessoais.” (Fernandes, 2011:68). A educação financeira poderá ser um instrumento importante quando pensado de forma estratégica ao nível de uma economia, pois contribuirá para melhores decisões dos agentes económicos e, conseqüentemente, para uma utilização dos recursos de forma mais racional e sustentável. Podemos então concluir que os gestores de microempresas financeiramente letrados serão aqueles que têm estas características para tomar as decisões relacionadas com o seu contexto e a envolvente da microempresa sobre a qual tomam as suas decisões, podendo o seu superior nível de literacia financeira trazer benefícios para todos, porquanto, as suas decisões afetam, pelo peso e importância já abordados que as microempresas têm na economia, uma parte muito importante de recursos.

O conceito de literacia financeira, tal como definido pela OCDE, é uma combinação de consciência, conhecimento, competências, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões sólidas e atingir o bem-estar financeiro (Lewis e Messy, 2012; OECD, 2015). Esta é, tipicamente, a definição mais utilizada, pois é aquela que se apresenta mais

completa, ao considerar várias dimensões no conceito, para além do conhecimento financeiro. Mas muitas outras têm sido apresentadas na literatura, como daremos conta de seguida.

Rahmandoust *et al.* (2011), como em quase todos os demais estudos disponíveis, partem da premissa de que o nível de literacia financeira no mundo é ubiquamente baixo, indicando inclusivamente que este fator está na origem da crise global. Um dos pontos importantes apontados é o de que ter pouca literacia financeira causa a tomada de más decisões para o indivíduo, que por sua vez causam danos às sociedades. Para definir literacia financeira, aqueles autores recorreram a uma definição que se pode traduzir da seguinte forma: “capacidade para ler, analisar, discutir e gerir várias condicionantes financeiras que acabam por levar ao bem-estar económico do indivíduo.” (Rahmandoust *et al.*, 2011:62). Para Jappelli e Padula (2013), a literacia financeira permite aos indivíduos aceder a melhores oportunidades de investimento, aumentando o seu retorno. Contudo, investir em literacia financeira implica tempo e dinheiro, e por isso pode ser sempre alvo de uma análise custo-benefício. Não apresentando no seu estudo uma definição própria formal, partem da literacia financeira como uma forma de capital humano, como uma escolha de acumulação, o que não deixa de ser uma perspetiva curiosa, reconhecendo as competências matemáticas como influenciadoras do nível de literacia financeira ao longo de toda a vida do indivíduo.

Alves (2014) dissertou acerca da literacia financeira e da tomada de decisão. Elencou vários fatores socioeconómicos e demográficos que afetam o nível de literacia financeira e apresentou várias definições constantes da literatura, pois, como já referimos anteriormente, não existe uma única definição aceite de literacia financeira, podendo-se dividir estas definições em conceptuais e operacionais (Remund, 2010). Precisamente para Remund (2010), o conceito de literacia financeira tem sido usado para descrever de forma vaga o conhecimento, competências, confiança e motivação necessários para gerir eficazmente o dinheiro. O autor refere que, de forma básica, este conceito refere-se a gerir, efetivamente, dinheiro. Analisando a literacia financeira a partir da literatura sob uma perspetiva conceptual, este autor refere cinco categorias que podem ser listadas para aquelas definições:

- Conhecimento de conceitos financeiros;
- Capacidade de comunicar sobre os conceitos financeiros;
- Aptidão para gerir as finanças pessoais;
- Competência em tomar as decisões adequadas financeiramente;
- Confiança em planejar eficazmente para necessidades financeiras futuras.

Ao longo do seu estudo, na divisão que apresenta entre definições conceptuais e operacionais, Remund (2010) acaba por chegar a uma “definição recomendada” conceptual:

A literacia financeira é uma medida do grau em que cada um entende conceitos financeiros fundamentais e possui a capacidade e confiança para gerir as suas finanças pessoais, seja através de tomadas de decisão a curto prazo adequadas, seja através de planeamento financeiro de longo prazo, enquanto consciente das fases da sua vida e das constantes alterações das condições económicas<sup>20</sup> (Remund, 2010:284).

Em termos operacionais, o autor indica que as principais definições de literatura financeira, consonantes com a definição conceptual apresentada, se dividem nas seguintes quatro mais comuns: orçamentação, poupança, empréstimo e investimento.

Um dos estudos âncora de toda a literatura no que diz respeito à literacia financeira, é o de Lusardi e Mitchell (2011, 2014). Em termos empíricos, as três questões que foram lançadas por estas autoras são usadas em todas as pesquisas que estudam a literacia financeira, ao qual a nossa, obviamente, também não escapa. Para as autoras, os mercados financeiros são cada vez mais acessíveis em todo o mundo, a toda a população, existindo uma tendência para a desintermediação financeira (Lusardi e Mitchell, 2014). Desta forma, segundo as autoras, e apesar das vantagens que tais acontecimentos

---

<sup>20</sup>Tradução livre do autor. No original “Financial literacy is a measure of the degree to which one understands key financial concepts and possesses the ability and confidence to manage personal finances through appropriate, short-term decision-making and sound, long-range financial planning, while mindful of life events and changing economic conditions.” (Remund, 2010:284).

trouxeram, colocaram a responsabilidade sobre as famílias para pensar sobre poupança, investimento, empréstimos, entre outros. Resumindo, tiveram que tomar decisões complexas do ponto de vista financeiro, podendo não estar devidamente capacitadas para isso, ou seja, tendo literacia financeira suficiente (Lusardi e Mitchell, 2014). É neste contexto que as autoras propõem, desde logo, uma definição de literacia financeira: “capacidade que as pessoas têm de processar informação económica e realizar decisões informadas sobre planeamento financeiro, acumulação de riqueza, dívida e pensões de reforma”<sup>21</sup> (Lusardi e Mitchell, 2014:6). As autoras também constataam, à semelhança de praticamente toda a literatura que aborda a literacia financeira, que muito poucas pessoas parecem dotadas de muito conhecimento financeiro e adquiri-lo só pode vir com um custo associado. No estudo levado a cabo pelas autoras, na raiz da literacia financeira estão três conceitos fundamentais: numeracia e capacidade de cálculo de taxas de juro; entendimento da inflação; e compreensão da diversificação de risco (Lusardi e Mitchell, 2014). A partir destes conceitos foram construídas três questões muito utilizadas em todos os questionários que pretendem servir como instrumentos de recolha de dados, tendo em vista a aferição da literacia financeira<sup>22</sup>. As autoras constataram que apenas um terço dos respondentes, apesar da simplicidade das questões, foi capaz de responder corretamente às três. Preocupante parece ser, não obstante os resultados obtidos, a confiança que os inquiridos parecem demonstrar nos seus conhecimentos financeiros (Lusardi e Mitchell, 2014). Como já foi afirmado, a relação entre conhecimento e decisões é muito estreita, pois o conhecimento geral (educação) e o conhecimento especializado (literacia financeira) contribuem, ambos, para decisões mais informadas do ponto de vista financeiro, ou dito de outra forma, investimento em conhecimento financeiro parece ser uma forma de capital

---

<sup>21</sup>Tradução livre do autor. No original “(...) peoples’ ability to process economic information and make informed decisions about financial planning, wealth accumulation, debt, and pensions.” (Lusardi e Mitchell, 2014:6).

<sup>22</sup>No original, as questões estão formuladas da seguinte forma: “Suppose you had \$100 in a savings account and the interest rate was 2 percent per year. After 5 years, how much do you think you would have in the account if you left the money to grow: [more than \$102; exactly \$102; less than \$102; do not know; refuse to answer.]”; “Imagine that the interest rate on your savings account was 1 percent per year and inflation was 2 percent per year. After 1 year, would you be able to buy: [more than, exactly the same as, or less than today with the money in this account; do not know; refuse to answer.]”; “Do you think that the following statement is true or false? “Buying a single company stock usually provides a safer return than a stock mutual fund.” [true; false; do not know; refuse to answer.]” (Lusardi e Mitchell, 2014:10).



humano (Lusardi e Mitchell, 2014). Sem nos aprofundarmos muito na questão dos programas financeiros desenvolvidos pelos governos e/ou implementados nos diversos países com o objetivo de aumentar o conhecimento financeiro de uma forma generalizada nas populações, as autoras referem que existe heterogeneidade substancial na literacia financeira e comportamentos financeiros em diversos grupos considerados, pelo que quaisquer iniciativas que sejam levadas a cabo devem ser direcionadas a grupos específicos, em vez de serem generalizadas para a população geral. De facto, não podíamos concordar mais com estes pressupostos: recordamos que um dos contributos que se pretendem com o nosso estudo é que os empresários e os gestores sejam dotados da melhor preparação possível para a sua tomada de decisões, quem sabe com um programa deste género, mitigando assim muitas das consequências nefastas para os próprios, suas famílias e restante sociedade que possam daí advir. Num dos poucos estudos realizados junto de microempreendedores (Drexler *et. al*, 2012 *apud* Hastings, Madrian e Skimmyhorn, 2012) foram criados dois grupos: um dos grupos recebeu princípios tradicionais de educação financeira, o outro recebeu princípios orientados para a prática dos seus negócios sem grandes formalidades. Depois de os dois grupos serem observados ao longo de um ano foram constatados, com significância estatística, avanços e melhorias do comportamento financeiro no segundo grupo, sugerindo este estudo que a forma como são estruturadas as iniciativas de educação financeira é bastante importante e pode explicar o que, por vezes, não tem uma força tão grande noutros estudos: a relação entre literacia financeira e resultados económicos práticos (Hastings, Madrian e Skimmyhorn, 2012).

A regulação crescente que se tem vindo a fazer sentir em todo o mundo de uma forma generalizada não é, de todo, um substituto da literacia financeira dos indivíduos, sendo no máximo um complemento indispensável (Lusardi e Mitchell, 2014). Travnichek (2008), na análise à obra de Garman e Gappinger (2008), já tinha referido que a crise de 2008 tinha sido impulsionadora da importância da literacia financeira, para partilhar tendências e estatísticas e avaliar que organizações podem tomar a liderança neste campo. A definição proposta de literacia financeira nesta obra contemplava o conhecimento de factos, conceitos e princípios, mas de forma inovadora introduziu como componente da

literacia financeira o conhecimento de ferramentas tecnológicas para ser perspicaz na gestão do dinheiro.

O aconselhamento também não se revela um substituto eficaz da literacia financeira. Calcagno e Monticone (2015) concluem no seu estudo, que relaciona a literacia financeira com a procura de aconselhamento financeiro, que indivíduos com pouca ou nenhuma literacia financeira terão tendência para recorrer pouco ao aconselhamento financeiro ou, pelo menos, a fazê-lo erradamente, ao contrário dos investidores com elevada literacia financeira, que terão maior probabilidade de recorrer a aconselhamento. Acresce a esta observação que, mesmo controlando para os mesmos conselheiros financeiros, estes tendem a ser muito mais informativos para os indivíduos que têm maior literacia financeira do que para aqueles que não a têm (Calcagno e Monticone, 2015). A conclusão desta análise empírica pode ser descrita numa frase, em tudo consonante com a nossa proposta de investigação: “aprender sobre finanças é necessário para tomar decisões financeiras corretas, mesmo na presença de aconselhamento financeiro qualificado.”<sup>23</sup> (Calcagno e Monticone, 2015:372).

É também no contexto da crise global e da crescente globalização do risco e dos mercados que Vieira (2012) apresenta uma revisão da literatura, tentando fazer um ponto da situação sobre o que sabemos sobre literacia financeira. Para esta autora, a literacia financeira é a capacidade para perceber matérias de natureza financeira, consistindo num conjunto de competências e conhecimentos que permitem ao indivíduo tomar decisões informadas e eficazes. Estas decisões incluem quando poupar e gastar, gerir um orçamento, escolher os produtos financeiros adequados, entre outros (Vieira, 2012). Não é muito difícil fazer um paralelismo para o nosso estudo desta afirmação. De facto, na gestão de uma empresa colocam-se exatamente as mesmas questões, quase que numa base diária, ou seja, quando utilizar recursos internos da empresa, quando reinvestir, quando investir, quando efetuar despesa, gerir orçamentos, entre outros. Podemos dizer, inclusivamente, que este tipo de decisões se coloca muito mais ao gestor de uma microempresa do que eventualmente ao decisor de uma empresa média ou grande. Em

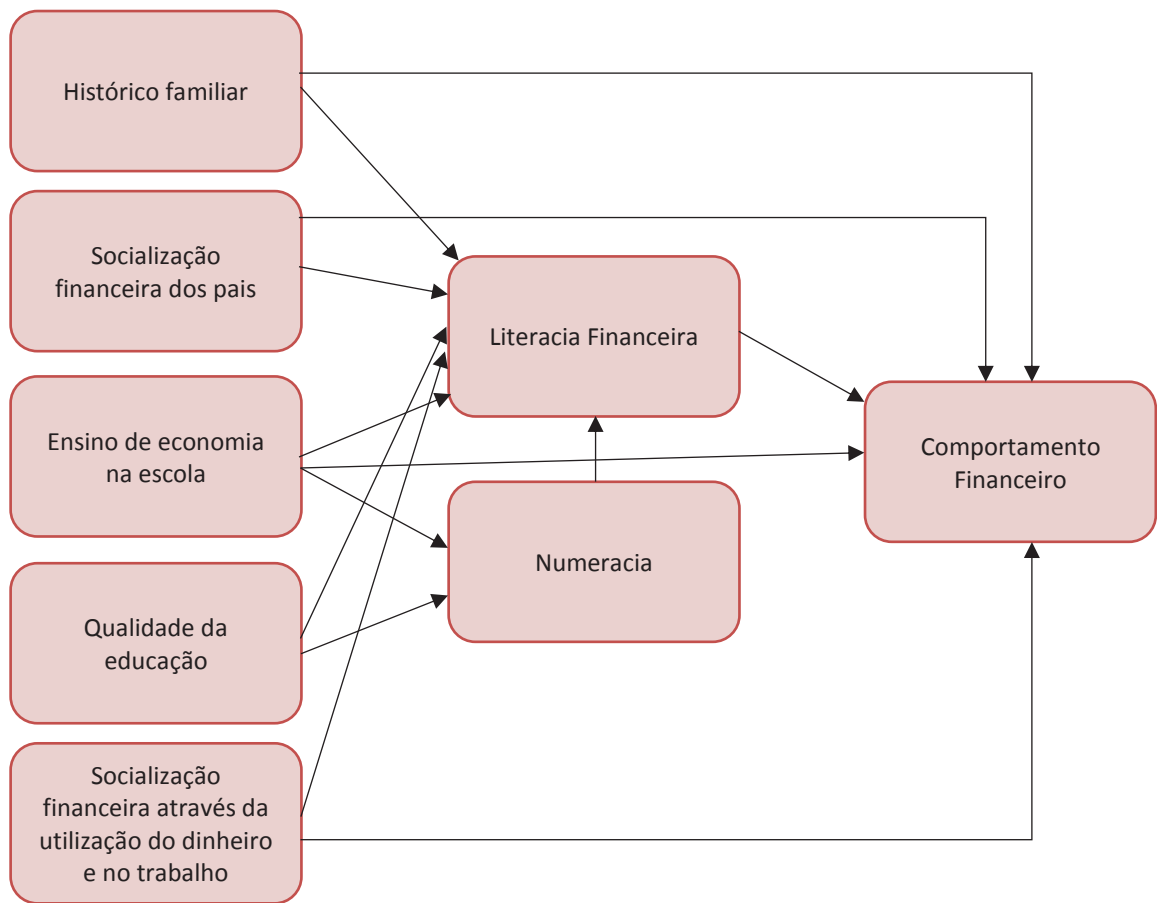
---

<sup>23</sup>Tradução livre do autor. No original: “learning about finance is necessary in order to make the right financial decisions even in the presence of qualified financial advisors.” (Calcagno e Monticone, 2015:372).

conformidade com outros estudos, o da CMVM (2009 *apud* Vieira, 2012:29) confirma o baixo nível de conhecimentos financeiros das populações, neste caso a portuguesa. Porém, devemos ter em conta que os níveis de literacia financeira são baixos, mesmo em países com mercados financeiros bem desenvolvidos, como são os casos das economias alemã, sueca, japonesa ou italiana (Vieira, 2012). No seu estudo empírico sobre a informação contabilística no processo de tomada de decisões nas microempresas, Alves (2015) chegou à conclusão, atestada pelos contabilistas certificados que questionou, de que a falta de capacidade dos gestores e a negligência destes em lidar com a informação financeira, e concretamente a da contabilidade, limitam a sua utilização no processo de decisão, o que também confirma o que genericamente é conhecido sobre as capacidades de lidar com a informação financeira das populações em geral.

A literacia financeira não é apenas determinada pelo nível de educação formal, financeira ou de outro género, que possamos receber. Há, evidentemente, certas características pessoais que podem determinar maior ou menor propensão para que um indivíduo tenha mais ou menos literacia financeira. Grohmann, Kouwenberg e Menkhoff (2015) compilaram uma série de características, provenientes da infância, que podem ter alguma relação com o nível de literacia financeira que possamos ter. Segundo estes autores, as evidências têm-se acumulado no sentido de que os indivíduos que possuem maiores níveis de literacia financeira têm melhores retornos do ponto de vista económico, fruto de melhores decisões que são tomadas nesse campo. Podemos observar na figura 9 uma síntese das características que podem influenciar o nível de literacia financeira e, conseqüentemente, o tipo de comportamentos adotados:

**Figura 9 – Relação entre infância, literacia financeira e comportamento financeiro**



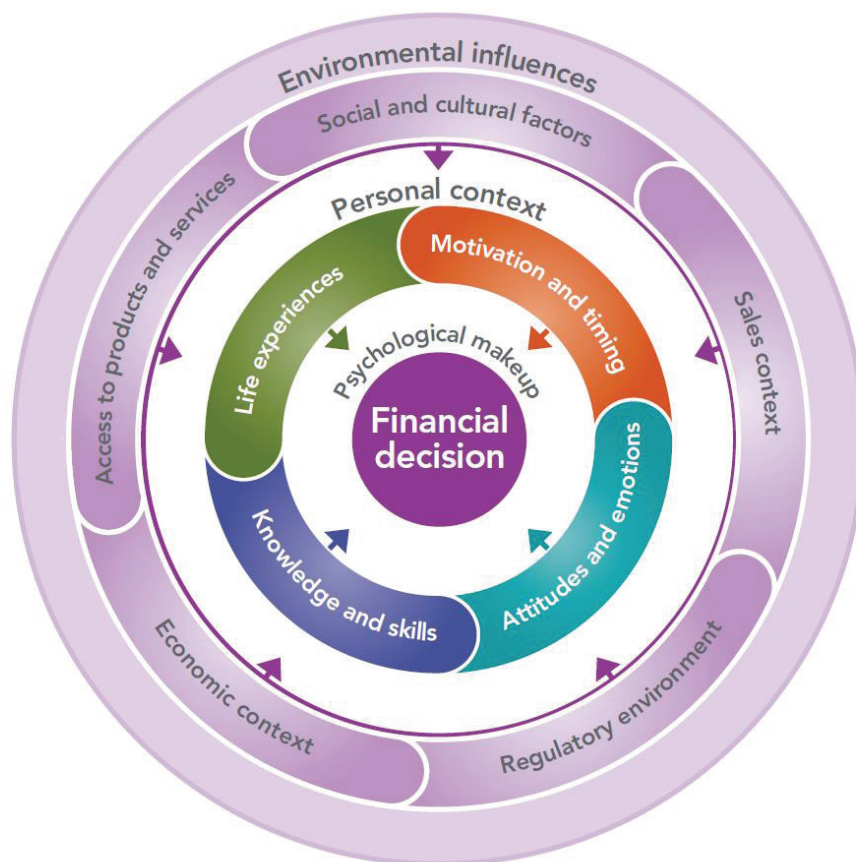
Fonte: adaptado de Grohmann, Kouwenberg e Menkhoff (2015).

O estudo destes autores pretende determinar que fatores podem influenciar a literacia financeira, e nas conclusões encontram dois principais canais de influência: a família e a escola. A escola influencia indiretamente a literacia financeira, aumentando as competências de numeracia. A qualidade da educação e o ensino de economia influenciam diretamente as decisões financeiras, mas também indiretamente através da numeracia e da literacia financeira. Podemos assim somar três canais diferentes nestes dois fatores que influenciam positivamente o comportamento financeiro, ou seja, as decisões financeiras, uma vez que os autores encontraram também esse efeito (influência da literacia financeira nas decisões financeiras) na sua análise.

No documento que define a estratégia australiana de aumento da literacia financeira para o período 2014-2017, é-nos apresentado um esquema que nos permite

perceber na globalidade tudo aquilo que afeta as decisões financeiras de qualquer indivíduo (Australian Securities & Investments Commission, 2014). Em trabalho direto com o governo, a *Australian Securities and Investments Commission* refere a literacia financeira como uma competência a aplicar todos os dias. Parte da definição da OCDE, já mencionada, acrescentando áreas de atuação específicas do contexto australiano, no sentido de perseguir o bem-estar financeiro.

**Figura 10 – Influência na tomada de decisões financeiras**



Fonte: Australian Securities & Investments Commission (2014).

Segundo este documento delineador da estratégia de aumento da literacia financeira australiana, as decisões financeiras variam muito de pessoa para pessoa, dependendo duma amplitude de causas muito distintas. Para além do espectro de conhecimentos e competências de cada um, há que considerar também as experiências vividas, a fase da vida em que o indivíduo está, questões emocionais, psicológicas e sociais, entre outras, muitas vezes não controláveis.

Huston (2010) estudou a forma de medir a literacia financeira, analisando também a possível eficácia dos programas de educação financeira desenhados para elevar o nível de literacia financeira dos indivíduos. Desde logo parecem existir algumas evidências contraditórias na literatura, com realce para a questão da análise custo-benefício deste tipo de programas, embora já haja alguns estudos a relacionar os resultados económicos práticos para os indivíduos que frequentam este tipo de programas. Huston (2010) não abandona o conceito da pessoa financeiramente letrada, ligando o conjunto dos seus conhecimentos e competências à tomada de decisões. E em relação aos programas, à semelhança do que mencionam outros autores, é necessário desenhá-los de acordo com os respetivos destinatários (Huston, 2010), caso contrário vamos estar sempre à procura de efeitos em resultado de programas que não tiveram verdadeiramente esse propósito aquando da sua conceção.

Existem alguns estudos sobre a avaliação de programas de educação financeira que têm como público-alvo empresários, mas dada a grande especificidade inerente aos mesmos, tanto a nível regional como sociodemográfico, optámos por não relacionar os seus efeitos na literacia e práticas financeiras, apesar de alguns serem mencionados neste subtítulo.

Hastings, Madrian e Skimmyhorn (2012) referem que, apesar da possibilidade de existir aprendizagem através da experimentação, numa lógica de tentativa e erro, há certo tipo de importantes decisões financeiras que não podem ser escrutinadas desta forma, dada a pouca frequência com que são tomadas, apesar da importância que as reveste. Não obstante este estudo ser muito virado para o bem-estar do consumidor, à semelhança de muitos outros na literatura analisada, os autores consideram ser difícil especificar os contributos das iniciativas de educação financeira para os retornos económicos dos indivíduos (Hastings, Madrian e Skimmyhorn, 2012). Estas conclusões podem, em nossa opinião, ter que ver com a necessidade de os programas de educação financeira terem que ser desenhados mais à medida, tal como se conclui em outros estudos já citados. Alsemgeest (2015), na sua ponderação de argumentos a favor ou contra a educação para a literacia financeira, constata que alguns dos consumidores decidem instintivamente ou assentes na sua intuição, o que, se não é desejável na esfera do consumo, muito menos o

é na esfera duma empresa, embora por vezes seja essa a sensação que fica das explicações dos gestores das microempresas para a decisão tomada. No entanto, e no seguimento do ceticismo de Hastings, Madrian e Skimmyhorn (2012), aquele autor defende que não será a melhor maneira para aumentar as competências financeiras dos indivíduos puxá-los para uma sala e dar-lhes um fato com a mesma medida para todos. Sessões individualizadas endereçadas aos problemas específicos de cada um devem, efetivamente, ter resultados bastante mais interessantes no aumento dos níveis de competências dos indivíduos (Alsemgeest, 2015).

Rahmandoust *et al.* (2011) constataram que as questões financeiras são o maior motivo de encerramento das PME. A falta de literacia financeira, de acordo com estes autores, é transversal a todos os proprietários de pequenos negócios, aparentando que estes não são capazes de julgar apropriadamente as situações em que têm de tomar decisões sobre a gestão financeira da empresa. Os efeitos destas más decisões, como já foram, também, diversas vezes citados, podem ser dramáticos. Para além dos graves problemas financeiros e emocionais que daí advêm para o empreendedor, resultando muitas vezes em relações familiares quebradas, fica o rancor perante as comunidades em que estavam inseridos, bem como perante credores e concorrentes (Shepherd, 2003 *apud* Rahmandoust *et al.*, 2011:63). Este tipo de dificuldades abrange metade dos empreendedores ao longo dos primeiros três anos de vida (Monk, 2000 *apud* Rahmandoust *et al.*, 2011:63).

Para Anders e Crawford (2005) os contabilistas podem fazer a diferença. Apesar de o seu artigo ser acerca de famílias, estes autores constatam que os contabilistas são os que contactam em primeira mão com toda a questão da parte financeira, acontecendo muitas vezes um cenário semelhante nas microempresas, podendo alertar e contribuir para níveis superiores de literacia financeira dos decisores e gestores.

Guiso e Viviano (2015) confirmam a tendência das afirmações que indicam que a literacia financeira está na causa de boas decisões financeiras, constatando que investidores financeiramente mais letrados são melhores a antecipar o mercado. Os autores referem que a literatura tem vindo a enunciar uma correlação positiva entre a literacia financeira e alta qualidade de decisões financeiras em vários domínios.

Em relação a decisões estratégicas tomadas no seio de uma microempresa, o poder para as tomar está muitas vezes circunscrito a uma pessoa ou a um grupo pequeno de pessoas (Jansen *et al.*, 2013). Este fator contribui para que as características individuais do tomador de decisão, incluindo o seu nível de literacia financeira, sejam extremamente relevantes para a eficácia da mesma. Assim, níveis de capital humano e capital social<sup>24</sup> são *inputs* muito relevantes para o processo de decisão de pequenas empresas (Jansen *et al.*, 2013).

No modelo conceptual destes autores foi encontrado um efeito muito interessante. Maiores níveis de educação dos gestores levam a decisões mais prováveis de beneficiar a empresa, um efeito mediado pelo seu nível de confiança e tolerância ao risco (Jansen *et al.*, 2013), ou seja, a compreensão e a validação capacitam os tomadores de decisão para integrarem mais conhecimento nas suas decisões, aumentando a sua eficácia.

Bayrakdaroğlu e Şan (2014) estudaram a literacia financeira como uma ferramenta de gestão nas PME turcas. O seu estudo tem conclusões interessantes. Desde logo, do que releva para o nosso estudo, é concluído que o nível de literacia financeira dos gestores aumenta com o treino, que no final, não é mais que uma decisão estratégica de gestão. Mais ainda, o nível de participação nos mercados financeiros destes gestores aumenta, da mesma forma, com o aumento do seu nível de literacia financeira, devido à diminuição das restrições à informação que se lhes colocam (Bayrakdaroğlu e Şan, 2014).

Em alguns estudos, como o de Abdul-Azeez, Aworemi e Opoola (2010) ou nos testes de O'Neal e Kulonda (2004), é demonstrada uma relação entre a literacia financeira e o grau educacional dos empreendedores e o resultado prático na gestão das empresas. Bruhn e Zia (2011) referem que nas iniciativas para melhorar a literacia financeira dos empresários são verificadas melhorias nos seus níveis de literacia financeira havendo, no entanto, melhores resultados nas práticas daqueles que ainda estão para abrir a sua empresa, ou seja, naqueles que participam nas iniciativas antes de serem gestores. É de notar que a maioria dos empreendedores têm noção das suas limitações, apesar de serem

---

<sup>24</sup>Aqui o autor não se refere ao significado atribuído ao capital social que normalmente é atribuído em Portugal, pelo menos do ponto de vista jurídico, mas sim aos laços sociais que os gestores vão criando com os seus pares e restante sociedade no contexto do empreendedorismo.



relutantes em reconhecer isso mesmo formalmente ou de forma aberta. Este facto é confirmado pelas entrevistas levadas a cabo nos estudos já citados de Marriott e Marriott (2000), em que menos de um terço dos gestores entrevistados admitiu compreender todas as contas que eram produzidas na empresa e a grande maioria considerava o seu conhecimento e competências financeiros limitados, fazendo declarações como “Eu nunca percebi as contas que são produzidas pelo meu contabilista”<sup>25</sup> ou “Nunca tive a perceção completa do significado dos rácios contabilísticos ou desse tipo de coisas”<sup>26</sup> (Marriott e Marriott, 2000:484). Tudo isto é sintomático.

---

<sup>25</sup>Tradução livre do autor. No original “I’ve never really understood the accounts that are produced.” (Marriott e Marriott, 2000:484).

<sup>26</sup>Tradução livre do autor. No original “I certainly have no understanding of the deeper meanings of accounting ratios and all that sort of thing.” (Marriott e Marriott, 2000:484).

## 2.6. ESTUDOS EMPÍRICOS ABRANGENTES SOBRE LITERACIA FINANCEIRA

Neste último subtítulo da parte 2 desta dissertação analisaremos de forma muito sintética alguns dos estudos empíricos mais abrangentes que serviram como referencial para a nossa pesquisa no campo da literacia financeira, no sentido da construção do nosso inquérito e na análise e discussão dos resultados. Vamos comparar alguns dos nossos dados com os destas pesquisas, não descurando obviamente outras referências da literatura já citadas, sempre que se revelar pertinente. Destacamos, nos estudos abrangentes, as pesquisas da OCDE, do Banco de Portugal (BdP) e Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF).

Em primeiro lugar, analisamos o estudo empírico realizado por Potrich, Vieira e Kirch (2015). Este foi um dos muitos estudos que abordou o conceito de literacia financeira através das componentes conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro, conforme a definição mais utilizada e veiculada pela OCDE. Neste estudo, que envolveu 1.400 indivíduos na análise da influência de fatores socioeconómicos e demográficos na literacia financeira, encontraram-se estatisticamente efeitos interessantes e que corroboram as conclusões da demais literatura existente sobre o tema. Desde logo, a questão do género e escolaridade. Assim, e para referência futura, é digno de registo que os autores encontraram uma maioria de indivíduos com um baixo nível de literacia financeira, consonante com a restante literatura, bem como relações de dependência estatisticamente significativas entre literacia financeira, vista através do prisma dos três construtos da OCDE, e o género, ocupação profissional, escolaridade e o nível de rendimento. Os resultados desta pesquisa sugerem que o grupo com menor nível de literacia financeira engloba os indivíduos que “pertencem ao género feminino, com dependentes e níveis mais baixos de escolaridade e rendimento” (Potrich, Vieira e Kirch, 2015:374). Por outro lado, os indivíduos do “género masculino, que não possuem dependentes e têm maiores níveis de escolaridade e rendimento (...) são os que apresentam maior propensão a pertencer ao grupo com alto nível de literacia financeira” (Potrich, Vieira e Kirch, 2015:362). De referir, ainda, a relação estatisticamente significativa entre a escolaridade da mãe dos inquiridos e o nível de literacia financeira do próprio

entrevistado, o que confirma a origem infantil de algumas variáveis sobre a literacia financeira dos indivíduos analisada por Grohmann, Kouwenberg e Menkhoff (2015).

Atkinson e Messy (2012) realizaram estudo piloto levado a cabo em 14 países de 4 continentes, entre 2010 e 2011, no âmbito da rede *International Network on Financial Education* (INFE) da OCDE. Nesta primeira análise global aos diferentes países, o conceito de literacia financeira é abordado da forma tripartida já mencionada: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. Globalmente, os efeitos ressaltados podem-se resumir da seguinte forma: as atitudes financeiras mostram-se muito diversas de país para país, há espaço considerável para melhorias ao nível do comportamento financeiro e parece haver uma falta generalizada nas populações ao nível do conhecimento financeiro (Atkinson e Messy, 2012). A ferramenta utilizada (OECD, 2015) para recolher os dados foi um questionário construído a partir de muito do que já se encontrava na literatura, com as suas questões a cobrirem aspetos de conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro relacionados com vários aspetos da literacia financeira, como a orçamentação, poupança, gestão do dinheiro, planeamento a curto e a longo prazo, entre outros. Foram construídos índices<sup>27</sup> para medir as diferentes componentes da literacia financeira dos inquiridos e foram relacionados com aspetos sociodemográficos. Ao nível dos resultados em conhecimento financeiro, foi encontrada uma grande proporção de população com dificuldade em calcular uma taxa de juro, bem como compreender os benefícios da diversificação do investimento (Atkinson e Messy, 2012). Em relação aos comportamentos financeiros, estes demonstraram alguma variação de país para país e, dentro do mesmo país, entre grupos sociodemográficos distintos. É de preocupar a falta de participação generalizada nos mercados financeiros, bem como a ausência de pesquisa prévia que existe antes de adquirir um produto financeiro. Foi também visível a falta de espírito para a poupança em muitos dos países. As atitudes foram muito dispersas, sendo difícil generalizar qualquer tipo de conclusão, e em alguns países (Arménia e Polónia) muito poucos respondentes demonstraram ficar satisfeitos por poupar, enquanto que noutros foi encontrada uma atitude contrária (Albânia e Perú). A atitude em relação ao longo prazo também foi bastante diversa, de país para país.

---

<sup>27</sup>Estes índices são abordados em detalhe na parte metodológica desta dissertação.

Nos resultados deste estudo a literacia financeira foi medida de duas formas, utilizando uma tabela com a percentagem das pontuações consideradas elevadas atribuídas a cada componente da literacia financeira, conforme a tabela 11, e uma soma global aritmética da pontuação dos componentes do índice de literacia financeira para obter um resultado final. De referir que neste resultado global, que poderia ir de 0 a 22 pontos, a média dos países foi de 13,7 pontos, com a República Checa, Hungria, Alemanha, Irlanda, Noruega, Malásia, Perú, Reino Unido e Ilhas Virgens Britânicas a situarem-se acima da média.

**Tabela 11 – Proporção de indivíduos com pontuação elevada em cada componente**

Países	Componente		
	Conhecimento Financeiro	Comportamento Financeiro	Atitude Financeira
<b>Albânia</b>	45%	39%	69%
<b>Arménia</b>	46%	41%	11%
<b>República Checa</b>	57%	48%	62%
<b>Estónia</b>	61%	27%	46%
<b>Alemanha</b>	58%	67%	63%
<b>Hungria</b>	69%	38%	69%
<b>Irlanda</b>	60%	57%	49%
<b>Malásia</b>	51%	67%	53%
<b>Noruega</b>	40%	59%	57%
<b>Perú</b>	41%	60%	71%
<b>Polónia</b>	49%	43%	27%
<b>África do Sul</b>	33%	43%	54%
<b>Reino Unido</b>	53%	51%	49%
<b>Ilhas Virgens Britânicas</b>	57%	71%	67%

Fonte: Atkinson e Messy (2012).

Em termos de comparação dos resultados por grupos sociodemográficos, é de ressaltar, sobretudo, dois efeitos. Ao nível do género, em nenhum país as mulheres conseguiram demonstrar níveis de literacia financeira superiores aos dos homens, sendo de assinalar as diferenças, sobretudo, ao nível do conhecimento financeiro. Em termos de nível de educação e literacia financeira, em todos os países existe uma relação positiva

entre o grau de habilitações académicas e o nível de literacia financeira, podendo-se depreender daqui, segundo os autores, que o nível de educação tem impacto em muito mais do que apenas o conhecimento financeiro. Este estudo lançou as bases para um novo estudo, no mesmo âmbito, lançado cerca de 5 anos depois.

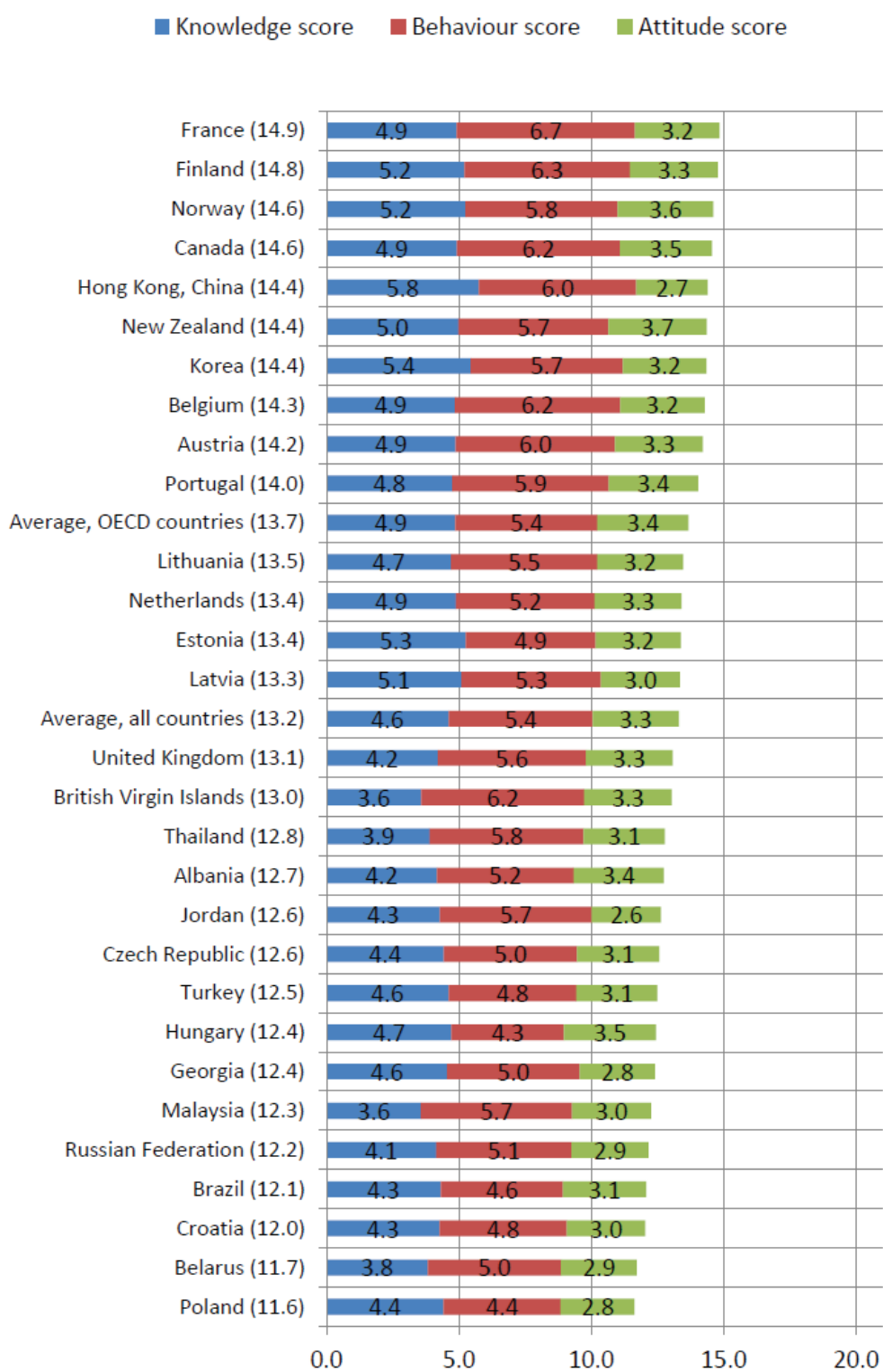
A ferramenta utilizada no estudo de Atkinson e Messy (OECD, 2015) foi objeto de atualizações a partir da sua criação em 2009, para medir a literacia financeira. Esta ferramenta foi sujeita a alterações nas questões do inquérito inicial, não se encontrando, no entanto, grandes alterações nas questões relacionadas com a literacia financeira. Esta ferramenta não é mais do que um guia metodológico para recolher informação tendo em vista a medição do nível de literacia financeira, sendo um *kit* completo que permite fazer essa medição em qualquer país, tendo em conta a definição de literacia financeira adotada pela OCDE.

Utilizando, então, esta ferramenta, o inquérito foi repetido em 2015 (OECD, 2016), sendo alargado a 30 países, onde se incluiu Portugal<sup>28</sup>, resultando num impressionante total de 51.650 indivíduos questionados. Se em termos metodológicos não existem grandes alterações a registar, vejamos os principais resultados obtidos na análise dos dados. Desde logo, é assinalado que os níveis globais de literacia financeira são relativamente baixos, resultando numa média de 13,2 pontos num total possível de 21 pontos, mostrando que há muita margem para melhorias, conforme se pode observar na figura 11.

---

<sup>28</sup>Como veremos mais à frente neste subtítulo, Portugal já tinha feito um estudo em 2010 que, embora no âmbito da INFE e das melhores práticas internacionais, não tinha sido incluído nos resultados de Atkinson e Messy (2012).

**Figura 11 – Pontuação nos índices de conhecimento, atitude e comportamento financeiros**



Fonte: OECD (2016).

Os resultados continuam a mostrar níveis de conhecimento financeiro baixos, sendo que as conclusões são em tudo idênticas ao do estudo anterior, colocando em causa as decisões e a informação que os indivíduos têm ao seu dispor para as tomar (OECD, 2016). Em termos de comportamento financeiro, os dados deste inquérito continuam a sublinhar a pouca importância dada à orçamentação financeira, bem como a falta de recolha de informação na procura de produtos financeiros. Em termos de atitudes, continua a existir, de uma forma generalizada, um foco no curto prazo por parte dos inquiridos em consonância com a ausência de estratégias e objetivos de longo prazo. Em relação ao género, continuam a subsistir diferenças substanciais nos níveis de literacia financeira, com destaque para as diferenças em termos de conhecimento financeiro. O grau de habilitações académicas dos respondentes continua, igualmente, a ser um ótimo indicador do maior ou menor grau de literacia financeira do inquirido. Entre as conclusões globais do estudo, há que destacar as recomendações de políticas a encetar, nomeadamente a necessidade de começar mais com a educação financeira no ambiente escolar, promover o conhecimento financeiro básico na população de forma a eliminar diferenças de género, encorajar comportamentos financeiros positivos em relação ao longo prazo, desenhar os programas de educação financeira de forma cirúrgica em relação às características dos participantes e manter sempre uma atenção à mudança de atitudes, tendo em vista o longo prazo e se elas se vão alterando de forma positiva.

No contexto português, o BdP lançou em 2008 o seu inquérito à literacia financeira da população portuguesa (BdP, 2011), que levou a cabo em 2010, apresentando os primeiros resultados em outubro desse ano (BdP, 2010). De forma introdutória, o BdP sublinhou a importância do estudo, indicando que “decidiu conduzir o Inquérito à Literacia Financeira por reconhecer a importância de os cidadãos tomarem decisões informadas e criteriosas na gestão das suas finanças pessoais” (BdP, 2011:9). O inquérito serviu como base de trabalho ao Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), um plano da responsabilidade do CNSF com um horizonte temporal de 5 anos (2011-2015). Segundo o CNSF (2011:3), “o PNFF visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das

partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro.”

Este PNFF é, então, um conjunto de iniciativas com o pêndulo da literacia financeira, lançado através da realização do diagnóstico de necessidades no seguimento dos trabalhos do BdP e tendo em vista uma análise da sua eficácia em novo inquérito posterior, em 2015. Este plano, que ainda se desenrola e é definido como uma iniciativa de médio e longo prazo, já tem novo documento orientador para o período 2016-2020 (CNSF, 2016a), e sem nos alongarmos muito mais especificamente sobre este plano, o portal “Todos Contam”<sup>29</sup> é uma das iniciativas mais abrangentes deste programa, onde estão compiladas todas as iniciativas e informações sobre o PNFF.

Na apresentação do relatório do inquérito levado a cabo pelo BdP (2010), é-nos desde logo sugerida que a definição usada tem muito que ver com a da OCDE, pois remete para as atitudes, comportamentos e conhecimentos financeiros da população: “O Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa é um instrumento de diagnóstico do nível de literacia financeira da população pois permite analisar os comportamentos e atitudes dos cidadãos face a questões financeiras e avaliar conhecimentos sobre conceitos financeiros básicos.” (BdP, 2011:15). É também referido que são seguidas as melhores práticas, no âmbito da INFE. Apesar de serem mostradas várias definições de literacia financeira é, então, a veiculada pela OCDE (Lewis e Messy, 2012) a dominante. Embora este estudo se dedique a mais áreas para além da literacia financeira, também conforme o preconizado como possível pela OCDE dentro do mesmo questionário (OECD, 2015), a construção dos índices de literacia financeira foi em tudo idêntica, com o índice de literacia financeira global a corresponder à soma aritmética da pontuação de cada questão. Quanto aos resultados principais, genericamente foram encontrados os grupos com maior e menor literacia financeira. Dentro dos primeiros, destaque para os indivíduos com grau de habilitações literárias ao nível da licenciatura ou superior. Já nos grupos com menos literacia, encontram-se aqueles com menos rendimentos, menor escolaridade e do sexo feminino. Em termos globais, a literacia financeira classificou-se num índice percentual

---

<sup>29</sup>[www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt)



como se apresenta de seguida, na tabela 12, onde se apresentam igualmente os valores de 2015, para melhor comparação.

<b>Tabela 12 – Estatísticas descritivas do ILF global</b>					
	<b>Mínimo observado</b>	<b>Máximo Observado</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>2010</b>	9,30%	88,71%	58,01%	60,27%	14,27%
<b>2015</b>	16,24%	89,77%	58,92%	60,85%	11,53%

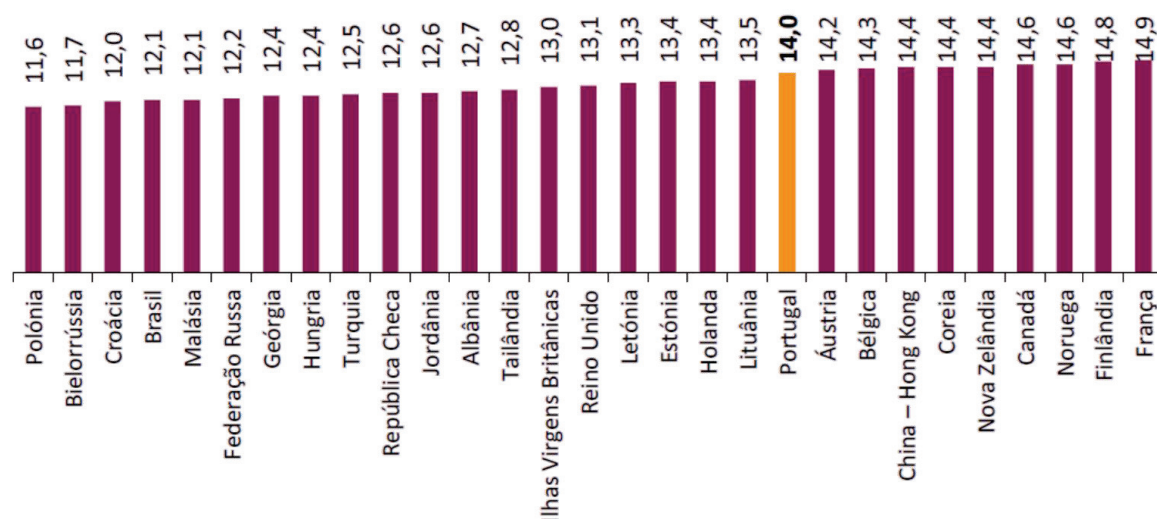
Fonte: BdP (2011); CNSF (2016b).

Não se pode dizer com propriedade que Portugal esteja mal em termos comparativos a outros países, nomeadamente nos analisados na iniciativa da OCDE em 2010 e 2011. Com efeito, os resultados estão bastante consentâneos com o que se verifica nesses casos, em termos médios.

Na continuação do estudo que foi desenvolvida pelo CNSF em 2015 (CNSF, 2016b), e já de forma mais clara no âmbito da INFE e das iniciativas da OCDE, os resultados são também consonantes com aquilo que foi verificado nos estudos de 2010, apesar de se terem notado algumas melhorias. “Apesar de algumas melhorias face a 2010, os conhecimentos financeiros continuam a revelar-se relativamente baixos em 2015” (CNSF, 2016b:23), o que revela que as melhorias não foram muito significativas. Apesar de tudo, o nível de inclusão financeira da população portuguesa “compara positivamente” com o de outros países, incluindo os desenvolvidos. Continuam, igualmente, a verificar-se relações diretas entre o nível de literacia financeira e o nível de escolaridade dos indivíduos, mantendo aqueles que estão num nível superior de literacia, na sua maioria, um curso superior. Estes indivíduos têm ainda hábitos regulares de poupança e um envolvimento significativo com o sistema financeiro (CNSF, 2016b) havendo simetria perfeita nas características daqueles que se situam no nível oposto de literacia financeira. Em relação à comparação entre Portugal e os restantes países do estudo da OCDE em 2015, é importante perceber onde se situa o nosso país em termos dos componentes considerados no conceito de literacia financeira. Relativamente ao comportamento financeiro, a média portuguesa

ficou-se pelos 5,9 pontos, numa escala de 0 a 9 pontos, ou seja, no limiar daquilo que se considera uma pontuação elevada neste componente (6 pontos). Em termos de atitudes financeiras, Portugal pontuou 3,4 pontos em média, numa escala de 0 a 5 pontos, acima do que é considerado uma pontuação elevada (3 pontos) e com assinaláveis tendências dos seus inquiridos em relação ao longo prazo e em poupar para o futuro. Quanto ao conhecimento financeiro, os resultados ficaram um pouco mais aquém dos restantes dois componentes, situando-se Portugal numa classificação de 4,8 pontos num total de 7 possíveis. Na figura 12 podemos observar o índice de literacia financeira global de todos os países.

**Figura 12 – Índice global de literacia financeira**



Fonte: CNSF (2016b).

Para terminar, em termos de indicadores sociodemográficos, as mulheres continuam a ter um índice de literacia financeira significativamente abaixo do dos homens (58,5% vs. 62,87%) e quase 20 pontos percentuais separam o índice de literacia financeira dos que não têm qualquer escolaridade em relação àqueles que têm ensino superior.



### PARTE 3 – AMOSTRA E METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO

Segundo Ryan, Scapens e Theobald (2003) a pesquisa é uma atividade feita para aprender mais sobre o que nos rodeia. No fundo, a pesquisa implica descoberta e envolve desacordo, espírito crítico, hipóteses e erro. Na presente investigação foi adotada uma metodologia quantitativa, através da realização de um inquérito às microempresas portuguesas. Segundo Lima (1981), “a natureza da informação pretendida condiciona as opções metodológicas e tecnológicas a fazer”. Para o mesmo autor, os métodos quantitativos podem-se revelar inadequados para o estudo de certas temáticas, mas um estudo intensivo de casos facilita a intensidade da análise e a compreensão profunda do facto social estudado. Para Major e Vieira (2009), a “metodologia de investigação por inquérito considera as opiniões dos agentes e dados factuais do objeto a investigar”. Teremos oportunidade de explicar mais à frente as características desta metodologia de investigação e a forma como foi construído o inquérito. Ghiglione e Matalon (1992) são perentórios ao afirmar que poucas ou nenhuma pesquisas empíricas não se apoiam, pelo menos parcialmente, em inquéritos. Os autores acrescentam que realizar um inquérito é “interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma *generalização*”.

### 3.1. POPULAÇÃO E AMOSTRA

O universo do presente estudo são as microempresas portuguesas, especificamente os seus gestores ou decisores. Não existindo forma de aceder a qualquer dado específico sobre o número total de decisores, gestores, administradores ou gerentes das microempresas, considera-se que, pelo menos para cada microempresa, existe um decisor ou gestor com poder para decidir<sup>30</sup>, pelo que sempre que nos referirmos à população do estudo como as microempresas devemos ter em consideração esta questão metodológica. Isto vai ao encontro do definido como diferença entre unidade de sondagem, que é a base disponível, e a unidade de análise, que é aquela a que se referem as hipóteses que queremos estudar. “Quando as duas não coincidem é necessário poder passar de uma para a outra” (Ghiglione e Matalon, 1992). Ghiglione e Matalon (1992) dão, aliás, um exemplo com elevado paralelismo com o nosso estudo: o caso em que queremos analisar o indivíduo, mas que só dispomos como base de sondagem a casa ou habitação.

A escolha dos gestores destas unidades empresariais prende-se com a escassez de estudos no contexto nacional sobre esta população, no que concerne ao seu nível de literacia financeira e, sobretudo, o seu grau de utilização da contabilidade para a tomada de decisão. Assim, consideram-se como decisores das microempresas os gerentes ou administradores, mas também eventuais diretores com poder para decidir, tanto ao nível estratégico como operacional.

Apesar de outros estudos fazerem distinção entre as atividades desenvolvidas pelas empresas, por este ser um estudo com questões de pesquisa ainda por explorar em grande parte na literatura analisada, optou-se por não excluir as microempresas cujos decisores possam ter mais facilidade na resposta a esta tipologia de inquérito versada para questões contabilísticas, financeiras, de literacia financeira e em que muitas das questões possam ser interpretadas como testes de conhecimentos nestas áreas. Optou-se, por isso, por questionar todas as microempresas nacionais, incluindo as sociedades financeiras,

---

<sup>30</sup>Na realidade, pode suceder que um mesmo gestor esteja afeto a mais do que uma microempresa. No entanto, não é credível que o número de microempresas existentes em território nacional seja superior ao número total de gestores existentes. No entanto, consideramos que esta limitação metodológica é muito difícil de ultrapassar e que a mesma não põe em causa a validade das conclusões obtidas sobre a população do estudo.

contabilísticas, de auditoria, de consultoria fiscal e de gestão, entre outras, que habitualmente se retiram da população estudada noutros estudos sobre empresas.

Existem em Portugal 1.136.865<sup>31</sup> microempresas, classificadas desta forma pela UE (Comissão Europeia, 2003). “O universo ou população representa a totalidade da população que se quer analisar.” (Major e Vieira, 2009). É inútil, quase impossível e dispendioso, na perspetiva de Ghiglione e Matalon (1992), inquirir todos os membros de uma população, pois inquirindo um número restrito de pessoas podemos obter as mesmas informações, com uma margem de erro suficientemente pequena. Relembramos, conforme o já exposto anteriormente, que conceptualmente não é feita qualquer distinção entre sociedades e empresários em nome individual e/ou trabalhadores independentes, mas por questões logísticas e devido à impraticabilidade de recolher contactos fidedignos de trabalhadores independentes e/ou empresários em nome individual junto de bases de dados, o inquérito foi apenas remetido para sociedades. Temos também a garantia, desta forma, que existe contabilidade organizada nas microempresas inquiridas, pelo que, assim, não será necessário descortinar nenhum método menos confiável para aferir da existência de demonstrações financeiras anuais em cada microempresa estudada. Neste seguimento, e apesar desta questão, consideramos o total de microempresas portuguesas como a população a estudar, e não a população de sociedades consideradas microempresas<sup>32</sup>, ou seja, a dificuldade em estudar os empresários em nome individual e/ou trabalhadores independentes não impede que se possam extrapolar as conclusões do estudo empírico para aqueles que têm contabilidade organizada, que não podendo ser quantificados poderão assumir um número considerável.

Entende-se por contabilidade organizada a sujeição ao SNC. Praticamente todas as organizações empresariais estão debaixo dessa alçada legal, pelo art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, sendo mais fácil enumerar as que podem cair fora do seu âmbito, conforme o art.º 10.º do mesmo diploma:

---

<sup>31</sup>Últimos dados disponíveis são do ano de 2015, conforme se pode observar na tabela 2 desta dissertação.

<sup>32</sup>Apenas como curiosidade referencial, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística, 2016) existiam em Portugal 320.954 sociedades consideradas microempresas em 2014.

- “as pessoas singulares que, exercendo a título individual qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, não realizem na média dos últimos três anos um volume de negócios líquido superior a 200 000 €.”
- “entidades do setor não lucrativo cujo volume de negócios líquido não exceda 150.000 € em nenhum dos dois períodos anteriores.”

Naturalmente que esta questão da contabilidade organizada e do SNC é mencionada para lembrar que, com maior ou menor desenvolvimento e conforme o que foi abordado na revisão da literatura, existe a obrigação de todas as entidades abrangidas pelo art.º 3.º de elaborar as demonstrações financeiras.

A amostra deve ser, em qualquer estudo empírico, a maior possível, para que se evitem ao máximo erros relacionados com a dimensão da amostra e com a sua representatividade. Ryan, Scapens e Theobald (2003) referem que, logo nas primeiras considerações do investigador para determinar a amostra, se deve ter em conta que flutuações dessa amostra serão reduzidas à medida que esta aumenta e, portanto, há vantagens em ter uma amostra tão grande quanto possível. O mesmo autor advoga que existem, naturalmente, limites ao aumento da dimensão da amostra, desde logo custos mais elevados para a investigação, implicando uma disponibilidade maior de recursos. É necessário, quando queremos obter uma amostra representativa, assegurar que os critérios que estiveram na base da sua escolha são adequados e corretos, atendendo aos objetivos da pesquisa a efetuar (Ryan, Scapens e Theobald, 2003).

Para Major e Vieira (2009), a unidade de análise é o “caso disponível”, o elemento da população, no nosso caso o gestor da microempresa. Para os mesmos autores, a amostra corresponde a um grupo de elementos pertencentes ao respetivo universo, que pode ser generalizada a toda a população se for representativa, evitando, neste caso, “inferências erradas” ou “enviesamento de resultados” (Major e Vieira, 2009).

Para a seleção da nossa amostra, foram inicialmente reunidos o máximo de contactos possíveis de microempresas. Procedeu-se ao contacto com o mestre Henrique Gouveia (Gouveia, 2014), como já mencionado anteriormente, o qual gentilmente nos cedeu a sua base de dados, com um total de 75.486 contactos de microempresas na forma

de sociedade. Esta lista foi depois complementada com mais 124.755 contactos, obtidos através da consulta da base de dados do SABI do *Bureau van Dijk*, fazendo corresponder a lista obtida aos critérios de microempresa segundo a UE (Comissão Europeia, 2003). Após unificação da lista, eliminados os endereços de correio eletrónico duplicados e também os inválidos, obteve-se uma lista final completa com um total de 175.837 microempresas com contactos válidos. Deste total de contactos efetuados com o envio do questionário, obtiveram-se um total de 2.765 respostas, das quais 1.413 foram consideradas completas. Sobre estas 1.413 respostas foram ainda aplicados filtros para garantir que se tratavam de microempresas, nomeadamente foram aplicados critérios ao volume de negócios, total de balanço e número de trabalhadores, conforme os valores dos mesmos critérios consagrados na Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003. Utilizando as respostas que os próprios gestores/decisores deram no questionário, foram eliminados 379 questionários, por não configurarem entidades que fossem microempresas. Por último, foram ainda eliminados mais 113 questionários, por se considerar que, devido novamente às próprias afirmações dos respondentes, estes não ocupavam cargos de gestão e/ou decisão nas respetivas empresas. No final, ficámos com um total de 921 casos válidos, configurando este número a dimensão da nossa amostra.

Em termos de validade do estudo, optámos por apontar, de acordo com Major e Vieira (2009), para o nível de muito relevante, de acordo com a tabela seguinte:

<b>Tabela 13 – Validade do estudo</b>				
<b>Validade do estudo</b>	<b>Nível de confiança (<math>\lambda</math>)</b>	<b>Normal estandardizada (<math>Z_{\alpha/2}</math>)</b>	<b>Nível de significância (<math>\alpha = 1 - \lambda</math>)</b>	<b>Margem de erro (<math>\epsilon</math>)</b>
Muito relevante	99%	$\pm 2,58$	1%	2% ou 5%
Relevante	95%	$\pm 1,96$	5%	5% ou 10%
Pouco relevante	68%	$\pm 1,00$	32%	5% ou 10%

Fonte: Major e Vieira (2009).

“Numa população finita (N), para calcular a dimensão adequada da amostra (n), quando se pretende estimar uma proporção da população com um determinado atributo



(p), referente a uma amostra aleatória simples e que garanta um nível de confiança ( $\lambda$ ) e um nível de precisão (D), utiliza-se a expressão” (Major e Vieira, 2009):

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Pretende-se, neste caso, que o nível de confiança  $\lambda$  seja de 99%, ou seja  $Z_{\alpha/2} = \pm 2,58$ . Optou-se, de acordo com Major e Vieira (2009), pela hipótese mais pessimista de dispersão máxima, ou seja,  $p = 0,5$ . O nosso N, que corresponde à população do estudo, é de 1.136.865 microempresas e a margem de erro considerada é de 5%. A nossa dimensão de amostra desejada, tendo em conta os dados indicados e a expressão utilizada, é de 666 elementos. Nesta dissertação foram obtidas, como já referido antes, 921 respostas válidas, ultrapassando-se, assim, a dimensão mínima da amostra, tendo em conta o nível de significância pretendido e o nível de precisão a alcançar.

Tendo em conta o já explicitado, é importante tecer algumas considerações sobre o processo de amostragem. A amostragem pode ser aleatória ou não aleatória. A amostragem aleatória é, de facto, o processo mais fiável (Major e Vieira, 2009), tendo em conta os resultados a alcançar. Apesar de existir uma seleção não aleatória, dada a não obrigatoriedade de resposta ao questionário e os indivíduos poderem responder de forma voluntária, não houve qualquer critério de conveniência ou subjetivo (Major e Vieira, 2009) para se proceder à escolha dos respondentes. De qualquer modo, não houve obtenção da amostra por sorteio nem sequer foi contactada toda a população de forma aleatória (Ghiglione e Matalon, 1992). Mesmo assim, podemos dizer que a representatividade, a heterogeneidade dos indivíduos e a quantidade de resposta válidas recolhidas que não foram objeto de qualquer seleção prévia pela autoria deste estudo de carácter arbitrário, possibilita a generalização dos testes estatísticos à generalidade da população estudada com um grau de confiança bastante aceitável.

### 3.2. MÉTODO DE RECOLHA DE DADOS

A técnica de recolha de dados utilizada, como já aludida, foi o inquérito por questionário. Consideramos este o instrumento mais indicado para estudar a população em causa, no sentido de determinar alguns aspetos e traços característicos que ainda carecem de estudo empírico. Por outro lado, esta técnica revela-se adequada, igualmente, para estudar características dos indivíduos das quais eles estão conscientes (Lima, 1981), o que é o caso concreto do nosso estudo. Os inquéritos, segundo o mesmo autor, podem ser usados tendo em vista a concretização do objetivo do progresso do conhecimento e análise científica. Consistem numa das técnicas empíricas mais utilizadas nas ciências sociais, mas deverá obedecer, sempre, a “critérios de rigor, adequação ao real, coerência interna e sistematização” (Lima, 1981), para que se obtenha uma investigação “exigente e séria” (Lima, 1981). O inquérito por questionário dá-nos garantias de que conseguimos obter dados sobre o comportamento dos elementos da população a estudar de forma mais completa e direta, permitindo que possamos obter dados ajustados ao estudo em questão e adequados aos objetivos de investigação. Ou seja, através de dados secundários, como por exemplo a obtenção de dados das informações publicadas pelas empresas, não seria possível levar a cabo a presente investigação, pois nesses dados não constam os comportamentos e características dos gestores e decisores das microempresas. “O recurso ao inquérito é necessário de cada vez que temos necessidade de informação sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, cuja observação direta, mesmo que possível, levaria demasiado tempo, ou seria completamente impossível” (Ghiglione e Matalon, 1992). Assim, o inquérito permite-nos recolher esses dados em primeira mão, tratá-los e aplicar-lhe métodos estatísticos no sentido de originar resultados consonantes com a aceitação ou não aceitação das nossas hipóteses de investigação (Major e Vieira, 2009).

O questionário deve ser previamente validado junto de elementos pertencentes à população a estudar (Major e Vieira, 2009). Quando uma primeira versão do questionário está pronta, “é necessário garantir (...) que responda efetivamente aos problemas colocados pelo investigador.” (Ghiglione e Matalon, 1992). Após discussão com a orientadora da presente dissertação e de diversas alterações realizadas ao questionário no

sentido de o expurgar de imprecisões científicas e erros de construção, foi, então, realizado um pré-teste junto de 5 elementos da população em estudo, concretamente 5 gerentes de 5 microempresas da região centro. Este pré-teste permitiu proceder a pequenas correções de semântica na parte escrita, tendo sido incorporadas no questionário algumas das sugestões dos inquiridos. É importante referir que estas correções tiveram apenas que ver com pequenas alterações nas situações hipotéticas descritas nas questões 17 e 21 do questionário, que pode ser consultado na sua versão final no Apêndice I, e que não alteravam qualquer sentido da situação descrita, servindo apenas para clarificar aquilo que já se pretendia propor. Por outro lado, foi possível confirmar a duração do questionário, que inicialmente se previa ter como limite cerca de 15 minutos. Sendo uma das preocupações da investigação que o questionário fosse o mais curto e simples possível, para obter um maior número de respostas e, concretamente de uma maior representatividade da amostra, foi com agrado que vimos o pré-teste ser concluído em média em 10 minutos, com o máximo de tempo de 12 minutos. Assim, o pré-teste foi também útil para determinar 12 minutos como um prudente tempo indicativo de conclusão do questionário. A última contribuição significativa dos respondentes aos pré-testes foi a sua sensibilidade diante das questões colocadas. Quase todos os respondentes se sentiram avaliados e temerosos de dar uma má imagem deles próprios e da sua empresa, caso sentissem que estavam com dúvidas em alguma resposta. Tal contribuiu definitivamente para confirmar a necessidade de manter anónimo o questionário.

A estratégia que se julgou mais eficiente e eficaz para a recolha das respostas do questionário propriamente dito culminou no envio das solicitações de resposta por correio eletrónico. Segundo Mertler (2002), os questionários realizados pela *internet* incluem vantagens como um tempo de resposta mais curto, o que leva a uma angariação de dados e consequente construção de base de dados mais rápida e menos custosa. Kaplowitz, Hadlock e Levine (2004) referem que as economias de tempo e recursos decorrentes de receber os dados já tratados e de forma eletrónica nos questionários eletrónicos são significativos. No entanto, como já foi referido anteriormente, enviar o número de mensagens de correio eletrónico necessário para toda a amostra considerada exigiu um elevado esforço logístico, tendo sido necessário proceder-se a envios automáticos geridos

por um servidor dedicado a estas questões. Tal foi conseguido através do Serviço de Gestão de Sistemas e Infra-estruturas de Informação e Comunicação da Divisão de Sistemas de Informação da Universidade de Coimbra.

Major e Vieira (2009) afirmam que o recurso à *internet* “permite obter elevada taxa de respostas num curto período de tempo”. Conclui-se que “estes meios originam uma maior motivação para responder e os resultados dos inquéritos são rápidos de obter” e “exigem poucos conhecimentos de informática dos respondentes”. De certa maneira, em contraponto, Kaplowitz, Hadlock e Levine (2004) referem que o número de respostas obtidas é menor por estes métodos, e que uma das explicações pode ser o menor tempo e atenção dedicado aos instrumentos de motivação de resposta pela *web*, comparado ao tempo e atenção dedicados aos respondentes pelos meios mais tradicionais (personalização, contactos prévios, acompanhamento, entre outros). No entanto, os mesmos autores referem que em populações em que o acesso à *internet* é muito elevado, a proporção de respostas obtidas é muito próxima dos outros métodos. Podemos afirmar, com alguma convicção que, no nosso universo de estudo, tal é o caso. Não tendo sido usados quaisquer incentivos de resposta no nosso questionário, é importante referir que nos dias de hoje, e com o avanço das ciências informáticas, já é possível obter um elevado grau de personalização no envio de mensagens eletrónicas de forma automática. Para Sills e Song (2002), a rápida expansão da *internet* deu aos questionários “o potencial para serem uma ferramenta poderosa na investigação levada a cabo por questionário”. De acordo com estes autores, o custo, facilidade, velocidade de entrega e resposta, bem como a facilidade de análise de dados, pesam a favor da *internet*, como potenciadora da pesquisa por questionário. No entanto, não podemos esquecer que nos tempos que correm todos somos bombardeados com imensas mensagens de correio eletrónico, sendo muitas consideradas *spam*<sup>33</sup>, o que faz com que automaticamente os motores de filtros dos domínios de correio eletrónico mais usados os retirem das caixas de entrada sem qualquer aviso ao potencial respondente.

No caso concreto do nosso estudo, foi criada uma conta de correio eletrónico dedicada à construção do questionário, assim como uma conta de acesso à plataforma

---

<sup>33</sup>Expressão do inglês habitualmente usada para designar mensagens de correio eletrónico não solicitadas.

*Limesurvey*<sup>34</sup> na Universidade de Coimbra, com a respetiva lista de endereços de correio eletrónico que constavam na base de dados. Todo este processo teve que ser estudado ao longo de mais de dois meses, tendo em conta todas as questões logísticas subjacentes. Sinteticamente, após o envio do endereço com o questionário por correio eletrónico a 17 de maio de 2017, e devido ao facto de o inquérito ter sido inicialmente realizado numa versão mais recente do *Limesurvey*, foi detetado que houve supressão de uma questão e algumas opções de resposta no volume de negócios e balanço das empresas não eram visíveis aos respondentes. No caso dos inquéritos enviados por via eletrónica, a maioria das respostas obtidas são angariadas nas primeiras horas ou dias de distribuição dos questionários, até pela rapidez que caracteriza esta técnica de recolha de dados específica, já fundamentada anteriormente. Por isso mesmo, e apesar desta falha ter sido detetada em menos de 24 horas, o facto de se ter que proceder à correção do questionário disponibilizado inviabilizou um pouco mais de 600 respostas que, entretanto, haviam sido obtidas, tendo-se considerado as mesmas inválidas para o estudo. Acresce que, devido ao elevado número de endereços de correio eletrónico que faziam parte da lista, o servidor não conseguiu gerir a lista da melhor maneira. Não entrando em tecnicismos informáticos, é importante referir que não foi possível reforçar a mensagem inicial de correio eletrónico com novo envio, o que seria desejável. Kaplowitz, Hadlock e Levine (2004) concluíram no seu estudo que o envio de uma mensagem de correio eletrónico a relembrar o endereço eletrónico com o questionário teve efeitos positivos no número de respostas obtidas. O preenchimento do inquérito foi, então, encerrado no dia 2 de junho de 2017, quando se verificou que a taxa de respostas tinha abrandado significativamente.

---

<sup>34</sup>Este programa informático é disponibilizado através de um explorador de *internet*, sendo muito popular entre investigadores que utilizam esta técnica de recolha de dados. Informação em [www.limesurvey.org](http://www.limesurvey.org).

### 3.3. INQUÉRITO – ESTRUTURA E CONTEÚDO

Neste subtítulo abordam-se de forma breve alguns aspetos inerentes à estrutura e conteúdo do inquérito, nomeadamente a forma como foi pensado, planeado e concretizado. No Apêndice I pode ser consultado o questionário, com todas as informações, incluindo a mensagem endereçada aos respondentes. É importante referir que todas as perguntas do inquérito eram de resposta obrigatória, ou seja, o respondente teria sempre que assinalar, pelo menos, uma opção, consoante o tipo de resposta permitido (uma opção ou várias opções). Nas perguntas que dependiam de uma determinada resposta a outras, sempre que se verificava essa condição prévia, eram também de resposta obrigatória. Tal foi garantido através de mecanismos informáticos.

Para elaborar o questionário foram sempre tidas em conta questões que pudessem ser respondidas de forma rápida e intuitiva. Todo o questionário foi pensado tendo em vista o máximo de respostas válidas a obter. Dessa forma, o tipo de perguntas foi sempre estruturado de forma a serem do tipo fechado, pois entende-se que a resposta é mais rápida e produz dados mais estandardizados. No que respeita ao conteúdo das questões, elas abrangeram sobretudo dois tipos: as que se dedicaram à recolha de factos e as que pretenderam recolher opiniões e atitudes (Ghiglione e Matalon, 1992). Para as opiniões e atitudes recolhidas foi utilizada uma escala de Likert de 5 pontos. Para Ghiglione e Matalon (1992), o modelo de Likert pressupõe que “a probabilidade de resposta favorável a uma questão cresce de forma monótona em função da atitude subjacente dos indivíduos.” Podendo assumir diversos tipos de perguntas, as do tipo fechado são aquelas onde se apresentam ao respondente uma lista previamente definida de respostas possíveis (Ghiglione e Matalon, 1992). Limitam a possibilidade de o respondente emitir opinião, podendo apenas selecionar uma escolha, obtendo-se assim informação imediata e sem justificação (Major e Vieira, 2009).

Em alguns casos foram utilizadas questões de tipo diverso. Foi criada uma questão aberta, para recolha do endereço de correio eletrónico do respondente. Algumas das questões fechadas permitiam a escolha de mais do que uma opção, sendo que nestes casos essa indicação era sempre expressamente escrita na questão em causa. Nestes casos, o respondente podia indicar o número de opções que entendesse, sendo livre o número de

respostas possíveis (Ghiglione e Matalon, 1992). Por último, algumas das questões foram colocadas assumindo o tipo de perguntas mistas, ou seja, “perguntas fechadas, às quais se acrescenta a possibilidade do inquirido emitir uma opinião” (Major e Vieira, 2009).

Tal como referido anteriormente, foi garantido aos respondentes, como se pode constatar no Apêndice I, o seu anonimato. Desta forma, não foi feita qualquer recolha de IP, endereço de correio eletrónico, nome pessoal, nome da empresa, data e hora da resposta<sup>35</sup>. Esta estratégia de anonimato foi adotada, também, devido à sensibilidade revelada pelos respondentes ao pré-teste, conforme já foi mencionado.

Quanto à estrutura e conteúdo do questionário, o questionário foi dividido nas seguintes secções:

- Perfil do respondente, incluindo a sua caracterização ao nível da responsabilidade na tomada de decisão. Esta secção foi constituída pelas questões 1 a 6, do Apêndice I.
- Caracterização da entidade, incluindo a sua delimitação como microempresa, seguindo a definição da Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003. Esta secção incluiu as questões numeradas de 7 a 13.
- Aspectos relativos à elaboração e consulta da informação contabilística na empresa, incluindo a probabilidade de consulta em cenário de decisão. Quanto à questão dos aspectos de elaboração e consulta da informação contabilística na empresa, esta informação foi recolhida através das questões 14, 15, 16, 18, 19 e 20. A probabilidade de consulta em cenário de decisão foi aferida pela questão 17, que em si continha 10 subquestões.
- Avaliação qualitativa por parte dos respondentes à utilidade e importância que a contabilidade desempenha nas suas entidades. Com as questões 21 e 22 pretendia-se obter opiniões, atitudes e preferências sobre a contabilidade, em termos genéricos, por parte dos respondentes. Naturalmente que muitas das questões foram colocadas para se obter, igualmente, uma opinião do respondente relativamente à sua própria

---

<sup>35</sup>Este caso particular foi uma limitação do *Limesurvey*, pois quando se considera anonimato nas respostas o programa garante que não se possam recolher estes dados de hora e data.

microempresa. A questão 21, por isso, implicava muitos cenários diferentes (17 no total).

- Conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros dos respondentes foram as questões que estiveram na base da construção dos índices das 3 vertentes da literacia financeira considerada, ou seja, conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro dos respondentes. Esta construção de índices é abordada mais em profundidade no subtítulo seguinte. Acrescenta-se que a questão 27 pretendia apenas avaliar a confiança do gestor nos seus conhecimentos financeiros. As questões 28 a 34 são, assim, dedicadas a apurar o índice de conhecimento financeiro do respondente. As questões 24 e 25 foram dedicadas a aferir a atitude financeira dos inquiridos. Por último, as questões 23 e 26 destinavam-se a determinar o comportamento financeiro dos destinatários do questionário.





### 3.4. VARIÁVEIS, HIPÓTESES E TESTES ESTATÍSTICOS

As variáveis a relacionar provenientes do estudo empírico são as indicadas no quadro 4, tipificadas entre variáveis dependentes e variáveis independentes. De referir que, além destas, outras variáveis resultantes do questionário são analisadas de forma independente, para construção de base e referencial de análise. Assim, e consoante tenhamos variáveis ordinais, nominais ou de intervalo (contínuas ou discretas), serão usadas as estatísticas descritivas pertinentes, nomeadamente e se necessário, as tabelas de frequência, medidas de tendência central, medidas de dispersão e medidas de localização.

Quadro 4 - Variáveis do estudo	
Variáveis dependentes	Variáveis independentes
	Género
Índice de Conhecimento Financeiro	Habilitações académicas
Índice de Atitude Financeira	Periodicidade de disponibilização da contabilidade
Índice de Comportamento Financeiro	Consulta do balanço e demonstração de resultados
Índice de Literacia Financeira	Consulta da contabilidade para tomar decisões
	Importância dada à contabilidade

Cada uma das quatro variáveis dependentes indicadas no quadro 4 foi relacionada com cada uma das variáveis independentes indicadas, originando assim vinte e quatro hipóteses de estudo.

É importante explicar como foram construídos os índices referidos como variáveis dependentes. Como já vimos anteriormente, nos principais estudos levados a cabo sobre literacia financeira, nomeadamente os estudos da OCDE, aquele conceito é decomposto em conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro (Lewis e Messy, 2012). Em relação aos índices, existe grande uniformidade nos investigadores em criar medidas únicas para medir a literacia financeira (Nicolini, Cude e Chatterjee, 2013). Segundo estes autores, independentemente da forma como os índices são construídos, seja através de pontuações, seja analisando questão a questão de forma mais analítica, todos os académicos têm chegado à conclusão de que o nível de conhecimento financeiro dos inquiridos é inferior ao desejado (Nicolini, Cude e Chatterjee, 2013). Estes autores mediram, igualmente, a literacia financeira através de um índice em que uma resposta correspondia a um ponto.

No estudo da OCDE (Atkinson e Messy, 2012), o conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro originaram, cada um, um índice de pontuação, que determinou na metodologia dos investigadores, a partir de um determinado nível, um valor considerado alto. Na combinação destes três índices foi, então, obtida por soma aritmética um índice de literacia financeira, e definiu-se que a partir de um determinado nível pontual no índice considerar-se-ia que os inquiridos possuíam um nível de literacia financeira relativamente elevado. As comparações de construção de índices entre o estudo da OCDE e o nosso estudo (NE) são indicadas nos quadros 5, 6, 7 e 8.

**Quadro 5 - Comparação de construção de índices de conhecimento financeiro**

Nº de questões		Forma de Cálculo		Pontuação considerada elevada	
OCDE	NE	OCDE	NE	OCDE	NE
8	10	A cada questão respondida acertadamente era atribuído 1 ponto	A cada questão respondida acertadamente era atribuído 1 ponto	6 pontos em 8 possíveis	7 pontos em 10 possíveis

<b>Quadro 6 - Comparação de construção de índices de atitude financeira</b>					
<b>Nº de questões</b>		<b>Forma de Cálculo</b>		<b>Pontuação considerada elevada</b>	
<b>OCDE</b>	<b>NE</b>	<b>OCDE</b>	<b>NE</b>	<b>OCDE</b>	<b>NE</b>
3	2	A escala de atitude em cada questão ia de 1 a 5, sendo que a soma total era dividida por 3	Se a atitude fosse demonstrada era atribuído 1 ponto	3 em 5 possíveis	2 em 2 possíveis

<b>Quadro 7 - Comparação de construção de índices de comportamento financeiro</b>					
<b>Nº de questões</b>		<b>Forma de Cálculo</b>		<b>Pontuação considerada elevada</b>	
<b>OCDE</b>	<b>NE</b>	<b>OCDE</b>	<b>NE</b>	<b>OCDE</b>	<b>NE</b>
8	2	Se o comportamento fosse evidenciado era atribuído 1 ponto à questão <sup>36</sup>	Se o comportamento fosse evidenciado era atribuído 1 ponto à questão	6 em 9 possíveis <sup>36</sup>	2 em 2 possíveis

Como podemos observar pelos quadros anteriores, foi sempre utilizada uma metodologia semelhante na construção dos índices. O novo inquérito e correspondente relatório realizado em 2016 (OECD, 2016) é em tudo semelhante a todas as referências aqui tratadas, pelo que todas as menções ao relatório de Atkinson e Messy (2012) são válidas para o relatório de 2016. A única diferença substancial encontrada na medida do conceito é a de que no ICF uma das questões foi tornada opcional para os países participantes, gerando assim um ILF máximo de 21 pontos, ao invés de 22 pontos<sup>37</sup>.

Quanto a diferenças entre os estudos da OCDE e o nosso, o estudo da OCDE favorece o comportamento financeiro (Atkinson e Messy, 2012), enquanto que o nosso estudo tem uma clara tendência para o conhecimento financeiro. Não nos podemos

<sup>36</sup>Neste caso houve uma questão em particular em que foi considerado um comportamento possível de ser pontuado com 0, 1 ou 2 pontos.

<sup>37</sup>É importante também referir que o estudo foi alargado a 30 países, no seguimento da referência a Atkinson e Messy (2012), em que o estudo incluía apenas 14 países. Para efeitos metodológicos não é relevante, mas é um indicador de que a validade do estudo está em fase de consolidação.

esquecer que no nosso caso estamos a estudar gestores e decisores de microempresas, enquanto que a perspetiva da esmagadora maioria dos estudos sobre literacia financeira é sobre a população em geral, e mais concretamente do ponto de vista do consumo, questões bancárias e utilização do sistema financeiro, ao qual a pesquisa da OCDE não foge. Não podíamos, contudo, ignorar os construtos de atitude financeira e comportamento financeiro, correndo o risco de desvirtuar por completo o conceito de literacia financeira. Apenas não lhes atribuímos a mesma ponderação que ao construto de conhecimento financeiro.

**Quadro 8 - Comparação de construção de índices de literacia financeira**

Nº de questões		Forma de Cálculo		Pontuação considerada elevada	
OCDE	NE	OCDE	NE	OCDE	NE
19	14	Soma aritmética dos índices anteriormente calculados	Soma aritmética dos índices anteriormente calculados	Soma dos limiares anteriores 15 em 22 possíveis	Soma dos limiares anteriores 11 em 14 possíveis

Poder-nos-emos questionar sobre o facto de o índice “final” de literacia financeira não ter quaisquer critérios de eliminação, no sentido em que, mesmo com uma pontuação elevada no ILF, teríamos que garantir que a pontuação no índice de atitude financeira e no ICF seria de, pelo menos, dois pontos. Isso não acontece. A pontuação do ILF é considerada independentemente da pontuação em cada um dos índices intermédios. A explicação tem que ver com o que já foi referido por Atkinson e Messy (2012), normalmente as pessoas não são igualmente fortes em todos os aspetos, sendo mais típico serem apenas fortes em um ou dois. Por outro lado, os índices de literacia financeira em qualquer dos estudos vêm já ponderados indiretamente pela escala e possibilidades de pontuação em cada um dos índices dos três construtos considerados e, desta forma, há uma clara tendência no nosso índice para o conhecimento financeiro. Por último, nesta questão, é relevante referir que as pontuações consideradas elevadas no ICF, IAF, ICPF e ILF são as indicadas no quadro 9.

**Quadro 9 - Comparação de pontuações dos índices**

Pontuação considerada elevada (ICF)		Pontuação considerada elevada (IAF)		Pontuação considerada elevada (ICPF)		Pontuação considerada elevada (ILF)	
OCDE	NE	OCDE	NE	OCDE	NE	OCDE	NE
75%	70%	60%	100%	66%	100%	68%	79%

Em suma, os índices foram construídos tendo por paralelo o estudo da OCDE. Não existindo na literatura, como já foi mencionado, pesquisas acerca do grau de literacia financeira dos gestores, foi adotado um critério um pouco mais exigente em relação ao estudo da OCDE, pois este dirige-se à população em geral, e o nosso é apontado aos gestores das microempresas portuguesas, que terão que ter um grau de exigência superior.

Quanto às variáveis independentes, consideramos relevante referir algum tratamento que foi realizado.

Relativamente à variável “Periodicidade de disponibilização da contabilidade”, cujos valores foram obtidos pela questão 18 do questionário, foram consideradas duas periodicidades: frequente, para o caso em que o respondente indicou que pelo menos lhe era disponibilizada uma vez por mês informação contabilística; pouco frequente quando o respondente indicou que lhe era disponibilizada de seis em seis meses ou em periodicidade superior.

Na variável “Consulta da contabilidade para tomar decisões” o tratamento dado foi feito a partir dos dados recolhidos pelas respostas à questão 17. Sempre que os respondentes indicaram, para cada cenário proposto, as opções 1 ou 2, improvável ou pouco provável, foi considerado que não consultam a contabilidade. Sempre que os inquiridos indicaram as opções 4 ou 5, correspondentes a muito provável ou com certeza absoluta, foi considerado que consultam a contabilidade para a situação indicada. Existindo dez cenários possíveis, considerou-se que os indivíduos em estudo consultam a contabilidade se, pelo menos, o fazem em sete dos dez cenários considerados.

Para medir a variável “Importância dada à contabilidade”, utilizaram-se as respostas à questão 21 e 22. Desta forma, considerámos que os indivíduos davam

importância à contabilidade se respondessem, obrigatoriamente, à questão 22 com concordo ou concordo totalmente (hipóteses 4 e 5). Adicionalmente, os respondentes tinham que considerar as mesmas hipóteses na questão 21, em duas das quatro afirmações (concretamente 2, 3, 5 e 17).

Quanto às hipóteses testadas, estas são elencadas no quadro 10. Para o tratamento estatístico foi utilizado o teste de independência do qui-quadrado. “Um valor significativo de qui-quadrado permitirá rejeitar a hipótese nula, e portanto, inferir a existência de uma relação” (Ghiglione e Matalon, 1992). Recorre-se ao teste de Fisher quando as condições de aplicação do teste de independência do qui-quadrado não estão presentes. O teste de Fisher funciona apenas para tabelas quadradas de duas linhas e duas colunas, e foram consideradas como condições não satisfeitas para o teste do qui-quadrado quando se verificava pelo menos um valor esperado de contagem de uma célula inferior a 5 (Gageiro e Pestana, 2014).

A análise efetuada foi feita recorrendo-se, naturalmente, a programas informáticos. Todos os dados foram previamente tratados e alguma construção de variáveis foi feita no *Microsoft Excel 2016*, que se utilizou para a construção da base de dados final, que foi depois utilizada no programa *IBM SPSS Statistics 22* para a restante e necessária criação de variáveis, produção de estatísticas descritivas e teste de hipóteses, sendo que o nível de significância adotado foi de 1%.

## Quadro 10 - Hipóteses testadas

H1. Há uma relação entre o ICF e o género dos gestores das empresas
H2. Há uma relação entre o ICF e as habilitações académicas dos gestores das empresas
H3. Há uma relação entre o ICF e a periodicidade com que é disponibilizada a informação da contabilidade aos gestores das empresas
H4. Há uma relação entre o ICF e a consulta do balanço e demonstração de resultados pelos gestores das empresas
H5. Há uma relação entre o ICF e a consulta da contabilidade pelos gestores das empresas para tomarem decisões
H6. Há uma relação entre o ICF e a importância dada pelos gestores das empresas à contabilidade
H7. Há uma relação entre o IAF e o género dos gestores das empresas
H8. Há uma relação entre o IAF e as habilitações académicas dos gestores das empresas
H9. Há uma relação entre o IAF e a periodicidade com que é disponibilizada a informação da contabilidade aos gestores das empresas
H10. Há uma relação entre o IAF e a consulta do balanço e demonstração de resultados pelos gestores das empresas
H11. Há uma relação entre o IAF e a consulta da contabilidade pelos gestores das empresas para tomarem decisões
H12. Há uma relação entre o IAF e a importância dada pelos gestores das empresas à contabilidade
H13. Há uma relação entre o ICPF e o género dos gestores das empresas
H14. Há uma relação entre o ICPF e as habilitações académicas dos gestores das empresas
H15. Há uma relação entre o ICPF e a periodicidade com que é disponibilizada a informação da contabilidade aos gestores das empresas
H16. Há uma relação entre o ICPF e a consulta do balanço e demonstração de resultados pelos gestores das empresas
H17. Há uma relação entre o ICPF e a consulta da contabilidade pelos gestores das empresas para tomarem decisões
H18. Há uma relação entre o ICPF e a importância dada pelos gestores das empresas à contabilidade
H19. Há uma relação entre o ILF e o género dos gestores das empresas
H20. Há uma relação entre o ILF e as habilitações académicas dos gestores das empresas
H21. Há uma relação entre o ILF e a periodicidade com que é disponibilizada a informação da contabilidade aos gestores das empresas
H22. Há uma relação entre o ILF e a consulta do balanço e demonstração de resultados pelos gestores das empresas
H23. Há uma relação entre o ILF e a consulta da contabilidade pelos gestores das empresas para tomarem decisões
H24. Há uma relação entre o ILF e a importância dada pelos gestores das empresas à contabilidade



Todas as hipóteses consideradas foram suscitadas tendo em conta as questões de investigação que pretendemos responder:

- Será que a literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas influencia a utilização da contabilidade para as suas decisões?
- Que outros fatores relacionados com o perfil e literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas influenciam a utilização da contabilidade para as suas decisões?

Em relação à primeira questão, tentámos encontrar a resposta pelos testes às hipóteses 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23 e 24. Para responder à segunda questão, testámos as hipóteses 1, 2, 7, 8, 13, 14, 19 e 20. De seguida, na parte 4, efetuamos a análise e discussão dos resultados obtidos no nosso estudo empírico.

## PARTE 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Nas próximas tabelas é feita uma análise das estatísticas descritivas pertinentes dos gestores das microempresas.

<b>Tabela 14 – Género (Questão 1)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Feminino	291	31,6%
Masculino	630	68,4%
Total	921	100,0%

Em relação ao género dos respondentes (tabela 14), nota-se uma clara preponderância do género masculino, com mais de dois terços dos respondentes nesta categoria. Isto pode representar um impacto positivo nos índices calculados para aferir a literacia financeira (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Vieira, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016).

<b>Tabela 15 – Idade (Questão 2)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Até 20 anos	11	1,2%
Entre 21 e 30 anos	40	4,3%
Entre 31 e 40 anos	226	24,5%
Entre 41 e 50 anos	334	36,3%
Entre 51 e 60 anos	210	22,8%
Entre 61 e 70 anos	87	9,4%
Mais de 70 anos	13	1,4%
Total	921	100,0%

No que toca à idade dos respondentes, podemos verificar na tabela 15 que a mediana se situa no valor “Entre 41 e 50 anos”. A moda situa-se no mesmo valor, representando 36,3% dos inquiridos, e o terceiro quartil é atingido no valor “Entre 51 e 60 anos”, situando-se os respondentes em idades até este intervalo. É de assinalar a existência de 11 gestores com menos de 20 anos.

<b>Tabela 16 – Habilitações académicas (Questão 3)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Até ao 3º Ciclo	68	7,4%
Ensino secundário	226	24,5%
Licenciatura	474	51,5%
Mestrado	133	14,4%
Doutoramento	20	2,2%
Total	921	100,0%

Na tabela 16 é interessante verificar que menos de um terço dos inquiridos não tem ensino superior. Mais de metade dos gestores questionados têm uma licenciatura e 16,6% de todos os inquiridos têm mestrado ou doutoramento. Concluímos que as qualificações académicas dos quadros das microempresas da nossa amostra se revelam bastante elevadas. Vejamos se esse efeito se reflete, mais adiante, nos índices de conhecimento e de literacia financeira, em consistência com a revisão da literatura.

<b>Tabela 17 – Área de formação académica (Questão 4)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Economia/Gestão/Contabilidade/Finanças	375	38,3%
Engenharia	211	21,6%
Matemática	14	1,4%
Direito/Outras ciências jurídicas	26	2,7%
Ciências da vida e da saúde	68	7,0%
Artes/Arquitetura	52	5,3%
Ciências sociais	65	6,6%
Outra	167	17,1%
Total	978	100,0%

É de assinalar, na tabela 17, a quantidade de respondentes com um curso na área das ciências económicas, bem como na área de engenharia. Lembra-se que no caso desta questão os respondentes podiam assinalar mais do que uma opção. Em relação aos que optaram por indicar outra alternativa, é de notar os que indicaram ter formação em Marketing, Transportes, Administração e Educação. É expectável, pelo número de respondentes que indicaram ter formação nas áreas económicas, em engenharia e em matemática (600 casos, que correspondem no mínimo a 543 indivíduos), que os índices de literacia financeira surjam aumentados, pelo efeito da escolaridade e pelo efeito da numeracia (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Vieira, 2012; Grohmann, Kouwenberg e Menkhoff, 2015; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016).

<b>Tabela 18 – Cargo exercido na empresa (Questão 5)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Sócio-Gerente/Administrador	771	83,7%
Gerente/Administrador não sócio	80	8,7%
Diretor	43	4,7%
Outro	27	2,9%
Total	921	100,0%

Em consonância com o discutido na literatura em relação às PME, nas microempresas que fazem parte do nosso estudo há uma clara incidência de casos em que a propriedade e a gestão das entidades andam de mãos dadas. Mais de 80% dos inquiridos (ver tabela 18), para além de serem gerentes ou administradores das empresas, detêm também uma participação social. No caso dos que responderam “outro” ou “diretor”, existe uma preponderância grande de gestores administrativos e/ou financeiros.

<b>Tabela 19 – Número de anos de experiência (Questão 6)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Entre 0 e 2 anos	41	4,5%
Entre 2 e 5 anos	183	19,9%
Entre 5 e 10 anos	240	26,1%
Entre 10 e 20 anos	258	28,0%
Superior a 20 anos	199	21,6%
Total	921	100,0%

Pela análise da tabela 19, que determina o número de anos de experiência que os inquiridos assinalaram na questão cujos dados estão refletidos na tabela 18, há um nível de experiência assinalável. A moda situa-se no valor “Entre 10 e 20 anos” e quase metade dos inquiridos tem 10 ou mais anos de experiência na função, existindo mesmo 21,6% dos inquiridos com mais de 20 anos de experiência na gestão das microempresas.

As próximas tabelas de estatísticas descritivas referem-se à caracterização das entidades.

<b>Tabela 20 – Localização da empresa (Questão 7)</b>			
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>INE<sup>38</sup></b>
Norte	326	35,4%	34,1%
Centro	209	22,7%	21,5%
Lisboa	284	30,8%	27,8%
Alentejo	27	2,9%	6,9%
Algarve	41	4,5%	5,4%
Região Autónoma da Madeira	15	1,6%	2,1%
Região Autónoma dos Açores	19	2,1%	2,2%
Total	921	100,0%	100,0%

Como podemos observar pela tabela 20, o nosso estudo tem uma amostra muito condicente com a distribuição efetiva das empresas em Portugal, conforme os dados de 2015. De certa forma, e relembrando as questões já abordadas sobre a aleatoriedade da nossa amostra, estes dados reforçam a capacidade de generalização de conclusões para a população, a partir da amostra considerada. É de notar, no entanto, o nível baixo de respostas por parte de microempresas situadas na zona do Alentejo.

---

<sup>38</sup>Estes dados referem-se aos valores nacionais espelhados na tabela 8, para efeitos comparativos da amostra.

**Tabela 21 – Setor de atividade (Questão 8)**

	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>PORDATA<sup>39</sup></b>
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura	32	3,5%	11,3%
Indústrias extrativas	3	0,3%	0,1%
Indústrias transformadoras	67	7,3%	5,6%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	30	3,3%	0,2%
Construção	63	6,8%	6,6%
Comércio por grosso e a retalho	184	20,0%	18,8%
Transporte e armazenagem	28	3,0%	1,8%
Alojamento, restauração e similares	60	6,5%	7,8%
Atividades imobiliárias	28	3,0%	2,7%
Educação	20	2,2%	4,6%
Atividades de saúde humana e apoio social	37	4,0%	7,4%
Outros setores	369	40,1%	33,1%
Total	921	100,0%	100,0%

Na tabela 21 apresenta-se a repartição da amostra por setores de atividade para o ano de 2016. É importante mencionar que todos os setores existentes, tal como definidos na pergunta 8 do questionário realizado, estão representados, embora alguns tenham sido agregados de modo a permitir a comparação com os dados nacionais, na rubrica “Outros setores”. Estes dados nacionais, ao contrário da tabela 20, são referentes às microempresas, apenas. Mais uma vez a dispersão da nossa amostra em relação aos indicadores setoriais de Portugal permite-nos inferir uma grande adesão de distribuição entre as duas, validando as conclusões para a população de forma aceitável, embora no caso do setor agrícola exista uma diferença que é de assinalar.

**Tabela 22 – Número de trabalhadores (Questão 9)**

	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Entre 1 e 5 trabalhadores	726	78,8%
Entre 6 e 9 trabalhadores	195	21,2%
Total	921	100,0%

<sup>39</sup>Estes dados referem-se aos valores nacionais espelhados na tabela 7, para efeitos comparativos da amostra.

Depois de aplicados todos os filtros aos dados brutos recolhidos pelo questionário, na ótica de garantir que a nossa amostra apenas era composta por microempresas, não é de admirar que todas as entidades desta amostra tenham menos de 10 trabalhadores a 31 de dezembro de 2016 (tabela 22), conforme o critério definido pela UE (Comissão Europeia, 2003). Podemos observar que, adicionalmente, a esmagadora maioria das empresas que fazem parte da amostra têm 5 ou menos trabalhadores.

<b>Tabela 23 – Volume de negócios (Questão 10)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Entre 0 € e 700.000 €	696	75,6%
Entre 700.001 € e 2.000.000 €	206	22,4%
Entre 2.000.001 € e 8.000.000 €	10	1,1%
Entre 8.000.001 € e 10.000.000 €	2	0,2%
Maior do que 10.000.000 €	7	0,8%
Total	921	100,0%

Sem grande surpresa, já que a nossa amostra é constituída por microempresas, a moda da nossa amostra situa-se no primeiro escalão definido para o volume de negócios de 2016 (tabela 23). Da mesma forma, 98% das entidades estão no intervalo até aos 2.000.000 € de faturação. A surpresa aqui pauta-se pelas 9 empresas que sobreviveram aos filtros aplicados e que, apesar de serem microempresas, faturam acima dos 8.000.000 € anuais. Conjugando estes dados com os da tabela anterior, temos pelo menos 7 empresas a faturar mais de 1.000.000 € por colaborador existente, facto ao qual, eventualmente, não será alheia a escolaridade elevada genérica da nossa amostra.



<b>Tabela 24 – Balanço (Questão 11)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Entre 0 € e 350.000 €	707	76,8%
Entre 350.001 € e 2.000.001 €	192	20,8%
Entre 2.000.001 € e 4.000.000 €	13	1,4%
Entre 4.000.001 € e 10.000.000 €	8	0,9%
Maior do que 10.000.000 €	1	0,1%
<b>Total</b>	<b>921</b>	<b>100,0%</b>

O total de balanço no ano de 2016 para cada uma das empresas da amostra tem um raciocínio análogo ao da tabela anterior. A moda situa-se no primeiro escalão (tabela 24). É interessante analisar quais daquelas empresas se podem caracterizar como microentidades e pequenas entidades, de acordo com o SNC. Para o efeito construiu-se a tabela de referência cruzada apresentada de seguida (tabela 25).

<b>Tabela 25 – Micro e pequenas entidades da amostra</b>							
		<b>Volume de negócios (€)</b>					
<b>Total de balanço (€)</b>		0 a 700.000	700.001 a 2.000.000	2.000.001 a 8.000.000	8.000.001 a 10.000.000	> 10.000.000	<b>Total</b>
0 a 350.000	Casos	644	47	7	2	7	707
	%	69,9%	5,1%	0,8%	0,2%	0,8%	76,8%
350.001 a 2.000.001	Casos	44	145	3	0	0	192
	%	4,8%	15,7%	0,3%	0,0%	0,0%	20,8%
2.000.001 a 4.000.000	Casos	4	9	0	0	0	13
	%	0,4%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%
4.000.001 a 10.000.000	Casos	4	4	0	0	0	8
	%	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
> 10.000.000	Casos	0	1	0	0	0	1
	%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
<b>Total</b>	Casos	696	206	10	2	7	921
	%	75,6%	22,4%	1,1%	0,2%	0,8%	100,0%

Na tabela 25 podemos observar que, curiosamente, as 7 entidades que têm maior faturação encontram-se no escalão mais baixo do total de balanço, constituindo assim

microentidades potenciais no âmbito do SNC<sup>40</sup>. Numa observação mais aprofundada da tabela, encontramos 162 pequenas entidades potenciais, ou seja, em simultâneo com um balanço superior a 350.000 €, têm vendas e prestações de serviços superiores a 700.000 €. Todas as outras 759 empresas se podem prever microentidades, pelo que o nosso estudo, em termos de SNC, incide muito mais sobre este último tipo de microempresas.

<b>Tabela 26 – Grau de internacionalização (Questões 12 e 13)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Vendas <sup>41</sup> exclusivamente nacionais	591	64,2%
Vendas só para países da UE	141	15,3%
Vendas para todo o mundo excluindo UE	27	2,9%
Vendas para todo o mundo	162	17,6%
Total	921	100,0%

Quase dois terços da nossa amostra não vende qualquer produto ou presta qualquer serviço fora de Portugal (tabela 26), verificando-se que apenas 27 microempresas não exportam para a UE, embora exportando para o resto do mundo.

<b>Tabela 27 – Outsourcing da contabilidade (Questão 14)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Empresas sem <i>outsourcing</i>	148	16,1%
Empresas com <i>outsourcing</i>	610	66,2%
Empresas em sistema misto	163	17,7%
Total	921	100,0%

Através da tabela 27 podemos confirmar que apenas 148 microempresas não recorrem a qualquer serviço prestado por outra entidade ou pessoa para realizar a sua

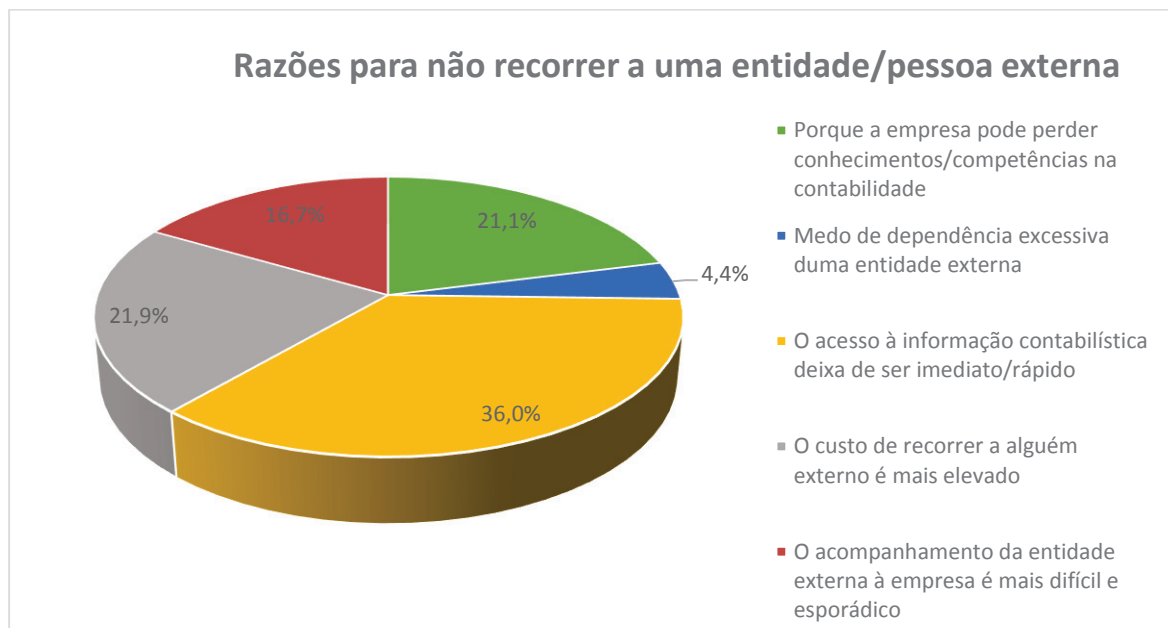
---

<sup>40</sup>Pelo art.º 9º-A do Decreto-Lei n.º 158/2009 as micro e pequenas entidades são classificadas como tal se cumprirem determinados critérios durante dois exercícios consecutivos, pelo que as conclusões indicadas em relação à tabela 25 são sempre potenciais, não se conseguindo garantir a sua efetividade já que apenas se estudou um período económico.

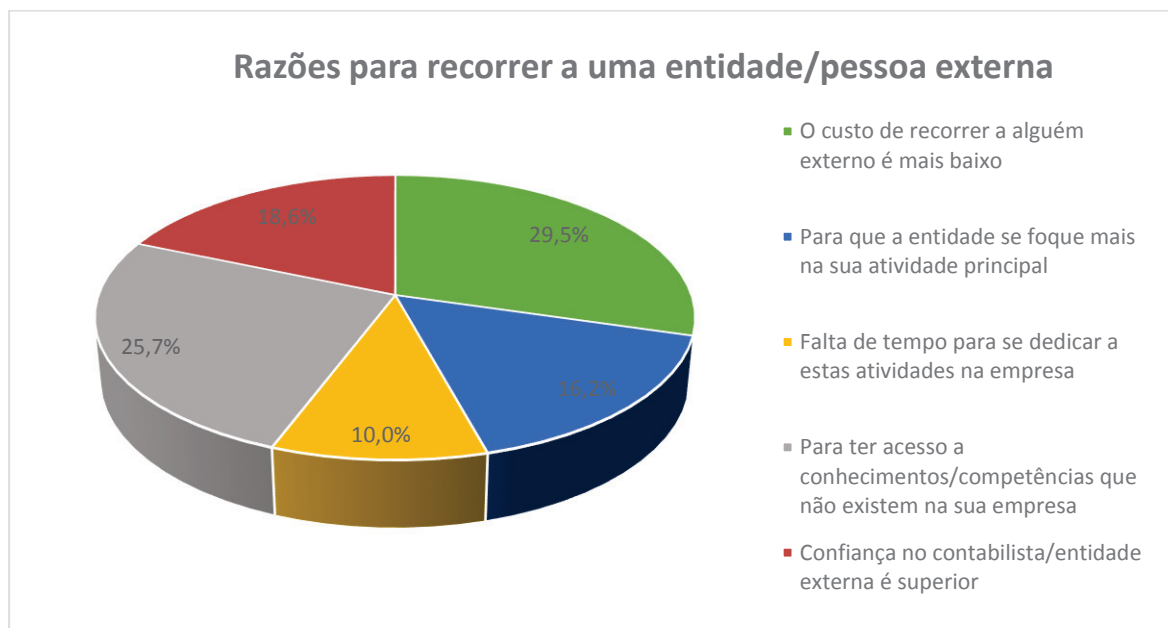
<sup>41</sup>As vendas a que se refere esta tabela podem ser, da mesma forma, prestações de serviços.

contabilidade. Estes dados estão de acordo com as suposições que se costumam adotar quando se fala do universo das PME. Quanto aos motivos que estão por trás deste fenómeno, podemos analisá-los nos gráficos 1 e 2, lembrando que os gestores que responderam ao inquérito podiam indicar mais do que um motivo para que tivessem escolhido serviços internos ou externos para a contabilidade.

**Gráfico 1**



**Gráfico 2**



Em relação aos motivos para as microempresas não terem ninguém externo envolvido nas tarefas contabilísticas, existe uma clara preocupação com a tempestividade no acesso à informação. Quanto aos outros motivos, não há nenhuma questão a realçar, excetuando o facto de que não é o medo de dependência de uma entidade externa o que leva estas empresas a optarem por ter um serviço interno. Quanto aos outros motivos fora do gráfico, apenas salienta-se que a maior parte das empresas referiu que já tinha um contabilista certificado nos quadros e/ou já prestava serviços de contabilidade, pelo que não optaram por serviços externos.

No caso das empresas que têm alguém externo a colaborar na preparação da contabilidade, não existe grande preponderância de motivos. É, no entanto, digno de menção o facto de mais de metade referirem o custo mais elevado de ter alguém externo e do acesso a competências e conhecimentos que não existem nas empresas. No caso dos motivos que não estão contemplados no gráfico 2, é importante referir que quase ninguém apontou outros motivos para recorrer externamente a serviços de contabilidade. No entanto, os poucos que o fizeram, referiram a obrigação legal.

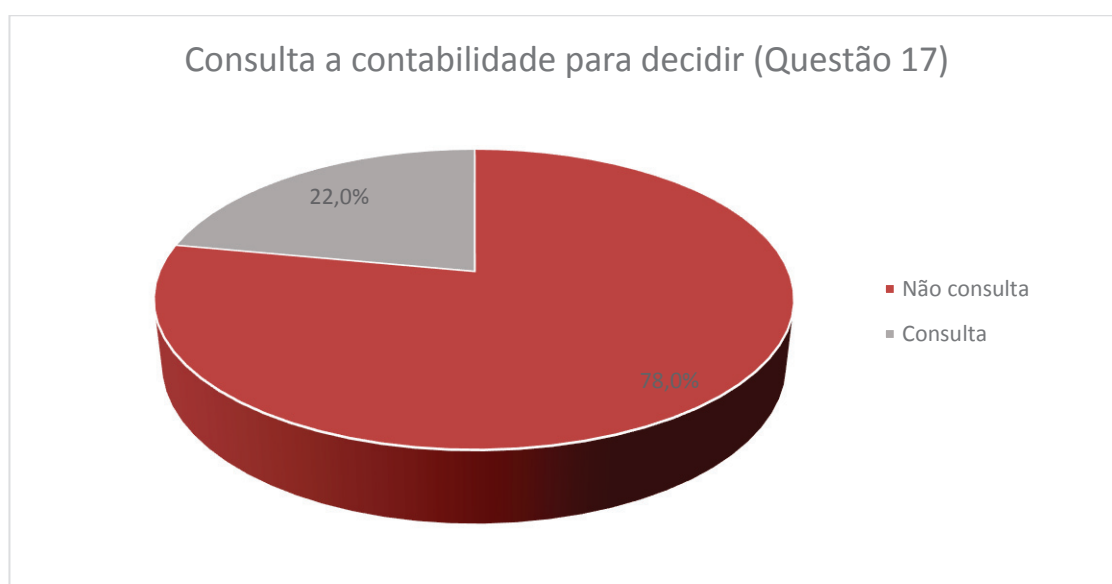
Nas próximas páginas iremos discutir a parte final do questionário, nomeadamente a relação dos gestores com a contabilidade e o ICF, o IAF, o ICPF e o ILF.

**Tabela 28 – Consulta da contabilidade para a decisão (Questão 17)**

	1 Improvável	2 Pouco provável	3 Razoavelmente provável	4 Muito provável	5 Com certeza absoluta	Média
1. A empresa tem enfrentado algumas dificuldades de tesouraria. É necessário decidir se se deve optar por um empréstimo bancário para ultrapassar essas dificuldades.	175 19,0%	182 19,8%	196 21,3%	179 19,4%	189 20,5%	3,0
2. A mão-de-obra existente tem-se revelado insuficiente para fazer face ao volume de trabalho que a empresa tem tido. É preciso tomar a decisão de contratar ou não um novo funcionário.	167 18,1%	195 21,2%	257 27,9%	186 20,2%	116 12,6%	2,9
3. É preciso avaliar se a empresa deve estabelecer uma parceria com outra entidade para concorrer a negócios numa nova área.	198 21,5%	216 23,5%	236 25,6%	174 18,9%	97 10,5%	2,7
4. A empresa pretende avaliar a compra de viaturas para alguns colaboradores, bem como telemóveis novos e material de promoção para distribuir pelos clientes.	245 26,6%	209 22,7%	173 18,8%	153 16,6%	141 15,3%	2,7
5. As horas extraordinárias pagas têm crescido de mês para mês. Existe a necessidade de avaliar o impacto desta situação na empresa e avaliar alternativas possíveis de forma a poupar o máximo possível nesta rubrica.	292 31,7%	159 17,3%	112 12,2%	190 20,6%	168 18,2%	2,8
6. Os tempos de crise afetaram muito a empresa. Cada vez se revela mais difícil continuar a atividade, sendo que é preciso avaliar novas oportunidades ou então a possibilidade de encerramento.	149 16,2%	188 20,4%	174 18,9%	175 19,0%	235 25,5%	3,2
7. A qualidade de uma matéria-prima tem sido questionada pelos trabalhadores. O fornecedor argumenta que está tudo igual. É preciso avaliar a questão e decidir se haverá alteração do fornecedor.	404 43,9%	250 27,1%	145 15,7%	80 8,7%	42 4,6%	2,0
8. Devido a uma questão legal será necessário sujeitar-se a certificação legal de contas, sujeitando-se a auditorias levadas a cabo por um ROC (Revisor Oficial de Contas). Terá agora que decidir o ROC que irá efetuar tal trabalho.	303 32,9%	154 16,7%	105 11,4%	126 13,7%	233 25,3%	2,8
9. Os trabalhadores da sua empresa exigem prémios de produtividade, consoante as vendas atingidas todos os anos. Pretende argumentar com eles se se justifica, que tipo de prémios e de que valor.	288 31,3%	152 16,5%	156 16,9%	154 16,7%	171 18,6%	2,7
10. A empresa tem tido um volume de negócios em constante crescimento nos últimos meses. É necessário avaliar a mudança de instalações e a aquisição de novos equipamentos produtivos.	201 21,8%	172 18,7%	182 19,8%	181 19,7%	185 20,1%	3,0

Como podemos observar na tabela 28, a média de probabilidade de consulta da contabilidade nos cenários indicados anda muito em torno do valor central, numa escala de 1 a 5 pontos, o que nos indica, de certo modo, que a probabilidade de consultar ou não consultar a contabilidade para tomar uma decisão em cada um dos cenários indicados, é idêntica, embora seja sempre mais cuidadoso avaliar cada uma das células pelo número de respostas em absoluto. Se fizermos a associação pelas respostas conforme o que foi indicado na metodologia e caracterização do estudo, ou seja, se consideramos que os gestores consultam a contabilidade se, pelo menos em 7 dos 10 cenários considerados, colocaram a hipótese 4 ou 5, temos a probabilidade de consultar a contabilidade distribuída da seguinte forma:

**Gráfico 3**



Como podemos ver pelo gráfico 3, apenas 22% dos gestores da nossa amostra consultam a contabilidade pelo critério definido, conforme explicação supra. Sem dúvida que esta percentagem é muito inferior ao que seria desejável, uma vez que mais de três quartos dos gestores tomam decisões sem consultar a informação contabilística.

<b>Tabela 29 – Periodicidade de disponibilização da informação contábilística (Questão 18)</b>		
	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Pelo menos 1 vez por semana	90	9,8%
Pelo menos 1 vez por mês	396	43,0%
Pelo menos 1 vez por trimestre	328	35,6%
Pelo menos 1 vez por semestre	50	5,4%
Pelo menos 1 vez por ano	57	6,2%
<b>Total</b>	<b>921</b>	<b>100,0%</b>

Pela análise da tabela 29 é fácil de perceber que não é pela falta de disponibilização da informação contábilística que os gestores deixam de a consultar para tomar decisões. Mais de 88% dos gestores têm a informação contábilística, pelo menos, uma vez por trimestre, pelo que se podem socorrer dela com uma periodicidade aceitável. Conforme o que foi estipulado na parte 3, se considerarmos como pouco frequente os últimos dois escalões da tabela e como frequente os primeiros dois escalões, temos a indicação de que apenas em 11,6% dos casos a disponibilização é pouco frequente, sendo frequente em 52,8% dos casos, o que é de assinalar, uma vez que os gestores que se encontram neste último caso têm a informação contábilística numa base mensal.

Vejamos agora, na tabela 30, o que consultam os gestores, em termos de documentos com informação contábilística, sabendo que podem consultar vários documentos.

<b>Tabela 30 – Documentos contábilísticos consultados (Questões 19 e 20)</b>				
	<b>Consulta</b>		<b>Não consulta</b>	
Balancetes	789	85,7%	132	14,3%
Balanço	463	50,3%	458	49,7%
Demonstração de resultados	623	67,6%	298	32,4%
Demonstração de fluxos de caixa	186	20,2%	735	79,8%
Demonstração de alterações no capital próprio	59	6,4%	862	93,6%
Rácios económicos e financeiros	387	42,0%	534	58,0%
Mapas personalizados em <i>Excel</i>	620	67,3%	301	32,7%
Gráficos	192	20,8%	729	79,2%
Outros	46	4,9%	876	95,1%

Os documentos contabilísticos mais populares entre os gestores são, sem dúvida, os balancetes, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas personalizados em *Excel*. Por outro lado, não é de estranhar que a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração de alterações nos capitais próprios não sejam consultadas, uma vez que nem sequer existe obrigação legal para estas empresas de elaboração dessas demonstrações financeiras.

Em termos de avaliação qualitativa por parte dos gestores das microempresas à contabilidade em geral, podemos observar na tabela 31 os principais dados provenientes do nosso questionário.

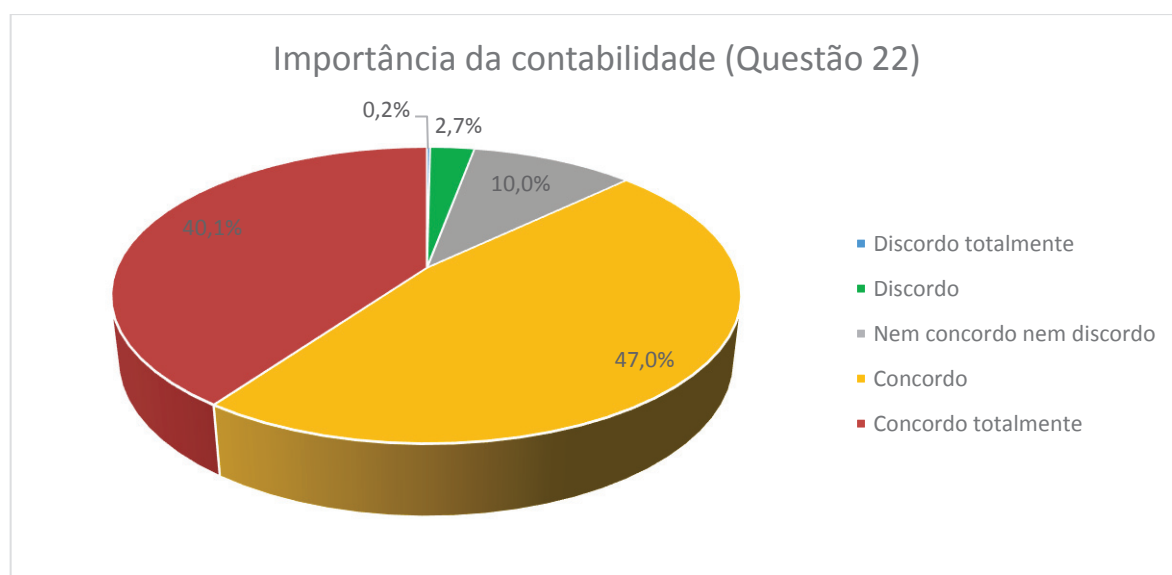


**Tabela 31 – Avaliação qualitativa da contabilidade (Questão 21)**

	1 Discordo totalmente	2 Discordo	3 Nem concordo nem discordo	4 Concordo	5 Concordo totalmente	Média
1. A contabilidade deveria ser apresentada em documentos mais fáceis de ler e interpretar	17 1,8%	64 6,9%	221 24,0%	371 40,3%	248 26,9%	3,8
2. Sem a contabilidade não é possível perceber o desempenho da empresa ao longo do tempo	23 2,5%	55 6,0%	98 10,6%	381 41,4%	364 39,5%	4,1
3. A informação contabilística permite-me prever o futuro da empresa e evitar crises ou problemas graves	23 2,5%	70 7,6%	176 19,1%	428 46,5%	224 24,3%	3,8
4. A informação da contabilidade é, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado	102 11,1%	233 25,3%	152 16,5%	261 28,3%	173 18,8%	3,2
5. A utilização da informação contabilística permite melhorar o desempenho da empresa	15 1,6%	50 5,4%	133 14,4%	493 53,5%	230 25,0%	3,9
6. Para muitas das decisões a tomar no seio de uma empresa, não é necessário recorrer à contabilidade.	113 12,3%	226 24,5%	205 22,3%	299 32,5%	78 8,5%	3,0
7. Para compreender bem a informação contabilística é fundamental ter um curso nas áreas económicas	62 6,7%	306 33,2%	263 28,6%	237 25,7%	53 5,8%	2,9
8. Se não fosse uma obrigação legal não recorria a qualquer contabilista	240 26,1%	384 41,7%	128 13,9%	110 11,9%	59 6,4%	2,3
9. Tento manter o custo da contabilidade ao mínimo, desde que sejam cumpridas as obrigações legais/fiscais	75 8,1%	223 24,2%	272 29,5%	265 28,8%	86 9,3%	3,1
10. Não recebo informação suficiente do meu contabilista	235 25,5%	361 39,2%	168 18,2%	121 13,1%	36 3,9%	2,3
11. Não me interessa a informação divulgada pela contabilidade porque não a compreendo	378 41,0%	402 43,6%	86 9,3%	39 4,2%	16 1,7%	1,8
12. Não me interessa a informação divulgada pela contabilidade porque ela não é útil para a tomada de decisões	397 43,1%	381 41,4%	95 10,3%	31 3,4%	17 1,8%	1,8
13. Só me preocupo com os números contabilísticos quando temos que fechar as contas no final do ano	347 37,7%	404 43,9%	93 10,1%	55 6,0%	22 2,4%	1,9
14. A informação que recebo da contabilidade não tem uma periodicidade constante/regular	250 27,1%	369 40,1%	145 15,7%	117 12,7%	40 4,3%	2,3
15. Só recebo a informação contabilística de muito em muito tempo	303 32,9%	382 41,5%	116 12,6%	83 9,0%	37 4,0%	2,1
16. Estou disposto a pagar um valor mais elevado para ter mais e melhor informação da contabilidade	161 17,5%	223 24,2%	312 33,9%	177 19,2%	48 5,2%	2,7
17. Sem a contabilidade não conseguia tomar decisões importantes/relevantes para a minha empresa	59 6,4%	163 17,7%	223 24,2%	324 35,2%	152 16,5%	3,4

Na análise das 17 questões que nos permitem retirar opiniões sobre a contabilidade por parte dos gestores, há bastantes inferências possíveis. De imediato, pela primeira pergunta, percebe-se que a maioria dos gestores tem dificuldade em ler e interpretar a contabilidade. Mais de dois terços gostariam de ter documentos nesse sentido. Pelas afirmações 2, 3 e 5 é possível apurar que os gestores dão bastante importância à contabilidade, seja para perceber e melhorar o desempenho da empresa, seja para prever o futuro. A esmagadora maioria dos gestores considera a contabilidade importante para a tomada de decisão. No entanto, a tendência dos gestores, apesar da importância dada à contabilidade, parece ir no sentido de não estarem dispostos a pagar mais para obterem mais e melhores serviços contabilísticos. Em relação a esta questão da importância dada pelos gestores à contabilidade, vejamos o gráfico 4, em que estão indicados os graus de concordância dos inquiridos com a afirmação da questão 22 “A utilização da informação contabilística para a gestão das empresas é muito importante.”.

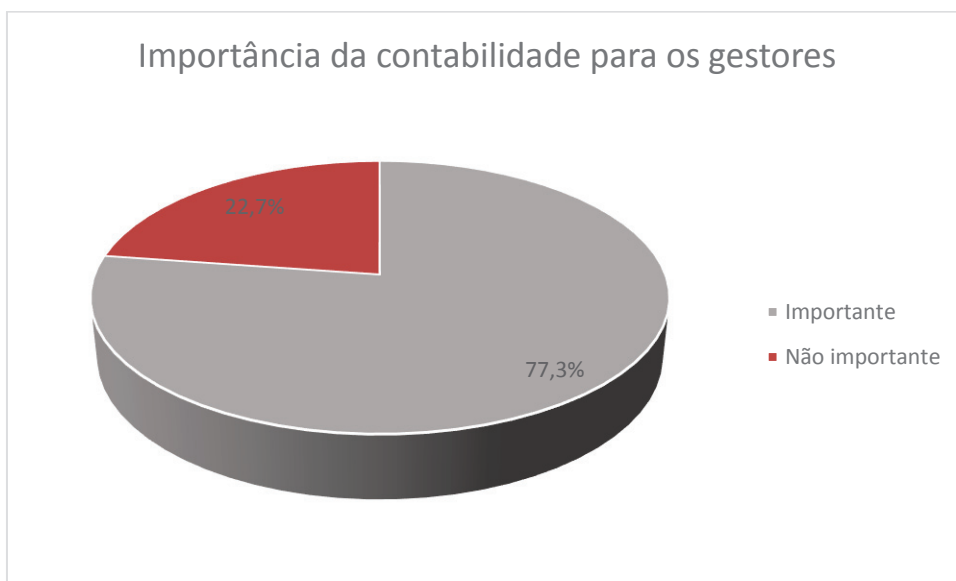
**Gráfico 4**



Com apenas 2,9% dos gestores a discordarem ou a discordarem totalmente, pode-se concluir que os gestores das microempresas dão importância à contabilidade quando se

trata de gerir a sua empresa. Utilizando a técnica metodológica enunciada na parte 3<sup>42</sup> desta dissertação para apurar a importância dada pelos gestores à contabilidade, podemos observar o gráfico 5 para perceber qual a fatia de gestores que atribui essa importância à ciência contabilística.

**Gráfico 5**

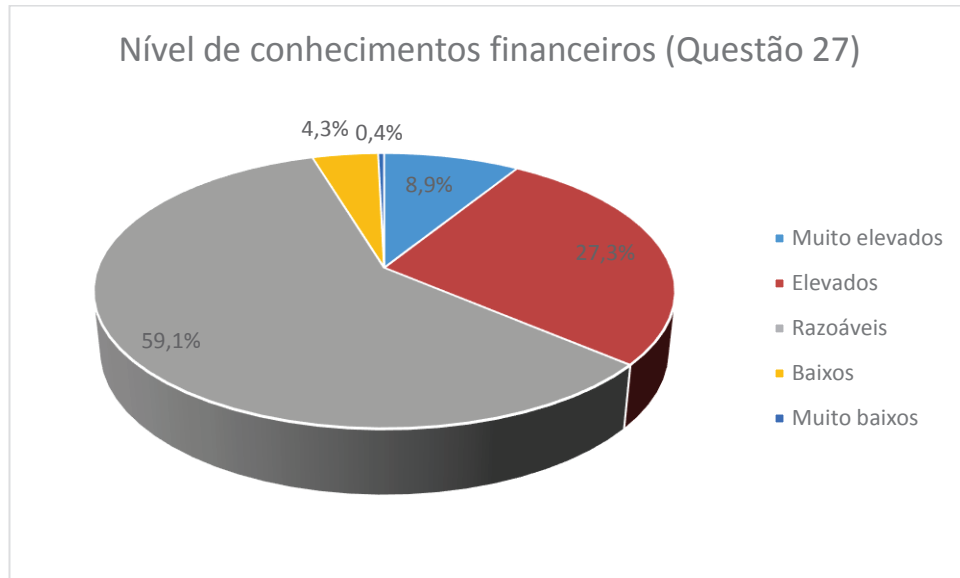


Mesmo considerando os critérios evocados, uma grande maioria de gestores (77,3%), considera a contabilidade importante. Quanto ao grau de confiança nos seus próprios conhecimentos financeiros, os gestores responderam de acordo com o que consta no gráfico 6.

---

<sup>42</sup>Relembramos que, para medir a variável “Importância dada à contabilidade”, considerámos que os indivíduos davam importância à contabilidade se respondessem, obrigatoriamente, à questão 22 com concordo ou concordo totalmente (hipóteses 4 e 5). Adicionalmente, os respondentes tinham que considerar as mesmas hipóteses na questão 21, em duas das quatro afirmações (concretamente 2, 3, 5 e 17).

**Gráfico 6**



Podemos observar que a esmagadora maioria, mais de 95%, considera que pelo menos tem conhecimentos razoáveis a nível financeiro, sendo que mais de um terço dos respondentes considerou ter conhecimentos elevados ou muito elevados. Vejamos, de seguida, se estes níveis de confiança dos gestores nos seus conhecimentos se refletem no ICF, IAF, ICPF e no ILF.

**Tabela 32 – Índice de conhecimento financeiro**

Pontuação	Frequência	Porcentagem
0	0	0,0%
1	2	0,2%
2	3	0,3%
3	17	1,8%
4	54	5,9%
5	86	9,3%
6	137	14,9%
7	211	22,9%
8	196	21,3%
9	148	16,1%
10	67	7,3%
Total	921	100,0%

O ICF (tabela 32), que foi construído com o método já indicado na parte 3<sup>43</sup>, parece vir inflacionado em relação ao que é encontrado noutros estudos da literatura (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016). Assim, 68,5% dos inquiridos são considerados com pontuação elevada, em termos de conhecimentos financeiros, não admirando que a média ponderada do índice se situe nos 7,1. No entanto, apenas 67 conseguiram responder corretamente a todas as questões e ainda existem cerca de um terço com pontuação considerada baixa.

<b>Tabela 33 – Índice de atitude financeira</b>		
<b>Pontuação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
0	315	34,2%
1	290	31,5%
2	316	34,3%
Total	921	100,0%

Os conhecimentos financeiros, no caso da nossa amostra, não se refletem nas respetivas atitudes financeiras, existindo apenas 316 inquiridos com pontuação elevada neste índice (tabela 33). É de realçar o elevado número de respondentes que não demonstraram qualquer atitude financeira no âmbito do estudo. Recordamos que o nosso IAF foi calculado com base nas respostas dos inquiridos às questões 24 e 25 do questionário.

<b>Tabela 34 – Índice de comportamento financeiro</b>		
<b>Pontuação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
0	70	7,6%
1	328	35,6%
2	523	56,8%
Total	921	100,0%

---

<sup>43</sup>Foi calculado com base na pontuação obtida nas respostas 28 a 34 do questionário.

Segundo o que já foi revisto em termos de literatura, o aumento dos índices de comportamento financeiro é a influência que se pretende obter com o aumento da literacia financeira dos indivíduos, no sentido de estes aumentarem o seu nível de bem-estar financeiro (Lusardi e Mitchell, 2011). No caso da nossa amostra é claro o nível de pontuação elevado<sup>44</sup> que os respondentes atingem, com 56,8% a indicarem essa assunção de comportamento financeiro (tabela 34). No entanto, e dado o nível que foi considerado elevado, 43,2% não atingem esse nível.

Por último, e ainda quanto à análise descritiva das variáveis, apresenta-se na tabela 35 o nível global de literacia financeira dos gestores das microempresas que fazem parte da nossa amostra, relembrando que o nível considerado elevado se situa a partir dos 11 pontos, inclusive.

<b>Tabela 35 – Índice de literacia financeira</b>		
<b>Pontuação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
0	0	0,0%
1	0	0,0%
2	2	0,2%
3	0	0,0%
4	7	0,8%
5	25	2,7%
6	51	5,5%
7	68	7,4%
8	114	12,4%
9	149	16,2%
10	161	17,5%
11	160	17,4%
12	107	11,6%
13	54	5,9%
14	23	2,5%
<b>Total</b>	<b>921</b>	<b>100,0%</b>

---

<sup>44</sup>O nosso ICPF foi calculado tendo por suporte as respostas dos questionados às questões 23 e 26 do questionário apresentado no Apêndice I. Na parte 3 da nossa dissertação está explicado o método de cálculo deste índice.

O nosso ILF<sup>45</sup> está em consonância com os resultados encontrados noutros estudos (BdP, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016), ou seja, temos apenas 37,4% dos inquiridos com uma pontuação considerada elevada neste índice, deixando quase dois terços na parte baixa da tabela. É de assinalar, no entanto, que apenas 16,6% dos inquiridos obteve uma pontuação inferior ou igual a 7 pontos, o ponto intermédio do ILF, para o qual foi calculada uma média ponderada de 9,6 pontos.

---

<sup>45</sup>O ILF resulta da soma aritmética dos índices ICF, IAF e ICPF, conforme o que já foi explanado na metodologia e caracterização do estudo.

## 4.2. TESTE DE HIPÓTESES

Neste subtítulo iremos analisar as nossas hipóteses de investigação. Juntaremos algumas hipóteses por associação de variáveis independentes, sendo assim mais fácil aferir a validade das mesmas. De seguida, analisamos se o ICF, o IAF, o ICPF e o ILF têm relação com o género dos respondentes.

Tabela 36 – Teste das hipóteses H1, H7, H13 e H19					
Hipóteses	Variáveis dependentes	Níveis	Género		Significância
			F	M	
H1	ICF	Elevado	158	464	0,000
		Baixo	133	166	
H7	IAF	0	93	222	0,248
		1	87	203	
		2	111	205	
H13	ICPF	0	22	48	0,270
		1	93	235	
		2	176	347	
H19	ILF	Elevado	91	253	0,010
		Baixo	200	377	

Na tabela 36 podemos observar que as hipóteses 1 e 19 são significantes para um intervalo de confiança de 99%. É importante perceber que nestas duas hipóteses foi utilizado o teste de Fisher, uma vez que na utilização da escala do ICF e do ILF existiam células com uma contagem inferior a 5 no teste do qui-quadrado. De qualquer modo, as hipóteses nesse caso eram, da mesma forma, estatisticamente significativas para o intervalo de confiança considerado. Para as hipóteses H7 e H13 foi possível verificar que não se pode rejeitar a hipótese nula, ou seja, não há associação entre as variáveis género e as variáveis ICPF e IAF. Isto não contraria os estudos da OCDE (BdP, 2011; Atkinson e Messy, 2012; CNSF, 2016b; OECD, 2016) onde foram encontradas variações muito grandes nestas variáveis e pouco relacionadas com o género.

Por tudo o que está exposto, podemos concluir pela relevância das relações entre o género e o conhecimento financeiro e o género e a literacia financeira, em consonância com os resultados de outros estudos. Lusardi e Mitchell (2011) já tinham afirmado que as



mulheres obtêm menores pontuações nas questões de conhecimento financeiro, obtendo assim menores níveis de literacia financeira. Atkinson e Messy (2012) encontraram a mesma relação para quase todos os países estudados e o mesmo efeito foi obtido nos estudos da OCDE (2016), do BdP (2011) e do CNSF (2016b). Potrich, Vieira e Kirch (2015) consideraram positivo e estatisticamente significativa a variável género na determinação da literacia financeira, no seu estudo empírico.

Na tabela 37 podemos observar a relação entre o ICF, IAF, ICPF e o ILF e as habilitações académicas dos inquiridos.

<b>Tabela 37 – Teste das hipóteses H2, H8, H14 e H20</b>					
<b>Hipóteses</b>	<b>Variáveis dependentes</b>	<b>Níveis</b>	<b>Habilitações</b>		<b>Significância</b>
			<b>Sem licenciatura</b>	<b>Com licenciatura</b>	
H2	ICF	Elevado	169	453	0,000
		Baixo	125	174	
H8	IAF	0	118	197	0,030
		1	87	203	
		2	89	227	
H14	ICPF	0	28	42	0,199
		1	109	219	
		2	157	366	
H20	ILF	Elevado	74	270	0,000
		Baixo	220	357	

Mais uma vez, agora na relação entre habilitações académicas<sup>46</sup> e as nossas variáveis dependentes, encontramos clara correlação entre aquela variável e o ICF, assim como com o ILF, utilizando o teste de Fisher, devido à contagem de algumas células da tabela serem inferiores a 5. Assim, o nível de habilitações académicas dos respondentes está diretamente associada com a pontuação destes a nível de conhecimento financeiro e da literacia financeira, corroborando a literatura existente (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell,

<sup>46</sup>Devido às associações entre variáveis e às contagens de células, fomos obrigados a considerar as habilitações literárias da forma indicada na tabela 36, ou seja, separando os inquiridos entre aqueles que possuem uma licenciatura e aqueles que não possuem licenciatura. É importante perceber que, para o intervalo de confiança considerado, não houve diferenças de assinalar entre o teste qui-quadrado e o teste de Fisher.

2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016). Nos testes Qui-quadrado é interessante verificar que também as atitudes, embora não significantes estatisticamente para o intervalo de confiança considerado no nosso estudo (99%), são estatisticamente relevantes para um grau de significância de 3%. Pode-se dizer que a relação existirá, embora possa ter menos dimensão na amostra. À semelhança da variável género, não foi encontrada significância estatística entre o nível de habilitações literárias e o nível atingido pelos respondentes no ICPF, para o grau de significância estatístico considerado, pelo que neste caso não podemos rejeitar a hipótese nula, ou seja, não existir relação entre o nível de habilitações académicas e o comportamento financeiro dos indivíduos.

Na tabela 38 iremos analisar a relação entre os nossos índices e a periodicidade com que é pedida ou disponibilizada a informação contabilística ao gestor. Será importante para podermos analisar essa influência entre o nível de literacia financeira do gestor e a tempestividade exigida da contabilidade da empresa.

<b>Tabela 38 – Teste das hipóteses H3, H9, H15 e H21</b>					
<b>Hipóteses</b>	<b>Variáveis dependentes</b>	<b>Níveis</b>	<b>Periodicidade</b>		<b>Significância</b>
			<b>Frequente</b>	<b>Pouco frequente</b>	
H3	ICF	Elevado	320	80	0,087
		Baixo	166	27	
H9	IAF	0	153	38	0,085
		1	142	39	
		2	191	30	
H15	ICPF	0	28	11	0,005
		1	151	46	
		2	307	50	
H21	ILF	Elevado	196	34	0,125
		Baixo	290	73	

Na tabela 38 é visível que o conhecimento financeiro tem relação com a periodicidade com que é disponibilizada ou pedida a contabilidade, ou seja, se a disponibilização da contabilidade é frequente ou pouco frequente. No entanto, apenas existe no intervalo de confiança de 91,3% segundo o teste de Fisher. Já para a literacia

financeira, esse intervalo é ainda menor, na casa dos 87,5%, também utilizando o teste de Fisher, uma vez que tanto no ILF, como no ICF, há células com contagens inferiores a 5. Para o IAF e o ICPF foram considerados os testes qui-quadrado de Pearson, uma vez que não se verificam contagens inferiores a 5 casos. Existe, então, uma relação estatisticamente significativa entre o comportamento financeiro dos gestores e a periodicidade com que lhes são disponibilizadas as informações contabilísticas, para o grau de significância do estudo considerado, ou seja, 1%. Isto é muito relevante, pois os comportamentos financeiros são definidos como, discutivelmente, a componente mais importante da literacia financeira (Atkinson e Messy, 2012). Segundo os mesmos autores, os resultados positivos de se ser financeiramente letrado é a adoção de comportamentos financeiros como o planeamento de despesas ou receitas e a construção de uma reserva de segurança financeira, o que se relaciona diretamente com a gestão de microempresas. Carraher e Van Auken (2013) referiram que o conforto dos gestores em utilizar as demonstrações financeiras varia inversamente com a frequência com que estas lhes são facultadas. Não sendo um efeito taxativo no nosso estudo e mais concretamente nas hipóteses refletidas na tabela anterior, ele parece existir. As atitudes financeiras também demonstram, sem surpresa, relação com esta variável da periodicidade de disponibilização da contabilidade, mas também somente para um intervalo de confiança de 91,5%, o que não deixa de ter alguma relevância.

Na tabela 39 analisamos a relação que poderá existir entre a literacia financeira dos gestores e a sua consulta, ou não, do balanço e da demonstração de resultados.

**Tabela 39 – Teste das hipóteses H4, H10, H16 e H22**

Hipóteses	Variáveis dependentes	Níveis	Balço e DR		Significância
			Consulta	Não consulta	
H4	ICF	Elevado	266	356	0,225
		Baixo	115	184	
H10	IAF	0	109	206	0,001
		1	117	173	
		2	155	161	
H16	ICPF	0	22	48	0,190
		1	135	193	
		2	224	299	
H22	ILF	Elevado	164	180	0,003
		Baixo	217	360	

Podemos verificar na análise da tabela 39, que o facto de os gestores das microempresas consultarem o balanço e a demonstração de resultados não se relaciona, de forma estatisticamente significativa, com o seu índice de conhecimento financeiro, considerando o valor de p em 0,225, para o teste de Fisher. A mesma conclusão pode-se retirar na hipótese 16, em que também não podemos rejeitar a hipótese nula. Em relação às atitudes financeiras, elas revelam-se revestidas de significância estatística quando comparadas com a consulta do balanço e da demonstração de resultados, indicando que esta atitude de consulta por parte dos gestores é significativa no nosso estudo e, por sua vez, a literacia financeira, pelo teste de Fisher, vem com significância estatística da mesma forma, muito provavelmente influenciada por esta relação do IAF com o facto de os gestores consultarem os documentos em causa. Pode-se, analogamente às definições de atitude presentes na literatura (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016), interpretar que esta atitude dos gestores é equiparada à atitude de aceitação demonstrada pelos indivíduos em relação ao longo prazo, que os caracteriza como possuindo maior literacia financeira, pois consultar o balanço e a demonstração de resultados pode significar que os gestores o fazem para perceber a direção que a empresa está ou pode vir a tomar.

Na tabela 40 é analisada a consulta da contabilidade por parte dos gestores das microempresas e a sua relação com os nossos índices. Analisemos se os gestores

financeiramente mais letrados consultam mais a contabilidade ou se essa relação não existe no nosso estudo.

<b>Tabela 40 – Teste das hipóteses H5, H11, H17 e H23</b>					
<b>Hipóteses</b>	<b>Variáveis dependentes</b>	<b>Níveis</b>	<b>Contabilidade</b>		<b>Significância</b>
			<b>Consulta</b>	<b>Não consulta</b>	
H5	ICF	Elevado	154	468	0,004
		Baixo	49	250	
H11	IAF	0	54	261	0,021
		1	66	224	
		2	83	233	
H17	ICPF	0	6	64	0,003
		1	65	263	
		2	132	391	
H23	ILF	Elevado	104	240	0,000
		Baixo	99	478	

Relembramos que, na análise da tabela 40, devemos ter em conta que a variável determinada para consulta da contabilidade partiu da pergunta 17 do questionário, utilizando a técnica enunciada na metodologia e caracterização do estudo. Verifica-se que a relação estudada tem significância estatística com todos os nossos índices, sendo que para o ILF e o ICF, por terem células com contagens inferiores a 5 casos, foram calculados os valores de p para o teste de Fisher e a significância na hipótese 11 só é válida para um intervalo de confiança de 97,9%, que ainda assim é considerável. Para os restantes testes foi utilizado o teste de qui-quadrado. De uma forma genérica, podemos afirmar que os gestores financeiramente mais letrados parecem consultar a contabilidade para tomar decisões, uma das questões mais importantes para o nosso estudo. Nunes e Serrasqueiro (2004a:95) referem que “o empresário/gestor pode apresentar dificuldades na análise e interpretação das demonstrações financeiras, não considerando a informação contabilística um fator importante na tomada de decisões estratégicas e operacionais, necessitando, conseqüentemente, de aconselhamento”. Segundo Gouveia (2014), os motivos para a não utilização da informação contabilística continuam os mesmos de há 60 anos, ou seja, a dificuldade em compreender e interpretar a informação da contabilidade.

É concluído em estudo diverso sobre as microempresas mas sobre os mesmos dados (Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015b), que para os não utilizadores da contabilidade, a principal razão se prende com as limitações do seu conhecimento em contabilidade, gestão e finanças, levando também a uma outra conclusão desse estudo, a de que são os gestores de microempresas com formação nas áreas económicas que mais utilizam a informação contabilística. Kos *et al.* (2014) refere que a maioria dos micro e pequenos empreendedores não compreendem a informação que lhes chega e que isso está diretamente ligado ao seu grau de instrução, o que não é bem a relação que está explanada na tabela 40, apesar de tudo, embora de acordo com Bayrakdaroğlu e Şan (2014) o nível de literacia financeira do gestor vai aumentando com a formação financeira. Nos estudos de Jansen *et al.* (2013) foi concluído que a validação e compreensibilidade da informação fazem com que os gestores a incluam no processo de decisão, pelo que também poderá ser expectável que os gestores com menor literacia financeira incluam menos a contabilidade e a informação que esta lhes faculta nas suas decisões, tendo em conta, igualmente, que Pires e Alves (2011) concluem que num contexto de maior incerteza a informação não financeira ganhe relevância, embora também indiquem que esta informação e a informação financeira são complementares. Por último, na análise destas hipóteses, não podemos esquecer que existem evidências de que a maior parte dos gestores que são sócios das pequenas entidades, como vimos ser a maior parte da nossa amostra, depositam a responsabilidade de elaborar a contabilidade nos seus contabilistas, ficando depois reféns e isolados numa complexidade que muitas vezes não compreendem na informação facultada. Esse é o efeito descrito por Sian e Roberts (2009) no seu estudo.

Para as restantes hipóteses, que estão relacionadas com a importância dada pelos gestores à contabilidade para a gestão das suas empresas, vejamos a tabela 41, que já contém o tratamento dado à importância da contabilidade que foi referido na parte metodológica.

**Tabela 41 – Teste das hipóteses H6, H12, H18 e H24**

Hipóteses	Variáveis dependentes	Níveis	Importância contabilidade		Significância
			Importante	Não importante	
H6	ICF	Elevado	488	134	0,240
		Baixo	224	75	
H12	IAF	0	229	86	0,021
		1	224	66	
		2	259	57	
H18	ICPF	0	45	25	0,003
		1	245	83	
		2	422	101	
H24	ILF	Elevado	286	58	0,001
		Baixo	426	151	

Como podemos observar da análise da tabela 41, a importância dada pelos gestores à contabilidade não obtém relação estatisticamente significativa com o respetivo ICF. Assim, o nível de conhecimento financeiro que cada um revelou no questionário não implica que o gestor possa ou não atribuir relevância à informação contabilística. No entanto, para todos os outros índices, a relação existe e é significativa do ponto de vista estatístico, embora para as atitudes o seja apenas com um grau de significância de 2,1%. Mais uma vez os testes realizados para o ICF e para o ILF obtiveram o respetivo valor de p para o teste de Fisher em tabelas de 2 por 2, devido a se terem encontrado células com menos de 5 casos contabilizados. Para o IAF e o ICPF foram utilizados os testes de qui-quadrado habituais. Podemos, assim, concluir que a importância dada à contabilidade implica que os gestores revelem atitude financeira e adotem comportamentos financeiros, que em última análise é o pretendido pelo aumento do seu nível de literacia financeira, que se revela também diretamente implicado e correlacionado com a importância dada à contabilidade. Isto confirma os estudos já citados (Nunes e Serrasqueiro, 2004a; Gouveia, 2014; Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015b), no sentido em que os gestores classificam em geral a informação contabilística como importante, seja na tomada de decisões estratégicas ou operacionais, existindo diferenças significativas entre quem tem ou não formação nas áreas económicas.

## PARTE 5 - CONCLUSÕES

Esta dissertação dedicou-se ao estudo da literacia financeira dos gestores das microempresas no sentido de perceber como se relaciona com a utilização da contabilidade para a tomada de decisão.

As microempresas representam um papel fundamental em todas as economias mundiais, nos mais diversos vetores que as caracterizam, desde o emprego, criação de riqueza, crescimento da economia, volume de negócios e, sobretudo, representatividade em número de empresas. Elas representam a emancipação do indivíduo enquanto o colocar das suas ideias em prática, muito conhecido hoje como o fenómeno do empreendedorismo.

Contudo, como todas as empresas, estas estão obrigadas a cumprir uma série de requisitos ao nível da contabilidade, sendo a crença comum por parte de muitos empresários e gestores destas empresas que tal é um custo necessário, e muitas vezes impeditivo da prosperidade ou sucesso do negócio. Acreditamos que é precisamente o contrário, ou seja, a contabilidade e a informação produzida no seu âmbito deve ser vista como potenciadora dos negócios, da prosperidade e sucesso das empresas e como instrumento privilegiado de medição de desempenhos e posições passadas, permitindo prever o futuro e originando melhores resultados para todos os intervenientes, incluindo terceiros estranhos à entidade. Não pode ser vista apenas como um serviço pago pelas empresas e prestado para o estado, por obrigação legal, conforme o que Marriott e Marriott (2000) nos indicaram.

No presente estudo procurámos demonstrar que a falta de compreensão dos gestores da informação financeira, sobretudo quando se trata de a utilizar em prol da microempresa, ou seja, tomando decisões nesse âmbito, é um dos fatores que pode influenciar a utilização da contabilidade como esse instrumento primordial de gestão que ela pode e deve ser. A literatura mostra que a compreensão que os gerentes e os administradores de pequenas empresas têm da contabilidade tem influência em várias vertentes da utilização da contabilidade como trunfo na gestão e para a tomada de decisões acertadas (Nunes e Serrasqueiro, 2004b; Sian e Roberts, 2009; Carraher e Van Auken, 2013; Jansen *et al.*, 2013; Kos *et al.*, 2014; Van Auken e Yang, 2014). Acresce a este



fator, que aqueles com menor literacia financeira também recorrem menos a aconselhamento, e quando o fazem, obtêm menos valor do que aqueles que são financeiramente mais letrados (Calcagno e Monticone, 2015). Isto não invalida o papel fundamental que os contabilistas poderão ter neste contexto, fornecendo mais, melhores e mais adaptadas informações aos gestores (Marriott e Marriott, 2000), sabendo que o custo é um fator decisivo nos serviços de contabilidade.

Utilizámos uma abordagem inovadora em relação à literatura existente. Aferimos a compreensão da informação financeira por parte do gestor, pelo grau de literacia financeira que cada um deles tem. Este grau de literacia financeira, muito medido a nível mundial para consumidores e grupos sociais de risco, nunca ou quase nunca é medido ou adaptado para gestores e/ou empresários. Sabendo que este grau de literacia financeira é relativamente baixo, um pouco por todo o mundo, assumimos esse risco por acreditarmos que para se ser gestor de uma empresa se deve ter qualificações indispensáveis para o ser, no sentido em que as decisões tomadas a nível empresarial têm impacto em toda a sociedade, e não só nos próprios gestores e esferas familiares, conforme o que aliás já foi estudado e demonstrado (Rahmandoust *et al.*, 2011; Salas-Fumás e Sanchez-Asin, 2013). No entanto, mediante a legislação portuguesa e comunitária, não existem quaisquer requisitos de acesso à posição de gestor ou empresário, sendo que qualquer pessoa pode aceder livremente a essa posição, assim o queira ou ambicione. No CSC, tanto quanto pudemos apurar, existe apenas uma referência à competência dos gestores, no art.º 64º, mencionando os deveres de cuidado e a atenção que deve ser dedicada a sócios, trabalhadores, clientes e credores, sem referir, no entanto, qualquer especificidade. Na Diretiva 2013/34/UE, transposta para a ordem jurídica nacional pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, é atribuída responsabilidade aos órgãos de gestão para que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de acordo com a legislação, sem, no entanto, especificar como é exercida essa responsabilidade ou sem exigir qualquer requisito prévio a esses órgãos de gestão da sociedade.

É claro que restrições neste campo têm sempre, em último caso, que respeitar a liberdade de iniciativa privada, mas isso não implica que o próprio Estado, representado por um dos muitos institutos ou departamentos que se dedicam às microempresas, não

possa aferir e facultar formas de os gestores estarem mais bem preparados para assumir funções, desde logo facultando competências transversais no campo do conhecimento financeiro e trabalhando em idades tenras, junto da população em contexto escolar (Grohmann, Kouwenberg e Menkhoff, 2015). Neste âmbito, os trabalhos englobados no PNFF podem ser fundamentais a nível nacional, bem como os trabalhos da OCDE a nível internacional. Sabemos que, no fundo, preparar programas de formação direcionados a empreendedores sobre literacia financeira e competências conexas ajudará o desenvolvimento económico dos países e das suas sociedades (Rahmandoust *et al.*, 2011).

No que respeita à resposta às questões de investigação, descobrimos que, efetivamente a literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas está intimamente ligada à utilização da contabilidade para as suas decisões. Relembramos as nossas questões:

- Será que a literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas influencia a utilização da contabilidade para as suas decisões?
- Que outros fatores relacionados com o perfil e literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas influenciam a utilização da contabilidade para as suas decisões?

De facto, através da aceitação das hipóteses H5, H17 e H23 para um intervalo de confiança de 99% permite-nos concluir que a literacia financeira dos gestores está relacionada fortemente com a sua consulta da contabilidade para tomar decisões. Este impacto reflete-se em todos os aspetos que influenciam ou são influenciados pela literacia financeira, sendo que no caso da atitude financeira, ou seja, a H11, só o podemos concluir estatisticamente para um intervalo de confiança a rondar os 97,9%, não podendo rejeitar a hipótese nula para o grau de significância considerado. Esta é a principal conclusão do nosso estudo e que responde à nossa questão mais relevante de forma afirmativa. Todavia, e conforme já foi abordado na revisão da literatura, a principal informação contabilística comum às microempresas é a demonstração de resultados e o balanço. Assim, convém ter uma perceção sobre a consulta destes dois documentos e do valor atingido nos nossos

índices. As hipóteses 4, 10, 16 e 22 permitiram-nos inferir essas conclusões. Mais concretamente, podemos concluir que esses índices se relacionam de forma significativa estatisticamente para o intervalo de confiança de 99% no caso da atitude financeira (H10) e no caso da literacia financeira (H22), mais uma vez permitindo-nos responder afirmativamente à primeira e nossa principal questão de investigação. No caso das hipóteses 4 e 16 não se pode rejeitar a hipótese nula.

Em relação a outras hipóteses, verificamos que nas variáveis sociodemográficas os resultados são muito semelhantes aos de estudos consultados (BdP, 2011; Lusardi e Mitchell, 2011; Atkinson e Messy, 2012; Potrich, Vieira e Kirch, 2015; CNSF, 2016b; OECD, 2016). Assim, o género dos gestores parece ser relevante quando falamos da associação com o seu conhecimento financeiro e a sua literacia financeira, demonstrando-se H1 e H19, não se verificando estatisticamente relevante para o intervalo de confiança considerado a relação com a atitude financeira e o comportamento financeiro dos gestores. Os resultados são idênticos para o grau de habilitações académicas, que se relaciona de forma significativa com o ICF e o ILF para um intervalo de confiança de 99%. Neste caso, embora com esse intervalo nos 97%, também existe relação estatística significativa com a atitude financeira, não se achando essa relevância para o comportamento financeiro. Assim, podemos concluir que estas variáveis sociodemográficas são relevantes, podendo responder com o género e as habilitações académicas à outra questão da nossa investigação.

Tendo em conta o contexto considerado, achámos interessante analisar se, de alguma forma, a literacia financeira dos gestores influenciava a frequência do pedido ou da disponibilização da informação contabilística, uma vez que na nossa principal questão indagávamos da consulta dessa informação, ela teria que estar disponível. Verificámos que o comportamento financeiro dos gestores está diretamente relacionado de forma significativa com esta periodicidade, aceitando-se assim a H15. Isto reflete, de alguma forma, que o próprio pedido ou disponibilização frequente da contabilidade é um comportamento financeiro positivo em direção a uma maior literacia financeira, facultando assim que mais decisões, em última análise, sejam realizadas utilizando a informação contabilística.

Por último, em termos de teste de hipóteses, pudemos comprovar que o ICPF e o ILF se relacionam estatisticamente de forma significativa para o intervalo de confiança de 99% com a importância dada pelos gestores à contabilidade, permitindo que se aceitem as hipóteses 18 e 24. Rejeitam-se as hipóteses de relação estatística significativa entre a importância dada pelos gestores à contabilidade e o ICF e o IAF. No entanto, a hipótese 12 pode-se considerar relevante num intervalo de 97,9%, permitindo-nos pensar que a atitude financeira também se relaciona com a importância que os gestores dão à contabilidade nesta amplitude, sabendo que esta importância é genérica e muito frequente entre todos, conforme o que é também demonstrado na literatura (Nunes e Serrasqueiro, 2004a; Gouveia, 2014; Gouveia, Gonçalves e Fernandes, 2015b).

Tendo presente as motivações do nosso estudo, um dos objetivos da presente dissertação era a de sensibilizar para o facto de que os programas de educação financeira devem ser desenhados de acordo com o público-alvo (Lusardi e Mitchell, 2011; Hastings, Madrian e Skimmyhorn, 2012; Bay, Catasús e Johed, 2014), para que daí se possam retirar dividendos para toda a sociedade, quando chegar a hora de decidir no seio das empresas. Sem dúvida que, em jeito de nota final, este tipo de programas ajudaria imenso se fosse desenhado para os empresários e gestores das microempresas, sobretudo para aqueles que ainda não lançaram o seu negócio.

Quanto às limitações do nosso estudo, elas são diversas. Em primeiro lugar, o próprio inquérito é uma fonte de informação com algumas falhas, desde o espaço que medeia a intenção do investigador à possível perceção das questões pelos respondentes existir e ser relevante, até ao facto de este ter sido feito à distância, não garantindo assim a qualidade das respostas e da informação recolhida. Em segundo lugar, e decorrente da primeira limitação, a amostra não se pode considerar aleatória. Apesar desse facto, devido às microempresas consideradas no estudo serem representativas, tanto a nível sectorial, como a nível regional, do tecido empresarial nacional, juntamente com os tratamentos estatísticos especificamente dados nestes casos, aquela limitação acaba por ser atenuada. Em terceiro lugar, e relacionado com a questão anterior, os entraves logísticos, sobretudo de origem informática e que já foram abordados na descrição da construção do inquérito, geraram uma perda enorme, tanto em dimensão de informação, devido a erros de

conversão na primeira fase de inquérito, como em perda de tempo, já de si escasso. Em quarto e último lugar, foi dada primazia em termos de documentos da contabilidade financeira ao balanço e demonstração de resultados, em detrimento dos restantes documentos como o anexo, a demonstração dos fluxos de caixa ou a demonstração de alterações no capital próprio. Não sendo limitações propriamente ditas, houve dificuldades sentidas na elaboração da dissertação que se relacionam com o desafio do estudo. Se este era grande, dada a escassez de estudos na literatura sobre o tema, isso obrigou-nos a procurar informação complementar em campos menos habituais, que em conjugação com a limitação grande de recursos, entre os quais se destaca o tempo e o limite de páginas disponível para a presente dissertação, não se conseguiu aprofundar o estudo da forma que inicialmente se planeou.

Em relação às pesquisas futuras, é necessário aprofundar o tema da literacia financeira dos gestores e dos empresários, seja em Portugal ou no mundo. Apesar de os estudos serem cada vez mais e mais abrangentes em termos de área populacional abrangida, eles versam muito sobre a ótica do consumo da população em geral, preocupando-se com os grupos de risco. Sendo esta faceta importante, será infrutífera sem se definir de forma transversal e absolutamente clara o que se entende por literacia financeira, deixando campo para discussão sobre a teoria sem se levarem os benefícios do seu incremento à prática. Depois desta definição ser conseguida, ter-se-á que especificar formas de estudar especificamente grupos e segmentos da população, de que se destacam os gestores e os empresários como dos grupos mais relevantes.

Uma das formas de lançar pesquisas futuras é, desde logo, aprofundar o presente estudo com mais dados, no sentido de conseguir relacionar outros conceitos e testar outras hipóteses que não foram possíveis devido às limitações já referidas. Tendo-nos visto num autêntico mar de dados recolhidos, seria importante relacionar conceitos e cruzar hipóteses entre si, utilizando, entre outras, as variáveis volume de negócios, total de balanço, *outsourcing* da função contabilística, importância dada à contabilidade pelos gestores, periodicidade de disponibilização da contabilidade, sector de atividade, região do país, idade dos gestores, entre outros. Por outro lado, podem-se realizar ainda mais

estudos estatísticos, tentando encontrar efeitos mais complexos e explicáveis do ponto de vista causal, utilizando por exemplo regressões lineares.

Por fim, e ainda em termos de pesquisas futuras, dever-se-ia aprofundar estudos sobre a compreensão dos documentos produzidos pela contabilidade por parte dos empresários e gestores, sobretudo das empresas mais pequenas, no sentido de descobrir se é possível de alguma forma simplificar a informação que lhes é prestada, consultando para esse efeito os contabilistas e os destinatários dessa informação.

Esperamos, sinceramente, que esta dissertação seja útil e tenha produzido resultados importantes para a comunidade científica, académica e para o universo empresarial, incluindo todos aqueles que colaboram com ele.



## BIBLIOGRAFIA

Abdul-Azeez, I. A., Aworemi, J. R. e Opoola, N. A. (2010) «Impact of Socio-Economic Factors on the Performance of Small-Scale Enterprises in Osun State, Nigeria», *International Business Research*, 3(2), pp. 92–99. doi: 10.5539/ibr.v3n2p92.

Allee, K. D. e Yohn, T. L. (2009) «The Demand for Financial Statements in an Unregulated Environment: An Examination of the Production and Use of Financial Statements by Privately Held Small Businesses», *The Accounting Review*, 84(1), pp. 1–25. doi: 10.2308/aecr.2009.84.1.1.

Almeida, F., Coelho, A., Coelho, F., Lisboa, J. V. e Martins, A. (2011) *Introdução à gestão das organizações*. Porto: Vida económica.

Alsemgeest, L. (2015) «Arguments for and against financial literacy education: Where to go from here?», *International Journal of Consumer Studies*, 39(2), pp. 155–161. doi: 10.1111/ijcs.12163.

Alves, A. I. C. (2014) *Literacia financeira e comportamento na tomada de decisões financeiras*. Dissertação de Mestrado em Gestão. Universidade de Aveiro.

Alves, D. F. L. (2015) *A informação contabilística no processo de tomada de decisão de microempresas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Politécnico do Porto.

Alves, M. do C. G. (2008) «A contabilidade nas decisões de gestão dos dirigentes portugueses», *Revista Universo Contábil*, 4(3), pp. 124–137. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.

Anders, S. B. e Crawford, T. M. (2005) «Financial Literacy: CPAs Can Make a Difference.», *The CPA Journal*, 75(9), pp. 6–9.



Atkinson, A. e Messy, F.-A. (2012) «Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study», *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, (15), pp. 1–73. doi: <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>.

Van Auken, H. e Yang, K. (2014) «Chinese SMEs' Uses of Financial Statements in Decision Making», *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 19(4), p. 1450027. doi: 10.1142/S1084946714500277.

Australian Securities & Investments Commission (2014) *National Financial Literacy Strategy 2014–17*.

Banco de Portugal (2010) *Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa - Síntese dos Resultados*. Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal (2011) *Relatório do Inquerito à Literacia Financeira da População Portuguesa*. Lisboa: Banco de Portugal.

Bay, C., Catasús, B. e Johed, G. (2014) «Situating financial literacy», *Critical Perspectives on Accounting*, 25(1), pp. 36–45. doi: 10.1016/j.cpa.2012.11.011.

Bayrakdaroğlu, A. e Şan, F. B. (2014) «Financial Literacy Training as a Strategic Management Tool among Small – Medium Sized Businesses Operating in Turkey», *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 150, pp. 148–155. doi: 10.1016/j.sbspro.2014.09.019.

Bel, S. e Eberlein, J. (2015) «Why financial literacy matters for development.», *OECD Observer*, (303), pp. 28–29.

Borrego, A. C. da C. (2014) *Tax compliance and tax complexity in Portugal : essays on the perception of tax professionals*. Tese de Doutoramento em Contabilidade. Universidade do Minho.

Bruhn, M. e Zia, B. (2011) «Stimulating Managerial Capital in Emerging Markets: The Impact of Business and Financial Literacy for Young Entrepreneurs», *World Bank Policy Research Working Paper 5642*. doi: 10.1080/19439342.2013.780090.

Bushman, R. M. e Smith, A. J. (2001) «Financial accounting information and corporate governance», *Journal of Accounting and Economics*, 32(1–3), pp. 237–333. doi: 10.1016/S0165-4101(01)00027-1.

Caiado, A. P. (2015) *Contabilidade Analítica e de Gestão*. Lisboa: Áreas Editora, SA.

Calcagno, R. e Monticone, C. (2015) «Financial literacy and the demand for financial advice», *Journal of Banking and Finance*, 50, pp. 363–380. doi: 10.1016/j.jbankfin.2014.03.013.

Calle, G. A. D. (2008) *Fluxos de Informação como Suporte à Tomada de Decisões: Um modelo de análise*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina.

Carraher, S. e Van Auken, H. (2013) «The use of financial statements for decision making by small firms», *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, 26(3), pp. 323–336. doi: 10.1080/08276331.2013.803676.

Carvalho, C. A. L. (2014) *Procedimentos contabilísticos e a sua importância no controlo interno*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Politécnico do Porto.

Chow, C. W. e Van Der Stede, W. a (2006) «The use and usefulness of nonfinancial performance measures», *Management Accounting Quarterly*, 7(3), pp. 1–9. doi: 10.1093/oxrep/19.2.250.

Comissão Europeia (2003) *Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas*. Recomendação n.º 2003/361/CE.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2011) *Plano Nacional de Formação Financeira: 2011-2015*. Lisboa: Banco de Portugal, Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2016a) *Plano Nacional de Formação Financeira: 2016-2020*. Lisboa: Banco de Portugal, Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (2016b) *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2015*. Lisboa: Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Cruz, I. e Ferreira, J. (2014) «Materiais e Exercícios das aulas de Controlo de Gestão», *Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*. Coimbra.

Drucker, P. F. (1993) *Gerindo para o futuro*. Lisboa: Difusão Cultural.

Dunne, P. M., Ezell, D. E. e Roberts, A. T. (1980) «The Use of Accounting Information In The Small Business Firm's Planning and Control Process.», *American Journal of Small Business*, 4(4), pp. 44–57.

Estrela, C. L. (2014) *A gestão da informação na tomada de decisão das PME da região centro : um estudo exploratório e de multicasos no âmbito da Ciência da Informação*. Tese de Doutoramento em Letras. Universidade de Coimbra.

European Commission (2016) *Annual report on European SMEs 2015/2016*.

Everaert, P., Sarens, G. e Rommel, J. (2007) «Sourcing strategy of Belgian SMEs: empirical evidence for the accounting services», *Production Planning & Control*, 18(8), pp. 716–725. doi: 10.1080/09537280701706195.

Fernandes, D. T. (2011) *Acerca da literacia financeira*. Dissertação de Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional. Instituto Universitário de Lisboa.

Gageiro, J. N. e Pestana, M. H. (2014) *Análise de dados para ciências sociais - A complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (1992) *O Inquérito - Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Goetz, B. E. (1974) «The Role of Accounting in Helping Small Business Remain Solvent.», *Journal of Small Business Management*, 12(3), pp. 15–18.

Gooderham, P. N., Tobiassen, A., Døving, E. e Nordhaug, O. (2004) «Accountants as Sources of Business Advice for Small Firms», *International Small Business Journal*, 22(1), pp. 5–22. doi: 10.1177/0266242604039478.

Gouveia, H. (2014) *A Utilidade da Contabilidade para as Microempresas*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Universidade do Algarve.

Gouveia, H., Gonçalves, C. I. e Fernandes, S. (2015a) «A influência do género dos gestores das microempresas na utilidade atribuída à Contabilidade», em *V Congresso dos TOC*. Lisboa 17-18 de Setembro de 2015. Lisboa: OTOC.

Gouveia, H., Gonçalves, C. I. e Fernandes, S. (2015b) «A utilidade da contabilidade para os gestores das microempresas», *Revista Científica OTOC*, 16, pp. 77–104. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.

Grohmann, A., Kouwenberg, R. e Menkhoff, L. (2015) «Childhood roots of financial literacy», *Journal of Economic Psychology*. Elsevier B.V., 51, pp. 114–133. doi: 10.1016/j.joep.2015.09.002.

Guiso, L. e Viviano, E. (2015) «How Much Can Financial Literacy Help?», *Review of Finance*, 19(4), pp. 1347–1382. doi: 10.1093/rof/rfu033.

Hastings, J. S., Madrian, B. C. e Skimmyhorn, W. L. (2012) «Financial Literacy, Financial Education and Economic Outcomes», *National Bureau of Economic Research*. Working Paper 18412. Cambridge.

Höglund, H. e Sundvik, D. (2016) «Financial reporting quality and outsourcing of accounting tasks: Evidence from small private firms», *Advances in Accounting*. Elsevier Ltd. doi: 10.1016/j.adiac.2016.03.001.

Holmes, S. e Nicholls, D. (1988) «An Analysis of the Use of Accounting Information By Australian Small Business.», *Journal of Small Business Management*, 26(2), pp. 57–68.

Huston, S. J. (2010) «Measuring Financial Literacy», *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), pp. 296–316. doi: 10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x.

İbicioğlu, H., Kocabiyik, T. e Dalğar, H. (2010) «Financial statement utilization during decision making process in SMEs: A comparative study on european and turkish managers.», *Marmara University Journal Of The Faculty Of Economic & Administrative Sciences*, 28(1), pp. 209–226.

INE (2016) *Instituto Nacional de Estatística*. Disponível em: <https://www.ine.pt>.

INFORMA D&B (2016) *Firmografia 2015*. Disponível em: <http://biblioteca.informadb.pt/save/document.aspx?id=2506>.

Instituto Nacional de Estatística, I. P. (2016) *Empresas em Portugal 2014*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Jansen, R. J. G., Curseu, P. L., Vermeulen, P. A. M., Geurts, J. L. A. e Gibcus, P. (2013) «Information processing and strategic decision-making in small and medium-sized enterprises: The role of human and social capital in attaining decision effectiveness», *International Small Business Journal*, 31(2), pp. 192–216. doi: 10.1177/0266242611406762.

Jappelli, T. e Padula, M. (2013) «Investment in financial literacy and saving decisions», *Journal of Banking and Finance*, 37(8), pp. 2779–2792. doi: 10.1016/j.jbankfin.2013.03.019.

Kaplowitz, M. D., Hadlock, T. D. e Levine, R. (2004) «A comparison of web and mail survey response rates», *Public Opinion Quarterly*, 68(1), pp. 94–101. doi: 10.1093/poq/nfh006.

- Kos, S. R., Espejo, M. M. dos S. B., Raifur, L. e Anjos, R. P. (2014) «Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão», *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(3), pp. 35–50. doi: 10.4025/enfoque.v33i3.21069.
- Lewis, S. e Messy, F. (2012) «Financial Education, Savings and Investments: An Overview», *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*. No. 22, OECD Publishing.
- Lima, M. P. de (1981) *O Inquérito Sociológico - Problemas de Metodologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lusardi, A. e Mitchell, O. S. (2011) «Financial Literacy around the World: An Overview», *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), pp. 497–508. doi: 10.3386/W17107.
- Lusardi, A. e Mitchell, O. S. (2014) «The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence», *Journal of Economic Literature*, 52(1), pp. 5–44. doi: 10.1257/jel.52.1.5.
- Major, M. J. e Vieira, R. (2009) *Contabilidade e Controlo de Gestão - Teoria, Metodologia e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.
- Marriott, N. e Marriott, P. (2000) «Professional accountants and the development of a management accounting service for the small firm: barriers and possibilities», *Management accounting research*, 11(4), pp. 475–492. doi: 10.1006/mare.2000.0142.
- Mertler, C. (2002) «Demonstrating the potential for web-based survey methodology with a case study», *American Secondary Education*, 30(2), pp. 49–61.
- Ministério das Finanças (2015a) *Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho*. Diário da República, 1.ª série — N.º 106 — 2 de junho de 2015.
- Ministério das Finanças (2015b) *Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho*. Diário da República, 1.ª série — N.º 143 — 24 de julho de 2015.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública (2009) *Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho*. Diário da República, 1.ª série — N.º 133 — 13 de Julho de 2009.

Nandan, R. (2010) «Management Accounting Needs of SMEs and the Role of Professional Accountants : A Renewed Research Agenda», *Journal of Applied Management Accounting Research*, 8(1), pp. 65–78.

Nicolini, G., Cude, B. J. e Chatterjee, S. (2013) «Financial literacy: A comparative study across four countries», *International Journal of Consumer Studies*, 37(6), pp. 689–705. doi: 10.1111/ijcs.12050.

Noreen, E. W., Brewer, P. C. e Garrison, R. H. (2011) *Managerial Accounting for Managers*. New York: McGraw-Hill/Irwin.

Nunes, L. e Serrasqueiro, Z. (2004a) «A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas», *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(36), pp. 87–96. doi: 10.1590/S1519-70772004000300005.

Nunes, L. e Serrasqueiro, Z. (2004b) «As pequenas empresas e a informação contabilística», *Estudos de Gestão - Portugal Journal of Management Studies*. Instituto Superior de Economia e Gestão, IX(2), pp. 149–164.

O’Neal, T. e Kulonda, D. (2004) «Developing Financial Literacy in Budding Entrepreneurs», em *Proceedings of the 2004 American Society for Engineering Education Annual Conference & Exposition*. Session 1793.

OECD (2015) *2015 OECD/INFE Toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion*.

OECD (2016) *OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies*.

Pires, R. A. R. e Alves, M. do C. G. (2011) «Incerteza Da Envolvente E Relevância Da Informação Financeira E Não Financeira Na Tomada De Decisão: Um Estudo Empírico», em *XIII Accounting and Auditing Congress «A Change In Management – ACIM 2011»*. Porto 19-20 de Maio de 2011.

PORDATA (2016) *Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Home>.

Portugal (2005) *Constituição da República Portuguesa*. Lei n.º 1/2005 de 12 de agosto.

Portugal (2015) *Código das Sociedades Comerciais*. Decreto-Lei n.º 262/86 de 2 de setembro.

Portugal (2016) *Código do Trabalho*. Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro.

Potrich, A. C. G., Vieira, K. M. e Kirch, G. (2015) «Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas», *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), pp. 362–377. doi: 10.1590/1808-057x201501040.

Rahmandoust, M., Shah, I. M., Norouzi, M., Hakimpoor, H. e Khani, N. (2011) «Teaching Financial Literacy to Entrepreneurs for Sustainable Development», *OIDA International Journal of Sustainable Development*, 2(12), pp. 61–66.

Remund, D. L. (2010) «Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy», *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), pp. 276–295. doi: 10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x.

Rhodes, C. (2016) «House of Commons Briefing Paper: Business statistics», (6152), p. 5.

Russo, J. (2005) «Gestão», *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, julho/setembro 2005(30). Disponível em: [http://www.oroc.pt/revista/detalhe\\_artigo.php?id=18](http://www.oroc.pt/revista/detalhe_artigo.php?id=18) (Acedido: 15 de Abril de 2017).

Ryan, B., Scapens, R. W. e Theobald, M. (2003) *Research Method and Methodology in Finance and Accounting*. London: Thomson Learning.

Salas-Fumás, V. e Sanchez-Asin, J. J. (2013) «The management function of entrepreneurs and countries' productivity growth», *Applied economics*, 45(17), pp. 2349–2360. doi: 10.1080/00036846.2012.663476.



Secretário-Geral do Ministério das Finanças (2015a) *Aviso n.º 8254/2015 de 29 de julho de 2015*. Diário da República, 2.ª série — N.º 146 — 29 de julho de 2015.

Secretário-Geral do Ministério das Finanças (2015b) *Aviso n.º 8255/2015 de 29 de julho de 2015*. Diário da República, 2.ª série — N.º 146 — 29 de julho de 2015.

Secretário-Geral do Ministério das Finanças (2015c) *Aviso n.º 8257/2015 de 29 de julho de 2015*. Diário da República, 2.ª série — N.º 146 — 29 de julho de 2015.

Sian, S. e Roberts, C. (2009) «UK small owner-managed businesses: accounting and financial reporting needs», *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 16(2), pp. 289–305. doi: 10.1108/14626000910956065.

Sills, S. J. e Song, C. Y. (2002) «Innovations in survey research - An application of Web-based surveys», *Social Science Computer Review*, 20(1), pp. 22–30.

Todos Contam (2017) *Plano Nacional de Formação Financeira*. Disponível em: <http://www.todoscontam.pt/pt-PT/Principal/Paginas/Homepage.aspx>.

Travnicek, R. J. (2008) «Delivering Financial Literacy Instruction to Adults.», *Journal of Financial Counseling & Planning*, 19(2), pp. 83–86.

UE - Parlamento Europeu e Conselho (2013) *Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas*. Diretiva n.º 2013/34/UE.

Vieira, E. F. S. (2012) «What Do We Know About Financial Literacy? A Literature Review.», *Marmara Journal of European Studies*, 20(2), pp. 23–38.

Xinzhen, L. (2011) «Beijing Review», *Small, Medium and Micro*. Disponível em: [http://www.bjreview.com/business/txt/2011-07/18/content\\_377271\\_2.htm](http://www.bjreview.com/business/txt/2011-07/18/content_377271_2.htm) (Acedido: 10 de Julho de 2017).

## APÊNDICES

### APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO

O preenchimento deste questionário é indispensável para o desenvolvimento de uma dissertação a desenvolver no âmbito do Mestrado em Contabilidade e Finanças da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra “O impacto da literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas na utilização da contabilidade para as suas decisões de gestão: estudo empírico.”, orientada pela Professora Doutora Ana Maria Rodrigues. O seu objetivo é aferir alguns dados sobre os gestores das microempresas portuguesas, bem como sobre a sua perceção sobre a contabilidade e a sua experiência na área financeira.

A sua opinião é muito importante para nós. Pedimos-lhe, por isso, que responda o mais objetivamente possível às questões incluídas neste questionário, permitindo-nos conhecer mais profundamente a realidade das nossas microentidades.

**A recolha de dados subjacente ao presente questionário é estritamente confidencial e apenas se refere aos propósitos referidos anteriormente. Não serão revelados quaisquer dados das empresas ou pessoas abrangidas pelo estudo.**

Se pretender obter informações adicionais ou que lhe sejam enviados os resultados globais do estudo, queira por favor indicar-nos o seu contacto de email: \_\_\_\_\_

Pede-se que leia atentamente cada uma das questões e escolha a resposta que se identifica mais com a sua prática ou opinião. Este questionário tem uma duração estimada de resposta de 12 minutos.

Para qualquer esclarecimento adicional sobre o presente inquérito ou sobre o estudo em questão pode utilizar o seguinte contacto: [inqueritolf@gmail.com](mailto:inqueritolf@gmail.com)

## DADOS DE PERFIL

### 1. Género

- Masculino     Feminino

### 2. Idade

- a)  Até 20 anos  
b)  Entre 21 e 30 anos  
c)  Entre 31 e 40 anos  
d)  Entre 41 e 50 anos  
e)  Entre 51 e 60 anos  
f)  Entre 61 e 70 anos  
g)  Mais de 70 anos

### 3. Habilitações académicas

- a)  Até ao 3º Ciclo (9º ano ou equivalente)  
b)  Ensino secundário (12º ano ou equivalente)  
c)  Licenciatura  
d)  Mestrado  
e)  Doutoramento

### 4. Área de formação académica (pode assinalar mais que uma opção)

- a)  Economia/Gestão/Contabilidade/Finanças  
b)  Engenharia  
c)  Matemática  
d)  Direito/Outras ciências jurídicas  
e)  Ciências da vida e da saúde  
f)  Artes/Arquitetura  
g)  Ciências sociais  
h)  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**5. Cargo exercido na empresa (não envolve todos os cargos, mas apenas cargos associados aos órgãos de gestão)**

- a)  Sócio-Gerente/Administrador
- b)  Gerente/Administrador não sócio
- c)  Diretor. Em que área? \_\_\_\_\_
- d)  Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**6. Número de anos na função assinalada na questão anterior:**

- a)  Entre 0 e 2 anos
- b)  Entre 2 e 5 anos
- c)  Entre 5 e 10 anos
- d)  Entre 10 e 20 anos
- e)  Superior a 20 anos

**DADOS DA ENTIDADE**

**7. Localização da Empresa (sede)**

- a)  Norte
- b)  Centro
- c)  Lisboa
- d)  Alentejo
- e)  Algarve
- f)  Região Autónoma da Madeira
- g)  Região Autónoma dos Açores

**8. Sector de atividade**

- a)  Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- b)  Indústrias extrativas
- c)  Indústrias transformadoras
- d)  Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- e)  Captação, tratamento e distribuição de água (...)
- f)  Construção
- g)  Comércio por grosso e a retalho (...)
- h)  Transporte e armazenagem
- i)  Alojamento, restauração e similares
- j)  Atividade de Informação e comunicação
- k)  Atividades imobiliárias
- l)  Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- m)  Atividades administrativas e dos serviços de apoio
- n)  Educação
- o)  Atividades de saúde humana e apoio social
- p)  Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
- q)  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**9. Número total de trabalhadores ao serviço da empresa, em 31.12.2016**

- a)  De 1 a 5
- b)  De 6 a 9
- c)  Exatamente 10
- d)  De 11 a 49
- e)  Exatamente 50
- f)  Mais do que 50

**10. Total de vendas/prestações de serviços líquidas (volume de negócios), em 31.12.2016**

- a)  Entre 0 € e 700.000 €
- b)  Entre 700.001 € e 2.000.000 €
- c)  Entre 2.000.001 € e 8.000.000 €
- d)  Entre 2.000.001 € e 8.000.000 €
- e)  Entre 8.000.001 € e 10.000.000 €
- f)  Maior do que 10.000.000 €

**11. Total do balanço (total do ativo da empresa), em 31.12.2016**

- a)  Entre 0 € e 350.000 €
- b)  Entre 350.001 € e 2.000.000 €
- c)  Entre 2.000.001 € e 4.000.000 €
- d)  Entre 4.000.001 € e 10.000.000 €
- e)  Maior do que 10.000.000 €

**12. A empresa tem vendas para países estrangeiros?**

- a)  Sim
- b)  Não

**13. Se respondeu afirmativamente à questão anterior, queira por favor indicar uma das seguintes opções (caso contrário passe à questão seguinte):**

- a)  Sim, apenas para países da União Europeia.
- b)  Sim, para países da União Europeia e para países fora da União Europeia.
- c)  Sim, só para países fora da União Europeia.

**14. De que forma é efetuado o serviço de contabilidade da sua empresa?**

- a)  Internamente (existe um departamento/pessoa a tempo inteiro na empresa)
- b)  Externamente (executado por uma entidade/pessoa externa à empresa)
- c)  Mista (existe um departamento/pessoa, interno, em colaboração com uma entidade/pessoa externa à empresa)

**15. Caso tenha indicado que a contabilidade é feita de forma externa ou mista na questão anterior, indique as razões para recorrer a uma entidade/pessoa externa nos serviços de contabilidade (pode assinalar mais que uma hipótese).**

- a)  O custo de recorrer a alguém externo é mais baixo
- b)  Para que a entidade se foque mais na sua atividade principal
- c)  Falta de tempo para se dedicar a estas atividades na empresa
- d)  Para ter acesso a conhecimentos/competências que não existem na sua empresa
- e)  Confiança no contabilista/entidade externa é superior
- f)  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**16. Caso tenha indicado que a contabilidade é feita de forma interna, indique as razões para não recorrer a uma entidade/pessoa externa na prestação dos serviços de contabilidade (pode assinalar mais que uma hipótese).**

- a)  Porque a empresa pode perder conhecimentos/competências na contabilidade
- b)  Medo de dependência excessiva duma entidade externa
- c)  O acesso à informação contabilística deixa de ser imediato/rápido
- d)  O custo de recorrer a alguém externo é mais elevado
- e)  O acompanhamento da entidade externa à empresa é mais difícil e esporádico
- f)  Outra. Qual? \_\_\_\_\_



## QUESTIONÁRIO

**17. De seguida, são apresentados vários cenários hipotéticos. Refira, numa escala de 1 a 5, como classifica a probabilidade de consultar a informação contabilística para tomar uma decisão no cenário indicado:**

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
	Improvável	Pouco provável	Razoavelmente provável	Muito provável	Com certeza absoluta

1. A empresa tem enfrentado algumas dificuldades de tesouraria. É necessário decidir se se deve optar por um empréstimo bancário para ultrapassar essas dificuldades.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

2. A mão-de-obra existente tem-se revelado insuficiente para fazer face ao volume de trabalho que a empresa tem tido. É preciso tomar a decisão de contratar ou não um novo funcionário.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

3. É preciso avaliar se a empresa deve estabelecer uma parceria com outra entidade para concorrer a negócios numa nova área.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

4. A empresa pretende avaliar a compra de viaturas para alguns colaboradores, bem como telemóveis novos e material de promoção para distribuir pelos clientes.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

5. As horas extraordinárias pagas têm crescido de mês para mês. Existe a necessidade de avaliar o impacto desta situação na empresa e avaliar alternativas possíveis de forma a poupar o máximo possível nesta rubrica.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

6. Os tempos de crise afetaram muito a empresa. Cada vez se revela mais difícil continuar a atividade, sendo que é preciso avaliar novas oportunidades ou então a possibilidade de encerramento.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

7. A qualidade de uma matéria-prima tem sido questionada pelos trabalhadores. O fornecedor argumenta que está tudo igual. É preciso avaliar a questão e decidir se haverá alteração do fornecedor.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

8. Devido a uma questão legal será necessário sujeitar-se a certificação legal de contas, sujeitando-se a auditorias levadas a cabo por um ROC (Revisor Oficial de Contas). Terá agora que decidir o ROC que irá efetuar tal trabalho.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

9. Os trabalhadores da sua empresa exigem prémios de produtividade, consoante as vendas atingidas todos os anos. Pretende argumentar com eles se se justifica, que tipo de prémios e de que valor.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

10. A empresa tem tido um volume de negócios em constante crescimento nos últimos meses. É necessário avaliar a mudança de instalações e a aquisição de novos equipamentos produtivos.

	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

**18. Com que periodicidade pede ou lhe é disponibilizada a informação contabilística?**

- a)  Pelo menos 1 vez por semana
- b)  Pelo menos 1 vez por mês
- c)  Pelo menos 1 vez por trimestre
- d)  Pelo menos 1 vez por semestre
- e)  Pelo menos 1 vez por ano

**19. Que tipo de documentos ou informações da contabilidade utiliza (pode assinalar mais que uma opção)?**

- a)  Balancetes
- b)  Balanço
- c)  Demonstração dos Resultados
- d)  Demonstração dos Fluxos de Caixa
- e)  Demonstração das Alterações no Capital Próprio

**20. Que outro tipo de documentos ou informações utiliza (pode assinalar mais que uma opção)?**

- a)  Rácios económicos e financeiros
- b)  Mapas personalizados em Excel
- c)  Gráficos
- g)  Outro (especifique): \_\_\_\_\_

**21. Refira, numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a discordo totalmente e 5 corresponde a concordo totalmente, como se identifica com as questões apresentadas:**

	<b>1</b> Discordo totalmente	<b>2</b> Discordo	<b>3</b> Nem concordo nem discordo	<b>4</b> Concordo	<b>5</b> Concordo totalmente
1. A contabilidade deveria ser apresentada em documentos mais fáceis de ler e interpretar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sem a contabilidade não é possível perceber o desempenho da empresa ao longo do tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A informação contabilística permite-me prever o futuro da empresa e evitar crises ou problemas graves	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. A informação da contabilidade é, essencialmente, um meio para apurar impostos para o Estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A utilização da informação contabilística permite melhorar o desempenho da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Para muitas das decisões a tomar no seio de uma empresa, não é necessário recorrer à contabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Para compreender bem a informação contabilística é fundamental ter um curso nas áreas económicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Se não fosse uma obrigação legal não recorria a qualquer contabilista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Tento manter o custo da contabilidade ao mínimo, desde que sejam cumpridas as obrigações legais/fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Não recebo informação suficiente do meu contabilista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Não me interessa a informação divulgada pela contabilidade porque não a compreendo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Não me interessa a informação divulgada pela contabilidade porque ela não é útil para a tomada de decisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Só me preocupo com os números contabilísticos quando temos que fechar as contas no final do ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. A informação que recebo da contabilidade não tem uma periodicidade constante/regular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Só recebo a informação contabilística de muito em muito tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Estou disposto a pagar um valor mais elevado para ter mais e melhor informação da contabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Sem a contabilidade não conseguia tomar decisões importantes/relevantes para a minha empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**22. De forma geral, e numa escala de 1 a 5, em que 1 é discordo totalmente e 5 é concordo totalmente, diga o seu grau de acordo com a seguinte afirmação:**

**“A utilização da informação contabilística para a gestão das empresas é muito importante.”**

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**23. O seu agregado familiar tem um orçamento familiar? Nota: um orçamento é utilizado para decidir que parte do rendimento familiar é utilizado nos gastos e que parte vai para poupança.**

- a)  Sim
- b)  Não
- c)  Não sei

**24. Com que regularidade poupa?**

- a)  Todos os meses coloco uma parte fixa do meu rendimento em poupança
- b)  Se sobrar alguma parte do meu rendimento mensal, poupo, senão não poupo.
- c)  Não me preocupo em poupar
- d)  Todo o rendimento que obtenho é despendido
- e)  Poupo só quando tenho rendimento extra, subsídios de férias e natal, prémios.

**25. Nos últimos 12 meses poupo de alguma destas formas?**

- a)  Deixei na minha conta à ordem
- b)  Coloquei o dinheiro numa conta de poupança
- c)  Adquiri produtos de investimento (ações, obrigações, fundos de investimento)
- d)  Poupei adquirindo ouro, terrenos, propriedades, objetos de arte, etc.
- e)  Dei o dinheiro à minha família ou a um gestor pessoal para o gerir por mim
- f)  Guardei o dinheiro em casa ou na minha carteira
- g)  Não poupei nos últimos 12 meses
- h)  Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**26. Se hoje tivesse uma despesa inesperada de montante equivalente ao seu rendimento de um mês, conseguiria pagá-la sem pedir dinheiro emprestado, e sem pedir ajuda à família ou aos seus amigos?**

- a)  Sim
- b)  Não

**27. Como avalia os seus conhecimentos financeiros quando comparado com a população portuguesa?**

- a)  Muito elevados
- b)  Elevados
- c)  Razoáveis
- d)  Baixos
- e)  Muito baixos

**28. Imagine que tem 1.000 € numa conta poupança a uma taxa de juro de 2% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que terá na poupança? Considere que não foi feita qualquer alteração ao montante depositado inicialmente.**

- a)  Superior a 1.100 €
- b)  Inferior a 1.100 €
- c)  Igual a 1.100 €
- d)  Igual a 1.000 €
- e)  Não sei

**29. Imagine que pretende adquirir uns sapatos por 100 €. Pode pagar a pronto hoje ou pagar em 10 prestações mensais constantes de 10 €. Qual das formas de pagamento lhe garante maiores vantagens financeiras?**

- a)  Pagar a pronto hoje
- b)  Pagar em prestações
- c)  Do ponto de vista financeiro é indiferente

**30. Imagine que a taxa de juro da sua conta poupança é de 3% ao ano e que a taxa de inflação é de 4% ao ano. Após 1 ano quanto conseguirá comprar com o dinheiro da conta? Considere que não será depositado nem retirado dinheiro ao longo do ano.**

- a)  Mais do que hoje
- b)  Menos do que hoje
- c)  O mesmo do que hoje

**31. Se tivesse que escolher apenas uma aplicação financeira para investir ao longo de 1 ano, qual das que se seguem tem o potencial de lhe dar mais dinheiro no final?**

- a)  Obrigações do Estado Português com taxa de cupão anual de 3%
- b)  Ações cujo histórico de dividendos e valorização tem crescido nos últimos anos
- c)  Fundos de investimento imobiliário
- d)  Depósitos a prazo com taxa de juro de 1%
- e)  Seguros de capitalização
- f)  Certificados de aforro

**32. Habitualmente, qual dos ativos abaixo indicados tem maiores flutuações de preço ao longo do tempo?**

- a)  Obrigações
- b)  Fundos de investimento
- c)  Fundo de pensões
- d)  Plano poupança reforma
- e)  Ações

**33. Se uma empresa entrar em insolvência, qual dos seguintes ativos corre mais risco de valer próximo de zero?**

- a)  Os empréstimos obtidos pela empresa junto de bancos
- b)  Os terrenos da empresa
- c)  Partes de capital da empresa (quotas, ações, etc.)
- d)  Os depósitos bancários da empresa
- e)  Os valores não cobrados pela empresa aos clientes

**34. Indique se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas:**

	V	F
Um investimento com um elevado retorno tem geralmente associado um elevado risco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inflação elevada significa que o custo de vida sobe rapidamente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um empréstimo com duração de 15 anos exige normalmente pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos no final do empréstimo será menor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Geralmente é possível reduzir o risco de investimento no mercado de capitais se comprarmos um conjunto diversificado de ações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Obrigado pela sua colaboração!**